

CARLOS HENRIQUE TENANI

**A HISTÓRIA COMO MATÉRIA FICCIONAL EM
MEMORIAL DE AIRES**



1910001521



CARLOS HENRIQUE TENANI

A HISTÓRIA COMO MATÉRIA FICCIONAL EM
MEMORIAL DE AIRES

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Letras (Área de Concentração: Teoria da Literatura)

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Norma Wimmer

São José do Rio Preto
2006



B869-31.09 Ma
T289h

17/07/2006

Doação

Autor(a)

Tenani, Carlos Henrique.

A história como matéria ficcional em Memorial de Aires / Carlos Henrique Tenani. - São José do Rio Preto : [s.n], 2006
120 f. ; 30 cm.

Orientador: Norma Wimmer

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Literatura brasileira - Romance brasileiro - História e crítica. 2. Assis, Machado de, 1839-1908 - Memorial de Aires - Crítica e interpretação. 3. Literatura e história. I. Wimmer, Norma. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título..

CDU – 821.134.3(81).09



COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Prof.^a. Dr.^a. Norma Wimmer - Orientadora

Prof. Dr. Gilberto Pinheiro Passos

Prof.^a. Dr.^a. Lucia Granja

Suplentes

Prof. Dr. Paulo Sérgio Nolasco dos Santos

Prof.^a. Dr.^a. Maria Celeste Tomasello Ramos



AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Melve e Líbia pelo apoio e a força dados durante a elaboração do trabalho. Da mesma forma, agradeço à minha irmã, Luciani, que, além do incentivo, também colaborou tirando dúvidas e dando sugestões. Andrea, minha namorada, que foi uma leitora valiosa. Aos professores e gestores da E.E. Prof. Adahir Guimarães Fogaça, colegas de trabalho e de luta, que deram seu incentivo, manifesto minha gratidão. Ao Programa Bolsa Mestrado da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo agradeço pelo apoio financeiro que viabilizou este trabalho.

Aos professores Dr. Sérgio Vicente Motta, Dr^a Lucia Granja e Dr^a Celeste Tommasello Ramos agradeço pela leitura atenciosa dos meus escritos, pelas sugestões e pelo incentivo. Por fim, e principalmente, devo agradecer imensamente à Prof^a. Norma Wimmer, sempre atenciosa e amiga.



Resumo:

Este estudo pretende analisar as relações entre Literatura e História em *Memorial de Aires*, de Machado de Assis. Essa obra, última publicada pelo autor, foi abordada durante muito tempo como sendo um texto de cunho autobiográfico. Neste trabalho, buscamos outra abordagem, demonstrando que as referências à História feitas pelo autor são um elemento importante para a compreensão da obra. Fatos importantes da História do Império e da República são abordados. A abolição da escravidão é tratada de forma a fazer referências a todo o longo processo de debates que antecederam a Lei Áurea. As consequências da abolição também são tratadas: decadência dos “barões do café” e o destino incerto dos escravos libertos. A Guerra do Paraguai é citada, compondo, com a abolição da escravidão, o panorama da decadência do Império e a ascensão da República. Também existem referências à História Francesa com destaque para a Revolução de 1848 e a Comuna de Paris. Essas citações remetem à Proclamação da República no Brasil e às agitações que se seguiram. A frustração com a República, que manteve o domínio político de oligarquias, pode ser comparada com o final melancólico do *Memorial de Aires*. O autor demonstra ter uma abordagem crítica da História, tendendo para o pessimismo, percebendo-a como uma História cíclica na qual não há necessariamente progresso.

Palavras Chave: Machado de Assis; Memorial de Aires; Literatura e história.

Abstract

This study intends to analyze the relations between Literature and History in *Memorial de Aires*. This book, Machado de Assis' last one, was dealt for a long period of time like an autobiographical text. But in this study we search for another conception of the book showing that the references to the History made by the author can be an important element to the comprehension of the text.

In *Memorial de Aires* Machado de Assis deals with important facts of Brazilian Empire History and the beginning of the Republican Period in Brazil. The book deals with the Slavery Abolition making references to the long process of discussions that came before the release of the slaves in Brazil.

The author deals with the consequences of the Slavery Abolition like the decline of the "Barons of Coffee" and the uncertain destiny of the released slaves. Machado de Assis also deals with another important fact in his last book: Paraguay War. These facts, the Slavery Abolition and Paraguay War, cause the Empire decline and the Republic rise in Brazil. The book also refers to the French History pointing out the Revolution of 1848 and the Commune of Paris. These references take us to the Proclamation of the Republic and to the period that follows it in Brazil. The melancholic end of the book can be compared to the feeling of disappointment with the Republic caused by the political oligarchies that remain in the command of the country. The author shows a critical and pessimist view of the History that seems a cyclical History to him. And he does not see a real progress in the historical changes.

Key Words: Machado de Assis; *Memorial de Aires*; Literature and History.



SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Algumas leituras de Memorial de Aires	9
2.1. A abordagem histórica da obra machadiana.....	20
3. <i>Memorial de Aires</i> e <i>Esau e Jacó</i>	24
4. A Escravidão.....	28
4.1. Abolicionismo e Abolicionistas.....	42
4.2. Abolição e Mudanças Sociais	58
4.3. Conseqüências políticas da abolição	63
5. Decadência do Império Brasileiro	66
5.1. A monarquia e o povo.....	67
5.2. As elites e a monarquia.....	72
5.3. Os militares e a monarquia	77
6. A Guerra do Paraguai.....	82
7. História Francesa no <i>Memorial de Aires</i>	93
8. <i>Memorial de Aires</i> e a República	96
9. Ficção e História.....	105
10. Conclusão.....	113
10. Referências Bibliográficas.....	116
11. Bibliografia	119



1. Introdução

Durante muito tempo o *Memorial de Aires* foi entendido como uma obra fundamentalmente autobiográfica. Essa postura reduz consideravelmente as possibilidades de leitura e compreensão do texto. Críticos como Antonio Candido, Alfredo Bosi, José Paulo Paes e John Gledson já demonstraram que, para o avanço na compreensão da obra, outras abordagens diferentes da autobiográfica devem ser realizadas.

Talvez, uma delas pudesse ser constituída pela configuração das relações entre o *Memorial de Aires* e o contexto histórico vivido por Machado de Assis. Uma leitura superficial do romance, desde logo, evidencia a preocupação do autor com um período histórico bem específico: o final do período do Império e os momentos que antecedem a República, bem como indícios da evolução dos ideais abolicionistas concretizados, em 1888, pela promulgação da Lei Áurea.

Nosso objetivo com esse trabalho é buscar aprofundar a compreensão da relação entre o contexto histórico e a ficção em *Memorial de Aires*. Para isso, tentaremos refletir acerca de algumas questões, como por exemplo, por que Machado de Assis volta a abordar um período já tratado em *Esau e Jacó*, chegando até a parecer contraditório? Além disso, as referências ao contexto histórico feitas em *Memorial de Aires* estão presentes no texto apenas para contextualizar ou elas indicam uma tentativa de análise e compreensão da História do Brasil? E, finalmente, considerando-se que houve alguma intenção de analisar a História, como Machado de Assis entende a História? Sua visão é pessimista ou otimista?

Em busca das respostas a essas questões, seguiremos o seguinte trajeto. Abordaremos, inicialmente, de forma resumida, a fortuna crítica do *Memorial de Aires*; observando, primeiro, a consolidação da idéia de que essa é uma obra marcada pelo viés autobiográfico. Depois, refletiremos sobre outras leituras divergentes dessa corrente dominante, entre as quais se localiza aquela que busca estabelecer as relações entre Literatura e História. Nesse sentido, um dos fatores que nos levam a deduzir o interesse de Machado de Assis em abordar um período específico da História do Império é a retomada desse período já tratado em *Esau e Jacó*, assunto para o capítulo 2.

No capítulo 03, estudaremos as alusões à escravidão e à abolição feitas no *Memorial de Aires*, demonstrando que o autor refere-se tanto ao processo de mudanças sociais e políticas que antecederam à Lei Áurea quanto às conseqüências dessa lei. Paralelamente à evolução da questão da abolição, ocorria também o processo de decadência do Império. O esgotamento das forças do Império é também retratado no *Memorial* e será aqui abordado no capítulo 04. Tanto o processo de decadência do Império quanto o da abolição foram sensivelmente influenciados pela Guerra do Paraguai, —a qual ~~taím~~é mencionada pelo autor na obra. Esse assunto será objeto de estudo do capítulo 05.

É significativa ainda a presença da História Francesa no *Memorial*. Evidenciaremos, no capítulo 06, que o autor refere-se à História Francesa como uma espécie de modelo a ser observado, e seguido, ou não, pelo Brasil. É a França uma das fontes de inspiração dos republicanos do Brasil e a República brasileira e suas contradições é o tema do capítulo 07. Por fim, analisaremos os fragmentos da obra que evidenciam a relação entre real e ficcional no *Memorial de Aires* e, a partir dessa relação, o conceito de História expressado na obra.



2. Algumas leituras de *Memorial de Aires*

*Memorial de Aires*¹ foi publicado em 1908 sob o “estigma” de ser a última obra de um grande escritor já consagrado. Machado, segundo os biógrafos, escreveu a obra enfermo, sofrendo com a falta de sua esposa, Carolina. Também é sabido que ele não escondia de ninguém que não teria ânimo para nenhum outro empreendimento literário. Deixava claro que o *Memorial* era a sua criação final. O próprio nome da obra –memorial– traz a concepção de texto carregado de teor autobiográfico; pois a palavra, entre outras acepções, pode indicar um “livro de memórias” ou até mesmo um “monumento”. Seria natural que o grande escritor reavaliasse sua vida, exprimisse suas angústias e sofrimentos em um livro possivelmente definitivo. O próprio Machado afirmara em carta a Joaquim Nabuco datada de 07 de fevereiro de 1907: “será certamente o último” (MACHADO, 2003, p.285). Essa impressão acabou transferida para a crítica que, naturalmente, passou a compreender o texto a partir do estado de espírito de seu autor, ressaltando-lhe o viés autobiográfico.

Nas críticas feitas “a quente”, esse viés fica bem claro. Um desses críticos, Salvador Mendonça, destaca a dor do escritor diante da ausência da esposa amada em carta enviada por ele ao próprio Machado e publicada no *Jornal do Commercio* em 06 de setembro de 1908:

Desde o começo sente-lhe o perfume da tristeza. Folheando-o, mais adiante vê desprenderem-se de suas páginas as borboletas azuis da saudade. No final, sob o ardejar de grandes asas brancas, ouve um chamado vindo de muito longe, a que respondeu do fundo da cantiga do rei trovador, e, discreto como Aires, para não perturbar o mudo colóquio de dois corações amantíssimos, retira-se sem rumor de passos, porque quem te chamar (sic) é

¹ Adotamos como referência a edição do *Memorial de Aires* presente na *Obra Completa* organizada por Afrânio Coutinho para a Editora Nova Aguilar (1992). Adotaremos a abreviação “O.C.” seguida do número da página da *Obra Completa* para todas as citações de obras de Machado de Assis extraídas dessa edição.

a tua Musa companheira, a mãe consoladora, a Esperança.(MACHADO, 2003, p. 301)

Machado também procuraria fazer em *Memorial de Aires* uma espécie de reconciliação ou revisão do passado. Ele estaria reavaliando antigos posicionamentos demonstrados em outras obras e apontando para uma espécie de abrandamento da sua visão crítica em relação à humanidade: o autor estaria deixando de lado o ceticismo e a ironia que o acompanharam até então. Mário de Alencar, um dos amigos mais próximos de Machado de Assis, expõe esse ponto de vista em crítica publicada na época da chegada do *Memorial de Aires* às livrarias:

Mas no romance aparece ainda o bom e o ótimo, do caráter e coração humanos [...]. Não mudou nem diminuiu a observação do romancista; mudou apenas o seu ponto de vista, e ainda bem para a sua obra, que assim se completa admiravelmente como quadro humano, do qual não há dizer que houve propósito de exclusão nem deficiência de desenho.

Humanidade em que se conta uma criatura como D. Carmo, como Aguiar, vale ser amada; e do autor que lhe reproduziu a figura e a fixou pela sua arte fora falso afirmar que só conheceu uma face dos homens. (MACHADO, 2003, p.289)

A morte de Machado de Assis, logo após a publicação do *Memorial de Aires*, acabou por cristalizar essa posição já manifestada pela crítica. Nas notícias da morte do escritor, surgem comentários que reforçam a idéia do *Memorial* como “obra crepuscular”: “À hora em que escrevo esta frase, nesta mesma seção, em que há apenas algumas semanas, acusava a recepção de *Memorial de Ayres*, o livro de afeto, que lhe prolongou a vida, ele jaz embalsamado...” (*A Imprensa*, 30, set. 1908. g.n.)

Também José Veríssimo ilustra esse fato em *História da Literatura Brasileira*, livro em que deixa ainda mais clara a preocupação com os fatores biográficos que teriam determinado a escritura de *Memorial de Aires*:



Já velho com sessenta e oito anos, e não foi jamais robusto, escreveu ainda um livro admirável, o *Memorial de Aires*, inspirado na saudade da esposa e companheira muito amada, já chorada no sublime soneto que antepusera às Relíquias de Casa Velha, o primeiro que deu à luz depois da morte dela. *Memorial de Aires* é talvez o único livro comovido, de uma comoção que não procura esconder ou disfarçar e de uma emoção cordial e não somente estética, que escreveu Machado de Assis. (VERÍSSIMO, 1998, p. 447)

Tanto José Veríssimo como Mário de Alencar e Salvador Mendonça eram amigos e admiradores de Machado de Assis e, comovidos pelo sofrimento e morte do escritor, percebem na obra as marcas biográficas e parecem entender o *Memorial* como uma espécie de “testamento”. Seus comentários sobre a obra convergem para dois pontos:

a) *Memorial* retrata pessoas que conviveram com seu autor bem como o próprio Machado;

b) A obra demonstra a intenção do autor de rever posições expressadas durante sua vida literária.

Essas duas características são permeadas pelo sentimentalismo, marcadas por palavras como “emoção”, “afeto” e “saudade”. Natural seria que, após algum tempo, novos estudos críticos viessem a relevar o viés autobiográfico e dar ênfase maior aos outros aspectos da obra. No entanto, o mesmo raciocínio inicial se preserva em estudos posteriores, da primeira metade do século XX. Alfredo Pujol, Mário Matos e, principalmente, Lúcia Miguel Pereira² evidenciam a identificação entre Aires e Machado e entre Carolina e D. Carmo. Lúcia Miguel Pereira chega a afirmar “Aires foi mesmo a projeção de Machado [...] se repartiu entre o narrador e Aguiar” (PEREIRA, 1955, p.272). A semelhança salta aos olhos, pois se trata de um casal idoso, sem filhos e muito ligado entre si, assim como o eram Machado e Carolina. O próprio Machado parece ser um tipo como o retratado em Aguiar: funcionário cumpridor de seus deveres e fiel à esposa, a quem ama sinceramente.

² Utilizamos nesse parágrafo como referência o trabalho de Adriana da Costa Teles (2001).



Entre esses mesmos críticos consolida-se a idéia de que Machado de Assis teria deixado de lado a sua característica mais marcante: a ironia. Estaria o autor sendo, desta vez, menos desconfiado e mais sincero? Afinal, Machado, falando através de Aires, recusa-se a desconfiar das intenções das personagens que o rodeiam. Temos, então, a reincidência da idéia de que Machado fazia uma revisão de suas próprias posições e reconciliava-se com a humanidade por meio de Aires. Agindo assim, ele poderia estar tentando “atar as duas pontas da vida” —como D. Casmurro— voltando desta forma a um antigo ponto de vista mais próximo de sua fase inicial, em que a sua ironia ainda não era acentuada.

Essa visão cristalizada sobre o *Memorial de Aires* é muito perceptível nos manuais de literatura brasileira. Um caso é o de *História da Literatura Brasileira*, de Massaud Moisés, que afirma: “Se o Conselheiro Aires é o próprio Machado, havia chegado o instante de arrancar a máscara e trazer à luz o diário íntimo oculto nas dobras da ficção que o autor fingia ser daquela personagem” (MASSAUD, p.413). A partir dessa constatação, o autor analisa a obra acreditando que Machado, expressando-se através do Conselheiro Aires, abandonara o pessimismo, passando a expressar sua “fé no ser humano”. Essa mesma idéia de abandono do ceticismo em relação ao ser está presente em outro manual *A literatura no Brasil*, organizado por Afrânio Coutinho. Ali, em texto de Barreto Filho, afirma-se que a obra é composta “deixando que a bondade e a simpatia humana se desenvolvam francamente.” As personagens desse romance não têm o mesmo espírito das outras: “O maledicente idealizador de Capitu e de Virgília termina por descobrir D. Carmo e Fidélia.” (BARRETO FILHO, p.170-171). Mais uma vez, temos aí a idéia de negação da famosa “ironia”.

A crítica parece incapaz de atribuir algum outro valor ao livro que não o de “obra crepuscular”. Comparado com outros romances da fase realista de Machado, o *Memorial* não apresenta grandes inovações estéticas. O enredo é muito simples, quase inexistente: dois



jovens, Tristão e Fidélia, se conhecem na casa de amigos, Carmo e Aguiar. Apaixonam-se, casam-se e vão embora. O leitor só tem conhecimento da história através das anotações feitas em diário pelo Conselheiro Aires; os detalhes de caráter lírico são, naturalmente, omitidos. Muitas vezes, o texto do *Memorial* se aproxima de uma sequência de observações despretensiosas sobre o cotidiano. O mérito da obra parece residir justamente na valorização da simplicidade e da sinceridade. O “último Machado” parece dizer que devemos “aproveitar as coisas boas do dia-a-dia”, valorizando a vida rotineira cercada de amigos. Em resumo: o *Memorial* é (segundo a crítica até agora abordada) uma obra que não deve ser compreendida a não ser pelo viés biográfico.

Esse mesmo viés continua presente em trabalhos mais atuais. Dois autores que também adotam esta perspectiva são Josué Montello e Márcia Lígia Guidin. Montello defende que não só o *Memorial de Aires* é autobiográfico, mas todo o conjunto da obra machadiana. Em comparação entre um trecho do *Memorial de Aires* e outro de um testemunho de Graça Aranha, ambos tratando do dia da assinatura de Lei Áurea, o crítico demonstra tratar-se da mesma experiência. Mas, o que Montello não comenta é que o comportamento do Conselheiro Aires é completamente diverso daquele adotado por Machado e descrito por Graça Aranha; que deixa assim comprometida, neste caso, a associação entre Aires e Machado apontada por muitos críticos³.

³ Montello cita o testemunho de Graça Aranha: “O entusiasmo coletivo contaminou-o, e viu-se o budista desencantado (Machado de Assis) com jornalistas exaltados em um carro, a percorrer as ruas da cidade, sem chapéu, cheio de ilusão humanitária, e ir até as portas da Câmara aclamar Joaquim Nabuco e outros heróis da jornada.” (1998, p. 15) O trecho do *Memorial de Aires* a que Montello se refere é o seguinte:

“Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do Senado e da sanção da Regente. Estava na Rua do Ouvidor, onde a agitação era grande e a alegria geral.

Um conhecido meu, homem de imprensa, achando-me ali, ofereceu-me lugar no seu carro, que estava na Rua Nova, e ia enfileirar no cortejo organizado para rodear o Paço da cidade, e fazer ovação à Regente. Estive quase, quase a aceitar, tal era o meu atordoamento, mas os meus hábitos quietos, os costumes diplomáticos, a própria índole e a idade me retiveram melhor que as rédeas do cocheiro aos cavalos do carro, e recusei. Recusei com pena. (...) Disseram-me depois que os manifestantes erguiam-se nos carros, que iam

O viés autobiográfico foi aprofundado em um trabalho mais recente, e de maior fôlego, de Márcia Lígia Guidin. O enredo simples e a constante presença da velhice e da morte são, conforme a autora, características que se relacionam com o momento vivido pelo autor ao escrever o *Memorial de Aires*. A referida pesquisa dedica-se a explicitar como a velhice do autor transforma a sua obra; assim, o *Memorial* deve ser entendido como “específico produto estético e ideológico da velhice” (GUIDIN, 2000, p.145). A autora conclui que existe uma característica própria aos autores “velhos”, marcada pela volta às convenções após um anterior rompimento com as mesmas. Fato constatável, segundo a autora, quando se compara o *Memorial de Aires* com as *Memórias Póstumas*. Para ela: “... a ideologia do cálculo, da comédia, do fingimento e do favor, força vital das Memórias, ficou muito esmaecida no Memorial. E mais: relativizou-se o peso tão machadiano do egoísmo...” (GUIDIN, p. 150)

Ou seja: o “envelhecimento” de Machado de Assis fica claro na mudança dos pontos de vista. O romance carrega, portanto, as marcas da idade do autor, representada na figura do Conselheiro Aires, que sempre age como um conciliador, evitando julgamentos negativos e críticas sobre aqueles mais próximos. Pode-se dizer que, no mínimo, a velhice “contamina o ponto de vista machadiano”. (GUIDIN, p. 151).

Mas, compreender a obra apenas como uma espécie de “canto do cisne” parece constituir certo reducionismo que limita a possibilidade de outras análises. A ênfase

abertos, e faziam grandes aclamações, em frente ao Paço, onde estavam também todos os ministros. Se eu lá fosse, provavelmente faria o mesmo e ainda agora não me teria entendido... Não, não faria nada; meteria a cara entre os joelhos.” (O.C. p. 1118)

Não se pode deixar de notar a semelhança entre os dois trechos, a clara referência a um fato histórico vivenciado pelo escritor, mas também nota-se a clara diferença de atitude entre Machado e Aires. Enquanto Machado, numa atitude rara, deixa-se levar pelo momento, Aires, ao contrário é mais contido. O personagem é mais “machadiano” que o próprio Machado.



biográfica assinalada na análise de *Memorial de Aires* acaba por encobrir outros possíveis caminhos para a análise crítica do romance.

Na segunda metade do século XX, o *Memorial de Aires* passa a ser compreendido de novas maneiras. Faz-se uma leitura mais comprometida com a obra, abandonando-se o viés autobiográfico, que, até então, parecia vir *a priori*. Passa-se a observar sua estrutura, tentando-se desvendar a escrita do autor. Naturalmente, essa nova abordagem enriquece bastante a crítica alçando-a a um grau superior de interesse.

Nessa vertente, situa-se Antônio Candido quando, em “Música e Música”, comenta o papel da música no *Memorial de Aires*. Lembrando que Fidélia é um nome beethoveniano e Tristão, wagneriano, Antonio Candido demonstra que a música tem um papel premonitório, pois antecipa fatos: é através da música que Tristão e Fidélia se aproximam para depois se unir. A música, que parece algo acessório na narrativa, é, na leitura de Candido, o “núcleo a que tudo mais se subordina” (1992, p.148).

Trata-se, portanto, de uma nova abordagem crítica do *Memorial*. Antonio Candido não é o primeiro a perceber a importância da música no romance, mas é o primeiro a atribuir-lhe um papel central na narrativa e a abandonar a ênfase biográfica. Essa intenção de abandonar a biografia fica clara na afirmação:

Sob a carreira convencional do personagem sentimos a tentação de vislumbrar um desabafo do escritor; mas qual a utilidade de uma conjectura que arrasta para o terreno liso das filiações biográficas? É melhor pensar em qualquer homem, qualquer um de nós...(1992, p.148)

Posterior à crítica de Antonio Candido, e apresentando referências à sua análise, é o texto de Alfredo Bosi, *Uma figura machadiana*. Para Bosi, o narrador de *Memorial de Aires* tem como característica levantar a possibilidade da existência dos conflitos, “rugos da

divisão” e “a cunha da negatividade” (2000, p.133), sem necessariamente expô-los. Ele levanta as máscaras sem arrancá-las, insinua a existência de algo mais além das aparências, mas sem apontar o quê. Sua estratégia é lançar a semente da dúvida, servindo-se de termos como “talvez, acaso, provavelmente, parece, acho, creio, pode ser, quem sabe”; preparando, assim, a negação daquilo que vem antes afirmado. Um exemplo desse tipo de ocorrência está, segundo Bosi, no momento da chegada de Tristão, quando Aires parece duvidar das intenções do rapaz.

...em conversa com Aguiar interroga a queima roupa: “-Veio só para visitá-los?”.

E o padrinho, veraz: “-Diz que só. Talvez o pai aproveitasse a vinda para encarregá-lo de algum negócio; apesar de liquidado, ainda tem interesses aqui; não lhe perguntei por isso.”

Nessa altura, um retalho de conversa muda a perspectiva. Tristão diz que voltou só para visitar os padrinhos. Mas há o sinuoso talvez (...) Onde acaba o rosto, onde começa a máscara? (BOSI, p 139)

Bosi ressalta que a opção de Aires é sempre a diplomática, a política do possível; por isso, ele nunca expõe a verdade, nunca arranca a máscara de seus interlocutores. O trabalho de Bosi é bastante amplo e aborda vários aspectos da obra, entre eles, a presença da História. Apesar de entender que não existe grande atenção aos fatos que aconteciam no momento histórico em que se passa a obra, Bosi afirma existir nela uma visão de História bastante clara, que ele designa como “tempo cíclico”, feito de atos recorrentes.

Se a História ocupa um espaço pequeno na análise de Bosi, José Paulo Paes em “Um aprendiz de morto” lhe dá um peso maior. Paes refuta a idéia de “obra crepuscular”, tão presente em outras análises. Para ele, a linha dos outros romances é mantida, mas com tamanha discrição, que acaba confundindo o leitor. Caminha, portanto, no mesmo sentido de Bosi, entendendo que os verbos “descobrir e encobrir” presidem a estilística do *Memorial de*

Aires. Seria necessária, portanto, uma atitude de desconfiança perante a obra para chegar-se até aquilo que está encoberto. Afinal o autor “em vez de aliciar o leitor com a mestria ostensiva de sua fatura, diverte-se em confundi-lo com o descolorido de sua mestria oculta.” (p. 494).

Um dos aspectos mais importantes da análise de Paes reside na constante oposição vida/morte. Essa oposição é demonstrada em diversos momentos nos quais a morte está relacionada com cemitério, viuvez, e velhice, por exemplo; enquanto a vida relaciona-se à juventude. Aires reconhece aos poucos o seu lugar entre os “mortos” e o direito dos jovens de desfrutar da vida. A construção dessa oposição vida/morte no *Memorial* não é motivo para Paes criar uma simetria entre a situação de Aires e a situação de Machado, como muitos fizeram antes dele. Ele se serve do contexto histórico para demonstrar que os “velhos” do romance tendem à morte e morrem junto com uma época, junto com seu tempo, —o período do Império. A marca de transição entre o Brasil velho e o Brasil novo é o episódio da Lei Áurea, que é um dos alvos da observação de Aires. O episódio da abolição da escravatura é também a abolição do mundo ao qual Aires pertence, mundo esse fadado a desaparecer e ser esquecido, da mesma forma que o velho Aires está destinado à morte.

Devemos reforçar aqui que tanto Candido quanto Bosi e Paes evitam o viés autobiográfico. Bosi e Paes deixam clara a presença do tema da velhice no *Memorial*, mas não fazem associação desta com a vida do autor. Evitam, assim, o risco de, ao interpretar a obra a partir da biografia de Machado de Assis, acabar tratando mais do autor do que de sua obra, como muitos dos primeiros críticos fizeram. Preferem explorar ao máximo o universo de significados que a obra oferece sem sair do universo ficcional. Um exemplo desse fato está na afirmação feita por Paes: “Aires acaba por identificar-se com o morto reenterrado e a tomar partido de sua velhice [...] aceitando-a como uma preparação para a morte.” (p. 506). É

natural que saia daí uma associação entre Aires e Machado, sendo Machado também “aprendiz de morto”, como afirma a já citada Márcia Lúcia Guidin.

Um dos autores mais distantes da “visão autobiográfica” é o inglês John Gledson. Em *Machado de Assis - Ficção e História*, ele propõe uma das interpretações mais instigantes e polêmicas sobre o *Memorial de Aires*. Ele afirma que não se deve identificar Aires com Machado, diferenciando as opiniões do autor e as opiniões do personagem. Gledson constrói sua interpretação do *Memorial* a partir da leitura cuidadosa da obra e analisa detalhes servindo-se da História. O episódio da abolição da escravatura e a doação da fazenda herdada por Fidélia aos escravos é usado por Gledson para desvendar as intenções de Fidélia e Tristão, que passam a ser vistos como manipuladores e traidores. Para isso, Gledson demonstra que a fazenda doada pouco valia naquele momento histórico e não faria falta nenhuma à fortuna da viúva. Dessa forma, a doação seria um ato calculado por Tristão, com a participação de Fidélia, para tirar as suspeitas que pudessem recair sobre ele (Tristão).

A suspeita inicial seria a de que Tristão estaria se casando por interesse, mas Gledson vai (muito) mais longe. Ele reúne evidências para levantar a suspeita de que Tristão e Fidélia já se conheciam desde Portugal e até de que Tristão teria algo com a morte de Eduardo, o marido de Fidélia. Para afirmar isso, Gledson apóia-se na interpretação das epígrafes do livro e no libreto da ópera *Tristão e Isolda*, de Wagner.

Enquanto as epígrafes falam em um encontro marcado, no enredo de “Tristão e Isolda”, Tristão também é um assassino. Tristão mata um cavaleiro da corte da princesa Isolda. Esta, ao invés de matar Tristão quando tem a oportunidade, acaba apaixonando-se por ele. Mas as semelhanças param por aí: Tristão e Fidélia não têm um fim trágico como na



obra de Wagner. De qualquer forma, Tristão e Fidélia mentem e traem, abandonando aqueles que os haviam acolhido: os Aguiar e outros “velhos”.

Para Gledson, o diário do conselheiro possui uma estrutura que já havia sido usada por Machado de Assis em outras obras. Ele entende que essa estrutura se apresenta em “A parasita azul”, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*. Nesse “modelo triangular” (GLEDSON, 1986 p. 252), sempre há um “estrangeiro” explorador, uma mulher traiçoeira e um ingênuo provinciano. Os dois primeiros são Tristão e Fidélia e o terceiro seriam, justamente, o próprio Conselheiro Aires e o leitor. A presença do elemento “estrangeiro”, vindo de fora, está relacionada ao colonialismo e à influência de fatores estrangeiros sobre o Brasil. Em suas palavras:

O que interessa a Machado são os modelos do colonialismo dentro do Brasil e o que ele precisa encarar é o fato de muitos dos eventos decisivos que afetam o destino do país se passarem lá fora. É isto que revela o enredo (secreto) de *Memorial de Aires*. (GLEDSON, 1986, p. 252-253)

A leitura do texto de Gledson suscita no leitor duas perguntas. Primeiro: teria Machado realmente a intenção de criar um enredo secreto? Segundo: por que criar tal enredo secreto se a maioria dos leitores jamais iria entendê-lo? Gledson responde indiretamente a essas questões ao afirmar que “as intenções de Machado representam um mínimo, dentro de todo o quadro” (GLEDSON, 1986 p.254). Em outras palavras, pouco interessa saber quais as intenções do autor; pois, enganar o leitor era um desenvolvimento natural dos modelos de traição desenvolvidos dentro da obra de Machado. Da mesma forma que Bentinho e Aires, o leitor também é um ingênuo que está sendo enganado. Nesse sentido, a compreensão do leitor não é relevante, já que a não compreensão faz parte do experimento literário desenvolvido por Machado.

A leitura da análise de Gledson e de outras análises já citadas nos permite algumas conclusões. Apesar de ser uma obra de escritor consagrado, o *Memorial* ainda é um desafio que pede maiores esforços de compreensão. A evolução da crítica sobre a obra passa, necessariamente, pelo abandono do viés biográfico e pela adoção de novas abordagens. Antonio Candido, Alfredo Bosi e José Paulo Paes apontam novos caminhos para a crítica e demonstram a necessidade de uma leitura mais cuidadosa e aprofundada. Demonstram também que é preciso uma certa postura de “desconfiança” em relação ao narrador, que tem uma posição dúbia, não revela tudo e nem deixa suas opiniões explícitas. Esses autores atribuem algum valor à História, mas é Gledson que a adota como centro de sua análise. Concordando-se ou não com as conclusões dele, torna-se impossível negar a importância da “visão histórica” da obra de Machado por ele defendida, o que nos leva a admitir a idéia de que a História nos ajuda a compreender a obra literária.

2.1. A abordagem histórica da obra machadiana

Entre os primeiros críticos da obra machadiana, predominou a visão do Machado de Assis absenteísta, escritor alheio à realidade em que vivia. Essa suposta postura do autor foi, inclusive, motivo para ataques bastante ácidos, principalmente no se refere ao suposto desprezo de Machado pela causa abolicionista. Mas essa linha de interpretação foi contestada por Astrojildo Pereira (1959) e Brito Broca (1957), que, antes do cinquentenário da morte de Machado já o haviam redimido da “acusação” de absenteísta. Provaram, que além de não ser

alheio à sua realidade, o autor incorporou, de forma sutil, a sua visão crítica da realidade por ele vivenciada à sua produção literária. Demonstraram que, apesar de não ser um panfletário, Machado jamais foi um alienado: abrindo, portanto, caminho para outros estudos que aprofundassem o entendimento da relação entre a realidade histórica e a ficção machadiana.

Mais recentemente, outras obras foram publicadas seguindo esse caminho. Apontaremos aqui dois tipos de relação entre o contexto histórico e a produção literária de Machado de Assis. O primeiro tipo é a visão da obra machadiana a partir da sociologia e o segundo é o entendimento dessa obra como um exercício de interpretação da História. No primeiro caso, destacamos as obras de Roberto Schwarz e Raimundo Faoro; no segundo, encontram-se os trabalhos de Gledson e Sidney Chalhoub.

Raimundo Faoro, em *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio*, ataca a idéia de que Machado era um escritor alheio à realidade que o cercava. Ele aborda toda a obra machadiana a partir do ponto de vista da sociologia, servindo-se dos conceitos de Weber, constantemente citado por ele. Sob seu viés sociológico, Faoro demonstra como a obra machadiana capta a estrutura social do Segundo Reinado, suas mudanças e permanências. A própria maneira como o autor constitui a sua análise —que está dividida por assuntos e não por obras ou períodos—, já indica que ele não entende que Machado teria feito uma análise da sua realidade, mas que teria agido como uma espécie de cronista ou observador crítico.

Roberto Schwarz (1997) também adota a perspectiva da sociologia, mas associada ao marxismo. Schwarz não faz uma análise panorâmica do conjunto de escritos: ele se concentra em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Para o autor, essa obra, que marca o grande salto da prosa machadiana, é superior às suas antecessoras, justamente pela



incorporação da crítica social. Schwarz afasta-se de Faoro ao indicar que existe uma intenção de fazer uma crítica à sociedade por parte de Machado de Assis.

Gledson, por sua vez, faz uma análise de diversas obras de Machado de Assis, tratando-as como uma espécie de alegoria crítica da História. Ele concorda com os dois autores anteriormente citados no que diz respeito à visão crítica de Machado em relação à realidade que vivia; mas dá maior importância à intencionalidade do autor, já que ele estaria construindo uma alegoria. Seu viés é menos sociológico e mais histórico, com especial atenção para a política. Essa abordagem de Gledson é muito próxima à de Chalhoub, que também tende a encarar a obra machadiana como alegoria histórica. Apesar de existirem algumas discordâncias entre os dois estudiosos, pode-se dizer que eles compartilham a mesma opinião no que se refere às relações entre História e Literatura na obra machadiana.

A postura de Schwarz, Gledson e Chalhoub, no que diz respeito à intencionalidade de Machado ao escrever suas obras, principalmente as da segunda fase, é motivo para duras críticas. Abel Barros Baptista (1999), crítico português, é um dos autores dessas críticas. Ele afirma que existe um certo “paradigma do pé-atrás” que teria surgido com Helen Caldwell e teria entre seus seguidores Schwarz e Gledson. Esse paradigma é baseado na idéia de que os narradores criados por Machado de Assis não são confiáveis e não devem ser levados a sério. O maior exemplo desse tipo de narrador seria Bento Santiago, de *Dom Casmurro*. Associado aos estudos voltados para as relações Literatura/História na obra machadiana, esse paradigma teria levado ao que o autor português chama de “proliferação do par de lunetas” na obra de Gledson: a busca por indícios que evidenciem os sentidos ocultos do texto.

As diferenças de opinião entre os autores agrupados por Abel Barros sob o rótulo do “paradigma do pé atrás” são ignoradas, afinal partiam, segundo ele, de um paradigma errado.

Machado seria apenas um romancista e sua obra não comportaria a “concepção de livro que encara a leitura como um sucedâneo de uma conversa do autor, animada da finalidade de lhe extrair dos livros uma verdade decidível”. (BAPTISTA, 2003 p. 258).

O caminho a ser tomado neste trabalho difere do que aponta Abel Barros; uma vez que se não houver uma leitura que busque revelar sentidos profundos, ocultos em uma leitura superficial, a relação Literatura e História, que nos propomos a buscar aqui, desaparece. Entretanto, esse tipo de crítica feita por Baptista deve ser considerado como apelo à análise equilibrada e baseada em informações sólidas e coerentes.



3. *Memorial de Aires e Esaú e Jacó*

Na bibliografia crítica acerca do *Memorial de Aires*, esta obra quase sempre aparece ligada ao romance anterior, *Esaú e Jacó*. Tal identificação acontece não somente pela proximidade da publicação desses textos nem pelo fato de os dois livros terem como personagem central o Conselheiro Aires. Existe, antes de tudo, um prefácio ficcional em que Machado de Assis se coloca na posição de editor dos cadernos encontrados entre os pertences do Conselheiro após a sua morte. Teria Machado somente feito alguns ajustes na obra do diplomata?

Curiosamente, *Esaú e Jacó* –nome possivelmente dado pelo “editor” Machado de Assis e não pelo autor Aires– seria o caderno intitulado “Último”, enquanto *Memorial de Aires* seria uma parte dos outros seis cadernos escritos em forma de diário, como informa o “editor” no prefácio:

Tratando-se agora de imprimir o Memorial achou-se que a parte relativa a uns dous anos (1888-1889), se for decotada de algumas circunstâncias, anedotas, descrições e reflexões, –pode dar uma narração seguida, que talvez interesse, apesar da forma de diário que tem. Não houve a pachorra de a redigir à maneira daquela outra, –nem pachorra nem habilidade. (O.C. p. 1096)

Além da inversão da ordem dos escritos achados, existe uma espécie de “confissão” por parte do “editor”. Ele não era assim tão fidedigno ao que havia sido encontrado e teria feito cortes, “decotado”, a narrativa original. E lança ainda alguma dúvida sobre a fidelidade ao original em *Esaú e Jacó*; pois, ao afirmar que não teve a “pachorra de a redigir à maneira daquela outra”, dá margem à dúvida: quem fez essa redação?

Esse tipo de dúvida também está presente no prefácio de *Esau e Jacó*. Ismael Angelo Cintra (1989), em sua análise do referido prefácio, demonstra que ele também aponta dúvidas quanto à autoria de *Esau e Jacó*. Estas ficam mais fortes quando Cintra extrai uma citação do livro⁴ no qual o autor se refere às “notas que servem a este livro”, evidenciando que o mesmo teria sido redigido pelo “editor” —Machado de Assis— a partir de notas do Conselheiro.

De qualquer ângulo que se possa observar, os prefácios de *Memorial de Aires* e *Esau e Jacó* instauram uma série de dúvidas, como destaca Augusto Meyer: “não esclarece coisa alguma, do ponto de vista prefacial, e acaba agravando a confusão com um verdadeiro logro passado ao leitor.” (1982, p.358). Essa confusão parece ser proposital, pois dá maior “liberdade de criação” ao autor.

Ambos os prefácios cumprem sua função na obra: criam uma ilusão de realidade. O leitor tem a clara idéia de que está lendo uma obra surgida da pena do Conselheiro Aires e adere facilmente ao jogo ficcional. Mas, além de cumprir o seu papel de criar verossimilhança, os prefácios também instauram dúvidas sobre o grau de participação do “editor” Machado de Assis no produto final apresentado ao leitor. Essa dúvida permite que algo pouco provável aconteça: não existe nenhuma relação entre os enredos de uma e outra obra. Os personagens de *Esau e Jacó* não estão presentes em *Memorial de Aires*, com exceção do próprio Aires, de sua irmã Rita e do criado José, personagens extremamente próximos.

Como imaginar que no seu *Memorial* o Conselheiro não fizesse referência a Natividade, mulher que ele amara no passado, ao ver a bela Fidélia? Por que não estabelecer nenhuma ligação ou comparação entre os jovens das duas histórias: Pedro, Paulo e Flora por

⁴ SIM, HOUVE UMA PESSOA, mais moça que eles, um a dous anos, que os agrilhoou, à força de costume ou de natureza, se não foi de ambas as coisas. Antes dessa, pode ser que houvesse outras e mais velhas que eles, mas de tais não rezam as notas que servem a este livro. (O.C., p. 983, g.n.)



um lado, e Fidélia e Tristão do outro? Não existe, praticamente, nenhum entrecruzamento entre as duas histórias, mesmo quando se referem a fatos contemporâneos. Um exemplo disso é o episódio da abolição. Nos capítulos XXVII e XXVIII de *Esau e Jacó*, narram-se fatos relacionados à abolição. Paulo faz um discurso revolucionário na faculdade, em S. Paulo; sua mãe, Natividade, fica sabendo do discurso e escreve para ele no dia vinte de maio. O rapaz responde, deixando-a mais preocupada. No dia seguinte à chegada da carta, Aires encontra Natividade no bonde e esta lhe pede conselhos sobre o assunto, conversam longamente e ela até o convida para uma viagem à Europa... Tais fatos “desaparecem” do *Memorial*, não existe nenhum registro sobre eles nos escritos referentes a maio ou junho.

Seria de se esperar que, naquele momento, diante de Natividade, o Conselheiro dissesse a ela que são comuns os ímpetos revolucionários na juventude. Ele poderia dar seu próprio exemplo, contando que também teve seu momento de revolucionário. Quando estudante no ano de 1848, em São Paulo, ele se entusiasmara com a Revolução que derrubou o rei Luís Felipe. Trata-se de um episódio narrado no *Memorial* (24 de fevereiro de 1888): Aires teria feito um brinde à revolução de 1848, na França.

Essa separação entre os dois enredos só é possível graças à dúvida lançada pelos prefácios. Seria impossível que o diário de Aires não mencionasse o encontro com Natividade. Entretanto, é provável que o “editor” Machado de Assis tenha eliminado essa alusão à Natividade, separando completamente as histórias paralelas. As dúvidas instauradas pelos prefácios mantêm, portanto, a verossimilhança do universo ficcional criado por essas duas obras.

Mas, se nos afastarmos da ficção instaurada pelos dois prefácios e considerarmos o fato de Machado de Assis ser o verdadeiro autor das duas obras, podemos recolocar a questão:



qual motivo leva Machado de Assis a criar duas histórias com o mesmo personagem-autor ficcional, passando-se no mesmo momento histórico, mas sem praticamente nenhuma conexão entre si? Seria mais verossímil o autor fazer justamente o contrário, entrelaçando as duas histórias. Por outro lado, se a intenção era criar duas histórias completamente diferentes, por que o autor repetiu personagens e colocou a segunda no mesmo período de tempo da primeira?

Entre as respostas a serem aventadas, a mais lógica parece ser a de que houve, por parte do autor, a intenção de “reescrever” uma parte de *Esau e Jacó*. Não a de reescrever a ficção, mas a de retomar um momento histórico específico, dentro do período mais longo abordado anteriormente. O primeiro livro aborda o período de 1871 a 1893; o *Memorial de Aires* aborda apenas o período de 1888 e 1889, da abolição da escravatura às vésperas da proclamação da República. Nada explica essa escolha de datas em um livro tão fortemente datado como aquele escrito em forma de diário, a não ser que houvesse uma espécie de interesse especial por esse período histórico.

Considerando o afirmado acima, somos levados a reler o *Memorial de Aires* superando a impressão inicial de ser essa uma obra de caráter intimista e autobiográfico – impressão esta que, como visto na introdução, domina a fortuna crítica do livro– e a buscar a importância do contexto histórico para a compreensão da obra.



4. A Escravidão

Dentre os fatos históricos retomados no *Memorial de Aires*, a abolição da escravatura é aquele acompanhado mais de perto pelo narrador; afinal, trata-se do fato histórico contemporâneo ao romance.

A abolição da escravatura surge em vários momentos da narrativa. Momentos estes que acompanham um pouco os fatos que marcaram os instantes finais da escravidão e o desenrolar dos acontecimentos após a Lei Áurea.

A primeira referência à abolição no *Memorial de Aires* remete a 18 de fevereiro, e é feita através de uma observação do desembargador Campos, amigo de Aires e tio da viúva Fidélia:

Campos disse-me hoje que o irmão lhe escrevera, em segredo, ter ouvido na roça o boato de uma lei próxima de abolição. Ele, Campos, não crê que este ministério o faça, e não espera outro. (O.C. p.1114)

Sabemos, pelo que foi narrado por Aires até então, que o irmão de Campos é o todo poderoso Barão de Santa-Pia, o pai de Fidélia. Trata-se, como veremos mais tarde, de um sujeito conservador que não admitia em nenhuma hipótese a abolição da escravatura. Mas a marcha dos fatos acabou atropelando as impressões do desembargador Campos: em 10 de março acontece a mudança de gabinete (ministério). Neste dia, Aires escreve: “Afinal sempre houve mudança de gabinete. O Conselheiro João Alfredo organizou hoje outro”.



(O.C., p.1114) Mesmo com a mudança de gabinete, ocorrência de fato muito comum durante do Segundo Reinado⁵, a situação não mudaria, na ótica de Aires e seus amigos:

Ao Desembargador Campos parece que alguma cousa se fará no sentido da emancipação dos escravos, —um passo adiante, ao menos. Aguiar, que estava presente, disse que nada corre na praça nem lhe chegou ao Banco do Sul. (O.C., p. 1114)

O Barão de Santa-Pia, entretanto, não tinha a mesma opinião dos outros e tratou de tomar as suas medidas em relação à possível abolição da escravatura. Em 10 de abril, Aires registra a decisão de Santa-Pia de alforriar todos os seus escravos. Não se trata de uma adesão tardia e inesperada à causa abolicionista, mas de uma espécie de ato de protesto contra o possível ato do governo. Instado a responder se acreditava que abolição iria ocorrer logo, o Barão reafirmava não acreditar na capacidade de o governo conseguir fazer passar o projeto da emancipação dos escravos:

Será a certeza da abolição que impele Santa-Pia a praticar esse ato, anterior de algumas semanas ou meses ao outro? A alguém que lhe fez tal pergunta respondeu Campos que não. “Não, disse ele, meu irmão crê na tentativa do governo, mas não no resultado, a não ser o dismantelo que vai lançar às fazendas.” (O.C., p.1116)

Para um olhar lançado a partir dos dias atuais, é difícil entender como, às vésperas da Lei Áurea, alguém mais ou menos bem informado ainda acreditasse que a abolição da escravatura estivesse muito distante. Afinal, a maioria dos escravos já tinha sido libertada⁶, ou simplesmente fugido, e o Brasil era um dos últimos países do mundo a permitir a escravidão. Mas, no contexto histórico da obra, esse tipo de opinião é perfeitamente verossímil e pode ser entendida como uma maneira encontrada por Machado de Assis para

⁵ Durante cinquenta anos de governo “houve 36 gabinetes, com média de um ano e três meses de duração cada, cuja chefia se alternou entre os partidos Liberal e Conservador.” (VAINFAS, 2002, p. 563).

⁶ Em 1887 apenas 5% da população do Brasil era composta por escravos. (VAINFAS, 2002, p. 18).



registrar, de forma sutil, uma característica marcante dentro do processo que levou ao 13 de maio: a protelação.

Se considerarmos que a abolição do tráfico e da escravatura⁷ já era cogitada desde a Independência, percebemos como o processo foi lento. Até 1850, não se tinha nem mesmo conseguido coibir o tráfico de escravos, algo que já havia sido decidido desde os tempos de D. João VI. Tanto D. João quanto os governos que se sucederam no Brasil independente firmaram acordos com a poderosíssima Inglaterra no sentido de acabar com o chamado “infame comércio”. O interesse inglês era puramente econômico: aumentar o mercado consumidor, transformando escravos em assalariados.

Mesmo com a pressão da Inglaterra, o tráfico não cessava. O governo inglês colocou seus navios de guerra para caçar os negreiros, chegando a invadir as águas brasileiras e ameaçar abordar navios parados nos portos brasileiros⁸. O Brasil fez diversos acordos com a Inglaterra e não cumpriu nenhum; mas, em 1850, acabou tomando medidas mais efetivas contra o tráfico com a Lei Eusébio de Queirós. Segundo Emília Viotti da Costa, são vários os motivos que levaram ao sucesso da lei Eusébio de Queirós, entre eles o fato de as fazendas já terem armazenado uma boa quantidade de escravos; mas o argumento mais forte foi realmente a pressão (armada) feita pela Inglaterra –apesar de os políticos brasileiros da época não admitirem isto abertamente.

A intenção da Inglaterra era precipitar o fim da escravidão no Brasil. Seguindo a lógica capitalista, os ingleses esperavam que, com o aumento da mão-de-obra assalariada, o mercado brasileiro se expandisse, beneficiando as suas exportações. No Brasil, os defensores

⁷ José Bonifácio estava entre os propagadores das idéias de emancipação, chegando a propor para a Assembléia Constituinte uma legislação que garantisse direitos aos escravos e a sua gradual libertação, suas idéias não foram acatadas, mas constituíram a base do pensamento abolicionista. (COSTA, 1989, p.352-55)

⁸ Em 1845, o parlamento inglês aprovou o Bill Aberdeen, dando direito aos ingleses de invadir navios negreiros e apreender e julgar sua tripulação, acusando-a de pirataria. (cf. Costa, 1989, p.75)



do fim do trabalho escravo também expunham uma série de argumentos de cunho econômico para defender o seu ponto de vista.

Primeiramente, alegava-se que o trabalho escravo era menos produtivo do que o assalariado; afinal, o escravo não tinha nenhuma recompensa maior por um trabalho feito com maior rapidez ou maior qualidade. Dessa constatação decorrem outras: o escravo era um alto investimento que não dava todo o retorno possível, pois não produzia tudo o que estava a seu alcance. Por trás desse argumento, existe, é claro, a constatação de que o sistema escravista não valoriza o trabalho. O branco não trabalha porque o trabalho é coisa de negros, considerados inferiores, e o negro só trabalha porque é escravo. O trabalho não é visto como algo positivo, que dignifica o ser humano, pelo contrário. Trata-se, portanto, de um sistema que contraria a lógica burguesa em vigor na Europa.

Essa desvalorização do trabalho afastaria o Brasil do caminho das nações desenvolvidas e em desenvolvimento naquele momento, como os Estados Unidos. No Brasil, ainda vigorava uma relação com o trabalho muito parecida com a relação da Europa Medieval. Quem tinha alguma condição social não fazia nenhum tipo de trabalho manual, pois cuidava logo de comprar um escravo para fazê-lo; mesmo ex-escravos, designados negros forros, acabavam também comprando seus escravos⁹. Essa ocorrência segundo os críticos do sistema escravista, era muito nociva, pois incentivava à ociosidade, uma ociosidade negativa já que os senhores não se preocuparam nem sequer com o desenvolvimento de técnicas de produção mais eficientes que economizassem o esforço

⁹ O próprio Machado de Assis registra esse fato em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*: no cap. LXVIII, ele encontra Prudêncio, um ex-escravo da família surrando um escravo, acusando-o de bêbado e vagabundo. Brás Cubas intercede pelo escravo e faz Prudêncio parar com os açoites. Depois conclui: "Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, -transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto! (O.C., p. 582)



humano, afinal o esforço era só do escravo. No escravismo, portanto, pode-se encontrar também uma das raízes do atraso tecnológico, pois a classe dominante, que tinha tempo livre para pensar e desenvolver novas técnicas de produção, não dava a menor importância para o trabalho.

Considerando os argumentos acima, percebe-se que muitos dos que defenderam a libertação dos escravos estavam bastante distantes da defesa de uma causa humanitária. Podia-se, perfeitamente, defender o fim do sistema escravista sem se fazer a defesa dos direitos fundamentais dos escravos; sem se afirmar que eles eram seres humanos iguais aos brancos em tudo e que, portanto, deveriam ter os mesmos direitos, principalmente o direito à liberdade.

Em suma, defendia-se o fim do sistema escravista sem, necessariamente, reivindicar-se para o negro o direito à cidadania plena; o que, do ponto de vista do negro, seria mais importante. O ponto de vista do escravo foi, naturalmente, levado em conta, mas não dominava as discussões acerca da eliminação da escravidão.

Apenas como exemplo, seria interessante lembrar que a igualdade “racial” entre negros e brancos não era unanimidade nem entre os críticos do sistema escravista. Uma figura conhecida que caracteriza esse tipo de opinião é Silvio Romero que, em vários momentos de sua obra, considerou o negro um ser inferior ao branco (MOTA, 2000, p.70).¹⁰ Dentro do pensamento de Romero, a abolição do tráfico acompanhada da introdução da mão-de-obra assalariada, era positiva para o país não porque os negros agora poderiam ganhar dinheiro pelo seu trabalho; mas porque o trabalho assalariado facilitaria a imigração européia,

¹⁰ Romero usou inclusive o argumento racista para criticar a obra de Machado de Assis (GUIMARÃES, 2004, p.273)



promovendo uma espécie de melhoramento racial da população, o “branqueamento” do brasileiro.

Considerando o interesse “econômico” e o “racismo” que estavam presentes nas mentes da maioria dos abolicionistas, não é de se estranhar que uma parte deles pregasse um movimento abolicionista feito de “cima para baixo”, sem participação das camadas populares, nas quais se situavam justamente os escravos e a maioria de seus descendentes. Entre esses abolicionistas, estavam figuras célebres como Joaquim Nabuco e André Rebouças, que se orgulhavam de não ter “apelado” para as camadas populares (COSTA, 1989, p.425).

No mesmo dia da abolição, Aires registra seu posicionamento diante da escravidão: “Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do Senado e da sanção da Regente.” (O.C., p. 1118). Essa atitude de Aires também pode ser comparada a uma postura típica da grande maioria da sociedade e da classe política do Brasil imperial perante a escravidão. Condenava-se a escravidão, mas pouco ou nada se fazia para acabar com ela, efetivamente. Segundo Sidney Chalhoub (2003), esse comportamento determinou as ações do Brasil até o final da Guerra do Paraguai:

Em meados do século XIX, e ao menos até a crise que resultou na lei de 1871, o Brasil imperial oferecia ao mundo o curioso espetáculo de um país no qual todos condenavam a escravidão, mas quase ninguém queria dar um passo para viver sem ela. (p. 141)

A lei de 1871, à qual o historiador se refere, é a famosa lei do Ventre Livre, o primeiro passo mais efetivo para se extinguir a escravidão no país, mesmo que essa extinção ocorresse a longo prazo. É no âmbito dos debates em torno dessa lei que os argumentos de escravistas e de abolicionistas vão ser expostos e repetidos à exaustão.



Os mesmos argumentos da lei de 1871 ainda eram usados em 1888, quando a abolição já era um fato praticamente consumado. Uma parte dos senhores ainda resistia bravamente em admiti-la, buscando mais uma vez alguma saída protelatória. Entre esses senhores, constavam figuras como a do Barão de Santa-Pia. Esse personagem, nas poucas vezes em que aparece no livro, resume bem o comportamento dos escravocratas perante a idéia de uma lei que abolisse totalmente a escravidão.

O argumento mais forte dos escravagistas era da mesma natureza daquele dos abolicionistas: de ordem econômica. A eliminação da mão-de-obra escrava iria impossibilitar a produção do café, arruinando financeiramente o fazendeiro. Santa-Pia fala em “desmantelo” dessas fazendas. O café era a base econômica do país, portanto, a ruína se espalharia por toda a sociedade.

Seria ainda mais completa a ruína do senhor de escravos porque ele não poderia mais dispor do alto investimento feito na escravaria. Em muitos casos, o plantel de escravos era a parte mais valiosa do patrimônio de um fazendeiro, superando a terra cultivada com o café. Devemos lembrar, mais uma vez, que o escravo era uma mercadoria muito valiosa e, portanto, uma propriedade. Assim, quando o governo brasileiro passou a limitar os direitos dos senhores sobre os escravos, limitava um direito consagrado pela Constituição: o direito à propriedade.

A primeira lei que limitou o direito da propriedade de escravos foi justamente a Lei do Ventre Livre, de 1871. Ela representou uma grande derrota para os escravagistas, pois garantiu aos filhos de escravas, nascidos a partir de então, a liberdade aos 21 anos. Nessa idade, o escravo tinha de ser libertado sem que o proprietário recebesse nenhuma indenização. A indenização era o trabalho do jovem até os 21 anos. Apesar de constituir mais uma



protelação, pois adia o fim da escravidão, a lei representava um avanço significativo, pois reconhecia que o direito à liberdade do ser humano era superior ao direito à propriedade. Entre outras disposições, permitia ao escravo a formação de pecúlio, ou seja, de economizar dinheiro para comprar a sua liberdade e obrigava o senhor a concedê-la, caso o escravo conseguisse o dinheiro. Era uma tentativa de conciliar os dois pólos, garantindo o direito à liberdade e o direito à propriedade.

A lei de 1871 também criava fundos de emancipação formados com impostos cobrados sobre as transações de compra e venda de escravos que, mais tarde, seriam usados na libertação dos mesmos, garantindo assim a possibilidade de aceleração do fim da escravidão, bem como o direito à propriedade dos senhores.

A Lei do Ventre Livre mudou radicalmente a relação entre o escravo e a perspectiva da alforria, pois até aquele momento o único meio legal de conseguir a liberdade dependia da vontade do senhor. A partir de então, a lei garantia ao escravo outros caminhos para requisitar a alforria. Sidney Chalhoub analisa ações de liberdade movidas antes de 1871 e conclui:

É essa a idéia que fundamenta a maioria das ações de liberdade analisadas para o período anterior à chamada “lei do ventre livre”: os escravos defendem seu direito à alforria como exigência de cumprimento de determinações expressas do senhor. (1990, p.115)

Após 1871, a situação se inverteu radicalmente: a partir de então, o escravo poderia ser libertado contra a vontade expressa do seu senhor, rompendo, portanto, a idéia de que a propriedade escrava era intocável.

Quando, em 1884, o governo volta a debater a questão da escravidão, levantando a questão da libertação dos sexagenários, mais uma vez o direito à propriedade é levantado como empecilho ao avanço da emancipação dos escravos. A proposta de libertação pura e



simples, sem indenização, dos escravos com mais de sessenta anos foi derrubada pela Câmara dos Deputados dominada por escravocratas. A lei aprovada em 1885 conservava o respeito ao direito de propriedade, pois obrigava o sexagenário a trabalhar, a título de indenização, por mais três anos, para seu antigo senhor. Essa mesma lei também instituía novas medidas para aumentar os fundos de emancipação dos escravos, mas, apesar dos avanços em direção ao fim da escravidão, também acabou criando medidas repressivas de combate àqueles que apoiassem a fuga de escravos. A Lei dos Sexagenários tinha, portanto, um caráter eminentemente escravista, não passando de mais uma medida protelatória. Como diria o Conselheiro Aires: “um passo adiante, ao menos”.

Observando-se o comportamento do Barão de Santa-Pia em *Memorial de Aires*, percebemos como ele representa o que existia de mais reacionário ao movimento abolicionista. O personagem usa o mesmo argumento da defesa da propriedade presente em todos os debates em torno das leis de 1871 e de 1885 para justificar a sua atitude de libertar os escravos que ainda conservava momentos antes da Lei Áurea. Ao fazer o seu solitário “ato de protesto” contra a ação do governo, ele deixa bem clara sua tentativa de defender o seu direito à propriedade:

Grande novidade! O motivo da vinda do barão é consultar o desembargador sobre a alforria coletiva e imediata dos escravos de Santa-Pia. Acabo de sabê-lo, e mais isto, que a principal razão da consulta é apenas a redação do ato. Não parecendo ao irmão que este seja acertado, perguntou-lhe o que é que o impelia a isso, uma vez que condenava a idéia atribuída ao governo de decretar a abolição, e obteve esta resposta, não sei se sutil, se profunda, se ambas as coisas ou nada:

– Quero deixar provado que julgo o ato do governo uma exploração, por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário, e do qual uso com perda minha, porque assim o quero e posso.(O.C. 1116, g.n.)

O desembargador Campos, tentando demover o irmão, serviu-se dos mesmos argumentos daqueles deputados que lutaram bravamente para que não se aprovasse a lei de 1885 sem a manutenção da indenização pelo escravo libertado. Campos pondera com o irmão, usando mais uma vez a propriedade como argumento:

Campos teve uma idéia. Lembrou ao irmão que, com a alforria imediata, ele prejudica a filha, herdeira sua. Santa-Pia franziu o sobrolho. Não era a idéia de negar o direito eventual da filha aos escravos; podia ser o desgosto de ver que, ainda em tal situação, e com todo o poder que tinha de dispor dos seus bens, vinha Fidélia perturbar-lhe a ação. Depois de alguns instantes respirou largo, e respondeu que, antes de morto, o que era seu era somente seu. Não podendo dissuadi-lo o desembargador cedeu ao pedido do irmão, e redigiram ambos a carta de alforria.(O.C. 1116, g.n.)

Naturalmente, o desembargador Campos não tinha intenção de prejudicar a alforria dos escravos, mas queria descobrir qual o sentimento do pai em relação à filha expulsa de casa anos antes. Ele construiu uma argumentação no sentido de provar que a alforria dos escravos seria prejudicial à filha do Barão. Conseguiu arrancar sinais de amor paternal, mas prevaleceu a vontade soberana do senhor.

O Barão de Santa-Pia também demonstra em sua fala um outro argumento comum aos senhores escravistas. Diziam que a escravidão no país não era tão dura quanto em outros países, e que, na maioria dos casos, os senhores tratavam seus escravos com uma espécie de suavidade. Fidélia, falando a respeito de seu pai, o Barão, informa a Aires sobre sua relação com a escravaria: “Disse-me que ele é bom senhor, eles bons escravos” (O.C., p.1117).

Além da “bondade” do senhor no trato com os escravos, os defensores do escravismo chegavam a acreditar que o fato de terem sido trazidos como escravos para o Brasil, foi para os africanos, e, conseqüentemente, para seus descendentes, uma verdadeira bênção. Eles já eram escravos na África, e, ao virem para o Brasil, além de serem submetidos a um sistema



menos brutal, também “escapavam à barbárie, a um clima agressivo, a um estágio selvagem de civilização, e seriam iniciados na luz do Evangelho” (COSTA, 1989, p. 370). Dessa forma, a alforria é uma espécie de encerramento de um processo, no qual o escravo tinha muito a ganhar; afinal, ele teria sido salvo da barbárie e, cristianizado, poderia gozar a vida em um país tropical e de clima ameno, oposto aos “areais ardentes” da África.

O Barão de Santa-Pia deixa transparecer que confiava ser amado pelos homens por ele mantidos como escravos: “– Estou certo que poucos deles deixarão a fazenda; a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada, – pelo gosto de morrer onde nasceram.” (O.C., p. 1116). Em outras palavras: a convicção da própria bondade é muito grande e Santa-Pia chega a imaginar que, mesmo livres, seus serviços de toda a vida lhe seriam tão agradecidos a ponto de trabalharem até de graça!

A idéia que está por trás dessa fala é a de que, mesmo depois de livres, os escravos manteriam com o senhor uma relação de dependência. Deixariam de ser cativos, mas continuariam dependentes; pois “deviam” a sua liberdade à bondade do senhor. Em outras palavras, a esperança de serem alforriados ou a gratidão pela alforria fazia com que muitos escravos e ex-escravos se mantivessem dóceis e submissos. Temos aí o que Sidney Chalhoub afirma ser um “dos pilares da política de controle social na escravidão” (1990, p.100). Esse pilar já havia sido abalado com a lei de 1871, pois os senhores perderam o controle sobre as alforrias. Em 1888, momento em que o Barão de Santa Pia alforria os seus escravos, essa “ferramenta de domínio” já não fazia mais efeito, estando claro para todos, inclusive para os próprios escravos, que a liberdade era um direito seu e não um favor do senhor. A esperança de manter o domínio sobre a escravaria demonstrada pelo Barão de Santa-Pia era, portanto, totalmente ultrapassada, quase cômica àquela altura dos fatos.

Tornando-se praticamente impossível aos senhores manter o controle sobre os escravos, aumentava bastante o risco de eles tomarem as rédeas dos fatos e promoverem a sua liberdade através de uma revolta. O Barão de Santa-Pia temia uma revolta. Após registrar em seu Memorial que Santa-Pia estava ciente de boatos sobre a abolição, Aires lembra-se da Revolução de 1848 na França e comenta sobre ela com o desembargador Campos, que responde: “– Meu irmão crê que também aqui a revolução está próxima, e com ela a República”. (O.C. 1114). Essa afirmação indica um temor existente entre os senhores de escravos: a ação do movimento abolicionista poderia descambar para uma revolta que, na opinião de muitos, acabaria destruindo a ordem política então vigente.

Emília Viotti da Costa registra como, na época dos debates sobre a Lei dos Sexagenários (1884-85), esse tipo de opinião predominava nas regiões de produção cafeeira:

Agitada a questão no Parlamento, a ação abolicionista recrudesce, ao mesmo tempo em que se arregimenta a reação. Os manifestos, declarações e representações continuaram a chegar, vindos, principalmente, dos municípios cafeeiros do Vale do Paraíba e de Minas Gerais.

(...) A Câmara de Oliveira, município de Minas Gerais, e a de Pomba representavam contra os abolicionistas (...) “A vida e a propriedade não podem estar à mercê desse punhado de aventureiros que, tendo tudo a ganhar e nada a perder, tentam revolucionar o país tomando por pretexto uma questão de ordem econômica e do mais alto interesse social”... (1989, p. 434-435, g.n.)

Entre 1885 e 1888, uma parte significativa desses fazendeiros que defendiam a manutenção da escravidão acabou mudando de lado. Figuras como o personagem Barão de Santa-Pia eram cada vez mais raras na vida real por volta de 1888. Dois fatos levaram à mudança de opinião por parte dos fazendeiros: o crescimento da imigração européia, que abria perspectivas para a substituição da mão-de-obra escrava e, principalmente, a propaganda abolicionista.

O movimento abolicionista foi resultado de uma mudança de mentalidade de uma parte significativa da população brasileira, que deixou de ver a escravidão como algo natural e aceitável para entendê-la como algo errado –um mal a ser erradicado. Essa tomada de consciência estava relacionada ao que acontecia fora do Brasil; pois vários países trataram de abolir a escravidão, cabendo ao Brasil a vergonhosa posição de último a mantê-la:

Lá se foi o barão com a alforria dos escravos na mala. Talvez tenha ouvido alguma coisa da resolução do governo; dizem que, abertas as câmaras, aparecerá um projeto de lei. Venha, que é tempo. Ainda me lembra do que lia lá fora, a nosso respeito, por ocasião da famosa proclamação de Lincoln: "Eu, Abraão Lincoln, Presidente dos Estados Unidos da América..." Mais de um jornal fez alusão nominal ao Brasil, dizendo que restava agora que um povo cristão e último imitasse aquele e acabasse também com os seus escravos. Espero que hoje nos louvem. Ainda que tardiamente, é a liberdade, como queriam a sua os conjurados de Tiradentes. (O.C., p.1117)

Lembremos que a Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, começou a ser discutida por determinação de D. Pedro II, em 1865. Em 1866, o Imperador recebeu um impulso vindo de fora: o *Comité pour l'Abolition de l'Esclavage*, mandou uma correspondência a D. Pedro, pedindo que ele promovesse a causa abolicionista. A resposta do ministro dos Negócios Estrangeiros indicava que o novo gabinete liberal iria promover a causa (CHALHOUB, 2003, p.140). Assim, o Imperador comprometia-se, cada vez mais, com o fim da escravidão. Em 1871, quando a Lei do Ventre Livre foi aprovada, o então chefe do gabinete, Visconde do Rio Branco, que anteriormente condenara a proposta, justifica a sua mudança de opinião, passando a defender a causa da emancipação, da seguinte forma:

[...] dizia ter aderido à causa devido às suas recentes experiências diplomáticas no Uruguai e na Argentina. Muito pressionado [...] Rio Branco explicou que ele e outros milhares de brasileiros que haviam mantido contato com "os povos dos estados vizinhos" nos anos anteriores tinham compreendido o quanto a permanência da escravidão "nos vexava e nos humilhava ante o estrangeiro. (CHALHOUB, 2003, p. 165)



Enquanto os brasileiros passavam por constrangimentos no estrangeiro, por representar um país escravocrata, no Brasil, a população que tomava posição contrária à escravidão começava a agir. Durante a década de setenta do século XIX, o movimento foi fundamentalmente emancipador; ou seja, buscou meios para promover a libertação de escravos, seja comprando sua liberdade com fundos arrecadados, ou questionando na justiça o direito do senhor. Dessa forma se conseguiu o avanço do número de escravos libertos, mas manteve-se a instituição. Na década de 80, o ideal de emancipação tendeu a evoluir para o da abolição pura e simples da escravatura. Voltou-se, então, a tocar no direito de propriedade, tão caro ao nosso Barão de Santa-Pia. A propriedade sobre o escravo passou a ser severamente questionada pelos abolicionistas: os senhores não teriam direito a nenhum tipo de posse sobre outro ser humano e, portanto, não deveriam ser indenizados.

Nos anos que antecederam a Lei Áurea, o movimento abolicionista se radicalizou e partiu para ações contra a propriedade escrava. Foram feitos atos públicos contra a escravidão, discursos inflamados foram proferidos contra o sistema escravista. As posições radicalizaram-se, aconteceram atos de violência dos dois lados. Muitos escravos revoltaram-se, fugiram e foram “acoitados” por simpatizantes da causa abolicionista. Denúncias indicavam que a cidade de Santos (COSTA, 1989, p.454) tornou-se território livre com cerca de 2000 escravos fugidos abrigados por lá. Quando, em 1887, os militares recusaram-se a capturar os escravos fugidos, a situação chegou ao auge; afinal, não se podia mais contar com a força para manter a ordem escravocrata, que, por sinal, já estava completamente abalada. Não é difícil, então, compreender os temores do Barão de Santa-Pia; pois havia realmente um clima de revolução no ar, um risco de rompimento com a ordem vigente. Se o poder não cedesse e aceitasse a abolição, ela aconteceria à força. Não havia mais nenhuma chance de protelação.



4.1. Abolicionismo e Abolicionistas

Entre 1831, ano da primeira lei que proibia pela primeira vez o tráfico de escravos, e 1888, quando finalmente a escravidão foi eliminada, houve uma mudança na sociedade brasileira que foi fundamental para o avanço do processo de libertação dos escravos. Essa mudança foi o crescimento significativo, principalmente nas décadas de 70 e 80 do século XIX, de um “novo” grupo social que aderiu ao abolicionismo: esse grupo constituía o que se pode chamar de classe média.

Essa classe foi, aos poucos, se distanciando dos interesses das elites, nas quais predominavam os produtores e exportadores de café, não mais deixando-se levar à reboque. A classe média foi mais sensível aos apelos humanitários do movimento abolicionista e alforriou os seus escravos. Quando deixou de ser proprietário de escravos, esse segmento social passou, naturalmente, a defender –ou no mínimo aceitar– a abolição geral e irrestrita. Foi também a camada média que respondeu pela chamada “opinião pública”, já que a população pobre ou era escrava, ou descendente de escravos manifestava pouca ou nenhuma “consciência” de sua situação e de seus direitos.

E como era constituída essa classe média abolicionista? Comerciantes, pequenos empresários, profissionais liberais como advogados, engenheiros e médicos e também trabalhadores livres que começavam a conseguir algum status. No caso do Rio de Janeiro, ainda devem ser destacados os funcionários públicos, dado que na cidade concentrava-se a



sede administrativa do Império, e, conseqüentemente, um grande número de funcionários com um bom nível intelectual. Por fim, devemos acrescentar um grupo à parte, o dos militares, cada vez mais influentes após a Guerra do Paraguai.

O fato de ser capaz de ler, e, em muitos casos, ter uma formação razoável, tornou essa camada da sociedade muito mais sensível aos apelos “racionais” do abolicionismo. Lembremos que uma das ideologias em voga na época era o Positivismo, que não admitia a escravidão. O acesso à leitura, aliás, é um fator fundamental para a conscientização do atraso que a manutenção do sistema escravista representava, afinal, o jornal era o principal meio de divulgação das idéias abolicionistas e, portanto, de formação de uma nascente opinião pública. É razoável supor que, sem a ação da imprensa, o movimento abolicionista seria muito menor e teria poucos resultados.

O Conselheiro Aires é próximo a essa camada e não dependente dos senhores de terra. Apesar de não se mostrar um entusiasta do abolicionismo, e muito menos solidário com os negros, não demonstra nenhuma solidariedade com os senhores de escravos. Revela-se, antes, um “abolicionista enrustido”:

Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do Senado e da sanção da Regente. Estava na Rua do Ouvidor, onde a agitação era grande e a alegria geral.

Um conhecido meu, homem de imprensa, achando-me ali, ofereceu-me lugar no seu carro, que estava na Rua Nova, e ia enfileirar no cortejo organizado para rodear o Paço da cidade, e fazer ovação à Regente. (O.C., p.1118)

Devemos notar ainda, na citação acima, que Machado, além de registrar a alegria geral pela abolição, —mais um índice do papel importante ocupado pela opinião pública no fato— também deixa claro o papel importante desempenhado pela imprensa no movimento abolicionista: “um homem de imprensa”. A manifestação efusiva por parte da população do

Rio de Janeiro indica, mais uma vez, que a população urbana não tinha o menor interesse em protelar o final da escravidão, pelo contrário. Temos aí uma espécie de descolamento entre os interesses das populações rurais —ou da roça, para usar um termo de Aires¹¹— e urbanas. Pelo menos no que se refere às grandes cidades, como era o caso do Rio de Janeiro, a população urbana não se julgava mais refém dos interesses da lavoura.

Devemos lembrar, porém, que os interesses na lavoura não eram uniformes. Havia divisão entre os senhores de terras. Podemos indicar pelo menos três grandes divisões ocorridas entre a Independência e a abolição definitiva, em 1888. A primeira cisão entre os proprietários de terra, no que se refere à escravidão, aconteceu entre o norte e o sul, mais especificamente entre o nordeste e o sudeste. A economia do nordeste do país não apresentou o mesmo dinamismo da economia do sudeste, principalmente depois da implantação da lavoura de café. Assim, após a abolição do tráfico de escravos, em 1850, uma boa parte da escravaria do nordeste acabou sendo vendida para fazendas de escravos no sudeste —o chamado tráfico interprovincial— fazendo com que diminuísse a dependência da economia nordestina em relação à mão-de-obra escrava.

Nos últimos anos da escravidão, a elite política do norte e nordeste do país já não defendia mais o sistema escravista. Não porque tivesse adotado uma causa humanitária, mas porque não tinha o menor interesse em fazê-lo. A escravidão deixara de fazer parte de seus interesses. O Ceará e o Amazonas já estavam livres da escravidão em 1884, passando inclusive a servir de refúgio para escravos fugidos de outras regiões; isso fez com que seus representantes na corte passassem a defender uma solução mais rápida para a questão do elemento servil. A resposta ao avanço abolicionista veio com a Lei dos Sexagenários (1885), última medida protelatória que atendia aos interesses dos fazendeiros do sudeste.

¹¹ “—Conheceram-se aqui na Corte, disse Rita; na roça nunca se viram.” (O.C., p. 1112)



Mas, mesmo entre os fazendeiros do sudeste, uma nova divisão ficava cada vez mais evidente após 1885: Vale do Paraíba versus Oeste Paulista. Os fazendeiros do Oeste Paulista vão apelar do bonde escravocrata, em parte pressionados pela ação abolicionista mas, principalmente, por perceberem que conseguiriam sobreviver sem os escravos. Lembremos que as fazendas do Oeste Paulista eram, de maneira geral, mais produtivas do que as do Vale do Paraíba. As plantações do vale eram mais antigas e, convém lembrar, o café é uma cultura muito exigente. Um cafezal tinha, no século XIX, uma vida útil de 15 a 40 anos; depois disso, a terra tinha de ser abandonada e a lavoura feita em novas terras virgens. Enquanto no Vale as terras já estavam ocupadas com cafezais antigos, no Oeste Paulista encontrava-se a fronteira agrícola, com novas terras virgens para serem cultivadas. Imagina-se, então, que os fazendeiros do Oeste tinham maior necessidade de mão-de-obra e não admitiam a perda dos escravos, o que realmente ocorreu. Mas também, por terem maior necessidade de mão-de-obra, foram obrigados a apelar para o uso do trabalho assalariado.

Essa mão-de-obra, a partir de meados da década de 80 do séc. XIX, já era suprida pela imigração, sobretudo italiana, subvencionada pelo governo. O constante fluxo de imigrantes¹² fez com que o argumento escravista da “falta de mão-de-obra” se dissipasse; pois a oferta de mão-de-obra abundante permitiu aos fazendeiros negociar salários em condições favoráveis. Nas regiões onde a produtividade era alta, tornou-se mais interessante contratar um imigrante do que comprar um escravo. Assim, o prejuízo representado pela perda dos escravos era muito maior no Vale do Paraíba do que no Oeste Paulista. No Oeste, perdidos os escravos,

¹² A partir de meados da década de 80, a imigração cresceu muito conforme Verena Stolcke: “Após 1884, em vez de coagir os trabalhadores diretamente, o Estado procurou obter mão-de-obra barata e disciplinada para as fazendas, inundando o mercado de trabalho com imigrantes subvencionados. Em 1886, o governo provincial havia encontrado uma forma eficaz de fornecer subsídio integral aos imigrantes, e o resultado foi praticamente imediato. Em maio de 1887, entre 60.000 e 70.000 imigrantes, agora predominantemente italianos, já haviam sido assentados nos estabelecimentos agrícolas de São Paulo. Essa cifra excede a estimativa de 50.000 escravos que estavam sendo empregados nas fazendas cafeeiras paulistas em 1885.” (1989, p. 42)

ficavam os pés de café muito produtivos e com os braços do trabalhador imigrante para cultivá-los; enquanto no Vale, os escravos valiam mais que os cafezais pouco produtivos, que, em alguns casos, nem sequer eram capazes de cobrir os gastos com a contratação de mão-de-obra assalariada. Diante dessa nova situação, explica-se porque uma parte dos antes ardorosos defensores do sistema escravista passa a condená-lo e a reconhecer o direito dos negros à liberdade.¹³ Mais uma vez, adota-se o discurso humanitário somente quando as condições econômicas permitem.

Pode-se dizer que a escravidão “caiu de madura”. Ninguém mais a defendia em 1888 –a não ser uma parte menos importante dos cafeicultores constituída em grande parte pelos fazendeiros do Vale do Paraíba. Estes fazendeiros, figuras como o Barão de Santa-Pia, se recusavam a abandonar a sua trincheira, aferrados a velhos argumentos. Considerando o contexto histórico em que essa figura se insere, percebe-se como ele concentra o que havia de mais reacionário e conservador naquele momento. Percebemos que, apesar de dizer o contrário, esse conservadorismo do Barão também tinha um componente econômico. Ele sabia que a abolição seria a ruína da sua fazenda. Relembremos uma de suas frases: “a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada” (O.C., p.1116). Além de se considerar um bom senhor, como já vimos, Santa-Pia também demonstra a pouca saúde financeira do empreendimento; pois fica claro que não há condições de remunerar os ex-escravos com salários atraentes.

¹³ Conforme Emilia Viotti da Costa: “Por outro lado, muitos dos que tradicionalmente tinham defendido uma posição conservadora, favorável à manutenção da escravatura, mudavam de idéia: Silveira Martins evoluía da frase “O Brasil é o café e o café é o negro”, para a crítica da escravidão, que faz num discurso de posse no cargo de grão-mestre da Maçonaria brasileira, quando afirmava que não se pode considerar livre o país onde há uma raça escrava; Cristiano Ottoni que, em 1871, se opusera a Lei do Ventre Livre, advogava em favor dos sexagenários e denunciava a ação dos que, embora manifestando-se pela emancipação, recuavam e resistiam diante de toda a medida que se propusesse a apressá-la.” (1989, p.439).

Feita a abolição, os vaticínios do Barão tornam-se em parte verdadeiros: sim, foi a ruína para os cafeicultores do Vale do Paraíba; e não, não foi a ruína para o país que, pelo contrário, quase não sentiu a ausência de escravos. Segundo Emilia Viotti da Costa, o que houve foi um grande deslocamento de fortunas¹⁴. Machado de Assis, por meio do seu Conselheiro Aires, parece aludir a esse fato quando, em 02/08/1888, referindo-se a Aguiar, afirma: *Nem tudo se perde nos bancos; o mesmo dinheiro, quando alguma vez se perde, muda apenas de dono.* (p. 1135)

Porém, no Vale do Paraíba, as conseqüências da abolição foram particularmente desastrosas. De maneira geral, os escravos libertados pela Lei Áurea abandonaram as fazendas. Os motivos que os levaram a essa atitude foram diversos (COSTA, 1989): busca pela vida urbana, busca de melhores salários em fazendas do Oeste Paulista, ou, simplesmente, a vontade de conhecer outros lugares. O fato é que poucos fazendeiros lograram êxito na manutenção dos trabalhadores na lida. Não houve tempo hábil ou capacidade financeira para conseguir braços imigrantes para essas fazendas e muitas acabaram abandonadas.

Emilia Viotti da Costa cita casos extremos dessa ruína que atingiu os cafezais do Vale do Paraíba abandonados pelos antigos escravos.

Contavam-se casos de fazendeiros que sempre tinham sido bons para os escravos e, de uma hora para outra, se viram abandonados por eles, sem ter quem lhes colhesse a safra pendente nos cafezais. Nenhum gesto de “gratidão” pelo “carinho” com que haviam sido tratados. Apontava-se o caso de um senhor que não possuindo herdeiros legara a sua fazenda aos escravos. Pois estes, depois de terem consumido todos os víveres, abandonaram a fazenda. (1989, p.461)

¹⁴ Emília Viotti baseia-se em dados econômicos objetivos. Oliveira Viana, escritor conservador e amplamente favorável à monarquia, escrevendo em 1925, tem visão muito mais dramática, com uma visão negativa da abolição: “Diante do êxodo geral, da escravaria solta, dos cafezais abandonados, dos canaviais perdidos, dos engenhos com as chaminés sem fumo e a sua maquinaria imobilizada, nenhum desses grandes *landlords* arruinados via outra coisa senão a culpa da dinastia, a sua ação direta, a sua cumplicidade ostensiva com os petroleiros do Abolicionismo.” (VIANA, 2004, p. 80)



Qual a semelhança desse caso real com o vivido na fazenda Santa-Pia? O único detalhe que diferencia Santa-Pia de outras fazendas é o fato de lá os escravos terem sido libertados um pouco antes da abolição feita pelo governo. Quando a fazenda cai nas mãos de Fidélia, após a morte de seu pai, em 20 de junho de 1888, Aires, com o seu vivo interesse pela jovem viúva, passa a registrar em seu diário a evolução dos fatos na propriedade. A primeira impressão é a de que nada havia mudado. É o que se depreende da carta enviada pela viuvinha aos Aguires, lida por Aires em 30 de junho de 1888:

Quatro páginas apenas, não deste papel de cartas que empregamos, mas do antigo papel chamado de peso, marca Bath, que havia na fazenda, a uso do pai. Trata longamente dele e das saudades que ela foi achar lá, das lembranças que lhe acordaram as paredes dos quartos e das salas, as colunas da varanda, as pedras da cisterna, as janelas antigas, a capela rústica. Mucamas e moleques deixados pequenos e encontrados crescidos, livres com a mesma afeição de escravos, têm algumas tinhas naquelas memórias de passagem. (O.C., p.1130).¹⁵

Imagina-se que os ex-escravos de Santa-Pia eram diferentes da maioria; pois mantinham-se trabalhando como nos tempos da escravidão. Tudo na fazenda pareceria estar do mesmo jeito, das pedras aos escravos. Mas uma leitura mais apurada pede maior atenção ao uso da palavra “livres”. Note-se que em todo o *Memorial* o autor usa a palavra “libertos” para referir-se aos ex-escravos da fazenda, mas ao referir-se aos “moleques deixados pequenos” usa a palavra “livres”. Até 1871, o termo “liberto” era aplicado a pessoa filha de mãe escrava que herdava da mãe a condição de escravo e era alforriado. Depois da Lei do Ventre Livre, de 1871, mesmo o filho de mãe escrava nasce livre, não lhe cabendo mais a designação “liberto”. É um sutil registro dos efeitos da Lei do Ventre Livre, pois, aqueles moleques, provavelmente, haviam nascido após a lei e, livres por direito, não tinham recebido

¹⁵ Na edição de *Memorial de Aires* da Editora Ática (1985) encontramos “Mucamas e moleques deixados pequenos e encontrados crescidos livres”, portanto sem vírgula entre crescidos e livres.



o “favor” da liberdade, como os outros escravos mais velhos. Ainda voltaremos à importância da Lei do Ventre Livre e das denominações dadas aos negros.

O uso da palavra “livre” nos faz lembrar que mesmo sem alforria e abolição esses jovens não ficariam mais na fazenda; houve assim, apenas uma antecipação dos fatos que levariam Santa-Pia à decadência. Em 02 de junho, Aires descobre, pelo desembargador Campos, que a fazenda não era mais a mesma:

– Ficar de vez, não fica; demora-se algumas semanas, depois virá e provavelmente transfere a fazenda; acho que não faz mal. Ficaria, segundo me disse, se fosse útil, mas parece-lhe que a lavoura decai, e não se sente com forças para sustê-la. Daí a idéia de vender tudo, e vir morar comigo. Se ficasse tinha jeito. Ela mesma tomou contas a todos, e ordenou o serviço. Tem ação, tem vontade, tem espírito de ordem. Os libertos estão bem no trabalho.

Conversamos um pouco dos efeitos da abolição, e despedimo-nos. (O.C., p. 1132).

A fazenda, fica evidente, entrara em processo de decadência. Aparentemente, essa decadência não seria decorrência da falta de mão-de-obra, uma vez que os libertos não abandonaram o trabalho. Mas fica evidente também que isso poderia acontecer a qualquer momento quando são citados “os efeitos da abolição”.

Certamente, após a volta de Fidélia para a Corte, a distância da sinhazinha fez com que as lembranças do tempo da escravidão comesçassem a dissipar-se na mente dos ex-escravos que, paralelamente, adquiriam consciência da sua situação de homens livres. A própria Fidélia colabora com essa tomada de consciência no momento em que deixa a fazenda após a morte do pai. Aires escreve em 10 de agosto de 1888.

Fidélia chega da Paraíba do Sul no dia 15 ou 16. Parece que os libertos vão ficar tristes; sabendo que ela transfere a fazenda pediram-lhe que não, que a não vendesse, ou que os trouxesse a todos consigo. Eis aí o que é ser formosa e ter o dom de cativar. Desse outro cativo não há cartas nem leis que libertem; são vínculos perpétuos e divinos. Tinha graça vê-la chegar à Corte com os libertos atrás de si, e para quê, e como sustentá-los? Custou-lhe

muito fazer entender aos pobres sujeitos que eles precisam trabalhar, e aqui não teria onde os empregar logo. Prometeu-lhes, sim, não os esquecer, e, caso não torne à roça, recomendá-los ao novo dono da propriedade. (O.C., p. 1138)

É Fidélia, e não os libertos, quem deixa clara a nova realidade. Antes, caso ela vendesse a fazenda, ela carregaria os escravos, assim como os outros pertences. Agora, eles são livres e ela não os quer por perto; a não ser como fornecedores de mão-de-obra barata. Fica claro que, em caso de venda da fazenda, eles estariam abandonados à própria sorte; podendo, inclusive, ser expulsos da fazenda sem ter o “gosto de morrer onde nasceram”, como anteriormente afirmara o Barão de Santa-Pia. Inverte-se, assim, aquilo que o Barão havia afirmado e a lealdade ao senhor —ou, mais precisamente à sua herdeira— de pouco ou de nada valeria. Poderia mesmo, pelo contrário, tornar-se até um empecilho para a tranquilidade da vida de Fidélia. Trata-se da tomada da consciência de uma nova realidade na qual as relações senhoriais e patriarcais já não tinham mais sentido. Diante da nova ordem, eles terão de vender sua força de trabalho a quem quiser comprar e o máximo que a antiga senhora poderia fazer a seu favor era a “propaganda” desse produto, sob a forma de recomendação ao novo dono.

Conscientes de sua nova situação, os escravos de Santa-Pia começam a deixar o trabalho. A partir de 3 de outubro, em vários momentos, o *Memorial* registra o risco dos escravos deixarem a roça:

Logo depois contou-me Campos que a sobrinha queria ir passar algum tempo à fazenda.

— Os libertos, apesar da amizade que lhe têm ou dizem ter, começaram a deixar o trabalho, e ela quer ver como está aquilo antes de concluir a venda de tudo. (O.C., p. 1155)



As referências ao possível abandono são retomadas em 08 de abril de 1889. Aires registra um diálogo com Aguiar, demonstrando que os libertos não tinham ido embora, mas continuavam a ameaçar sair:

- Os libertos têm continuado no trabalho?
- Têm, mas dizem que é por ela. (O.C., p. 1190).

Sabemos que, em abril, Fidélia já demonstrara seu interesse em casar com Tristão que chegara de Portugal. Naquela altura dos fatos, a fazenda já se tornara um problema para Fidélia. Se ela se ausentasse da propriedade, os trabalhadores a abandonariam deixando-a em ruínas: “o administrador, que não tem tido força para deter a saída dos libertos até hoje, não terá até então. Fidélia cuida que a presença dela bastará para suspender o abandono”. (O.C. p.1156) Ficando Santa-Pia abandonada, as chances de se conseguir vendê-la são nulas. É o próprio Conselheiro Aires quem registra, no seu *Memorial*, em 15 de abril de 1889, a problemática situação da venda da fazenda: “Já não se vende Santa-Pia, não por falta de compradores, ao contrário; em cinco dias apareceram logo dous, que conheceram a fazenda, e só o primeiro recusou o preço.” (O.C., p. 1191) Podemos deduzir dessa fala que a falta de compradores e o preço baixo das terras do Vale do Paraíba era um fato comum naquele momento. Lembremos mais uma vez as informações dadas por Emília Viotti da Costa:

Num estudo econômico e financeiro sobre o Estado de São Paulo, publicado em 1896, podia-se verificar a existência de grande número de fazendas abandonadas ao longo do Vale, fazendas enormes, como a de Santa Rita, próximo a Aparecida, com um milhão de pés de café, tinham safra de pouco mais de vinte mil arrobas. (1989, p. 458)



Correndo o risco de entrar em colapso, o preço pedido por Santa-Pia não poderia ser muito alto, mas mesmo assim um dos compradores recusou¹⁶. Pode-se concluir que, para Fidélia, a fazenda havia se tornado uma pedra de tropeço da qual ela precisava livrar-se. Sendo assim, a decisão da jovem viúva de ao invés de vender a fazenda por qualquer preço doá-la aos escravos que ainda se mantinham no trabalho pareceu a todos uma decisão perfeitamente aceitável. Aires comenta o fato com D. Carmo: “Se eles [Tristão e Fidélia] não têm de ir viver na roça, e não precisam do valor da fazenda, melhor é dá-la aos libertos” (O.C., p. 1191). Eis aí um efeito bastante severo da abolição: um ano antes os escravos não tinham nem sequer sua liberdade, agora têm até a fazenda.

Mas, a posse da fazenda não resolve, necessariamente, a situação dos ex-escravos. Aires aponta dúvidas sobre a capacidade de os libertos aproveitarem tudo o que haviam ganhado:

Poderão estes fazer a obra comum e corresponder à boa vontade da sinhá-moça? É outra questão, mas não se me dá de a ver ou não resolvida; há muita outra coisa nesse mundo mais interessante. (O.C., p.1191)

Lá se foi Santa-Pia para os libertos, que a receberão provavelmente com danças e com lágrimas; mas também pode ser que esta responsabilidade nova ou primeira... (O.C., p. 1192)

Seria um grupo de pessoas que nasceu e cresceu sem saber o que é liberdade, sem poder decidir sobre nada, educado para obedecer ordens, capaz de tomar as rédeas da própria vida? Seriam capazes de organizar e dividir entre si a produção da fazenda? É bem provável que não, que precisassem de algum tipo de orientação para que pudessem integrar-se

¹⁶ Emilia Viotti cita o testemunho de um fazendeiro: “A fortuna que ele havia avaliado em 1885 em cento e muitos contos ficou reduzida a cerca de um trinta contos de réis e ainda assim puramente nominais. O valor das terras descera a cem mil-réis o alqueire e até menos, quando em 1885 estivera a quatrocentos mil-réis. Também o preço atribuído ao pé de café baixara. Estivera a quatrocentos e quinhentos réis caindo para cem, cinquenta e até vinte. E os compradores nem por esses preços apareciam.” (1989, p. 463)

verdadeiramente a uma sociedade de homens livres. Mas, nem os caridosos senhores nem os antigos abolicionistas voltaram a sua atenção aos ex-escravos.

O movimento abolicionista extinguiu-se com a abolição.[...] Nascera mais do desejo de libertar a nação dos malefícios da escravatura, dos entraves, dos entraves que esta representava para a economia em desenvolvimento, do que propriamente do desejo de libertar a raça escravizada [...] Alcançado o ato emancipador, abandonou-se a população de ex-escravos à sua própria sorte. (COSTA, 1989, p. 460-461)

O abandono dos ex-escravos também pode ser notado na fala de Aires: “há muita outra coisa nesse mundo mais interessante”. Ou seja, o problema dos ex-escravos passa a ser só deles. As “camadas médias”, que antes haviam aderido fortemente ao movimento abolicionista, agora se sentiam plenamente satisfeitas com a “redenção” dos escravos, julgando paga sua dívida para com eles após a abolição. Portanto, agora caberia aos próprios escravos beneficiarem-se da liberdade que haviam “ganhado”. Provavelmente, foi esse tipo de sentimento que invadira a alma de Fidélia, Tristão e de todos os seus amigos. Agora poderiam esquecer que um dia houve escravidão no Brasil. Assim, os libertos despedem-se da vida de Tristão e Fidélia e do *Memorial de Aires*.

Apesar de as consciências estarem tranqüilas, os negros felizes e a economia do país a salvo; apesar de tudo o que acontecia no Vale do Paraíba, as conseqüências do longo período de escravidão se fariam sentir por muito tempo no Brasil. É o próprio Conselheiro Aires quem demonstra ter alguma consciência sobre a extensão dos danos acarretados pelo sistema escravista para o Brasil:

Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da Poesia. (O.C., p. 1118).



Este trecho do *Memorial de Aires* também encerra uma referência a um fato histórico importante e cheio de significados: a queima de arquivos relativos à escravidão. Segundo Francisco de Assis Barbosa (1988), já nos momentos que se seguiram à Lei Áurea comentou-se sobre a possibilidade de serem queimados os documentos relativos à escravidão com o objetivo de apagar a lembrança de três séculos de sistema escravista. Mais tarde, em 1890, durante o Governo Provisório da República, essa medida foi colocada em prática, com o apoio da Assembléia Constituinte, pelo então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, que mandou queimar os comprovantes fiscais relativos à escravidão existentes no Ministério da Fazenda.

Rui Barbosa tinha uma intenção mais imediata do que a de “apagar a instituição da história”: com a queima dos arquivos, ele eliminava a possibilidade de os antigos proprietários reclamarem ao governo algum tipo de indenização pela perda dos escravos. Tratava-se de uma ameaça real, pois o próprio ministro João Alfredo, que fizera passar a Lei Áurea, já tinha proposto projeto nesse sentido. Com a República, os “indenizistas” voltavam a articular-se para fazer pressão sobre o governo e a Constituinte, assim a atitude de Rui Barbosa “matou no ninho” a iniciativa.

Ao se referir aos documentos relativos à escravidão, Machado de Assis trata de um assunto que conhecia muito bem, não como literato ou jornalista, mas como funcionário público que foi durante a maior parte de sua vida¹⁷. Magalhães Júnior destaca que, dentro de sua função no Ministério da Agricultura, Machado teve a oportunidade de lidar com questões relativas à aplicação da Lei do Ventre Livre. Como já vimos anteriormente, a lei criava uma série de mecanismos dedicados a organizar a posse de escravos e garantir a sua gradual libertação. Uma das medidas presentes na Lei do Ventre livre era a instituição da matrícula

¹⁷ Em 1867, foi nomeado ajudante do diretor de publicação do “Diário Oficial”. Em 1873 ingressa no Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas onde fez carreira. Morreu com mais de 40 anos de trabalho ainda como funcionário público no Ministério da Viação. (cf. Magalhães Júnior., 1970, p. 105)

obrigatória dos escravos. Estabelecia-se um prazo para que os proprietários registrassem os seus escravos; esse registro serviria para controlar o nascimento das crianças que, a partir de então, seriam livres e para a cobrança de imposto sobre a propriedade escrava. Esse imposto formaria o fundo de emancipação a ser usado para comprar a liberdade de escravos, que, por sua vez, deveriam estar devidamente registrados. Para proprietários relapsos que perdessem os prazos estabelecidos para a matrícula, a lei previa a perda do direito de propriedade sobre os escravos não registrados, considerados conseqüentemente, livres.

Foi sobre uma questão envolvendo estes princípios que Machado, como Chefe da 2ª Seção do Ministério da Agricultura, foi chamado a opinar. Deu parecer favorável à liberdade dos escravos, mesmo tendo o proprietário já conseguido na Justiça local ordem para fazer a matrícula fora do prazo. Machado redigiu o parecer em seis dias –a questão já se arrastava por mais de um ano– com tal qualidade, que foi aceito e, além disso, acabou fundamentando a decisão proferida pela Seção de Justiça do Conselho de Estado; naturalmente, favorável à liberdade dos escravos.

Magalhães Júnior (1970, p. 37) ainda cita outro episódio em que Machado deu parecer favorável à liberdade dos escravos contra um pedido de prorrogação de prazos de senhores do interior da Paraíba e Pernambuco. Estes senhores alegavam que a Revolta do Quebra-Quilos havia impossibilitado o registro. Dessa vez, o parecer de Machado não foi adotado pelo Conselho de Estado.

Sidney Chalhoub também destaca a postura de Machado sempre favorável à liberdade dos escravos. Um detalhe notado por ele está no uso da palavra “ingênuos”. Vejamos: a lei de 1871 era lacunar quanto à denominação a ser dada aos filhos de mulher escrava nascidos após a lei. Lembremos que até 1871 a condição escrava é transmitida pela mãe; portanto, a

criança, mesmo sendo filha de um homem livre, seria escrava como a mãe. Essa criança poderia ser libertada pelo senhor, tornando-se assim um “liberto”. Se a criança fosse filha de mãe livre, seria designada “ingênuo”. Tanto o liberto como o ingênuo seriam livres, mas não teriam os mesmos direitos políticos definidos pela Constituição de 1824. O liberto, por exemplo, só poderia votar nas eleições primárias e não poderia ser eleito, não importando se suas rendas fossem suficientes para ser eleitor; também não poderia exercer uma série de cargos públicos. “Em outras palavras, eram votantes, porém não eleitores ou elegíveis.” (CHALHOUB, 2003, p.266)

Se ficasse entendido que a Lei do Ventre Livre transformava as crianças nascidas a partir daquele momento em “libertos”, a lei estaria transformando essas crianças em cidadãos de segunda classe, com papel político reduzido. Se ficasse entendido que essas crianças deveriam ser consideradas “ingênuos”, então seriam cidadãos com todos os direitos políticos. Em tempo: esse debate refere-se apenas aos homens. As mulheres —brancas ou negras— não eram contempladas, em nenhuma hipótese, com direitos políticos.

Nos relatórios feitos pelo Ministério da Agricultura, a partir do momento em que Machado se tornara Chefe da 2ª Seção desse Ministério, Chalhoub observa ser “ingênuos” a denominação atribuída quase sempre aos escravos nascidos após a Lei do Ventre Livre. A atitude de adotar o termo “ingênuos” teria sido uma maneira utilizada por Machado, e não só por ele, para forçar uma interpretação da lei de 1871 de maneira a garantir direitos aos escravos. Infelizmente, essa ação caiu no vazio, pois as mudanças no sistema eleitoral excluíram os analfabetos do direito ao voto. Como ninguém se encarregou de dar alguma formação aos “ingênuos”, criados pela Lei do Ventre Livre, outra questão que também

preocupou o Chefe de Seção Machado de Assis¹⁸, eles chegaram à vida adulta sem cidadania plena, e, pior, morreriam sem ela.

Assim, quando se lê no *Memorial* que, em 1888, Fidélia encontra os moleques negros que deixara anos antes “livres com a mesma afeição de escravos” (O.C., p. 1130), pode-se deduzir que a afeição se mantinha junto com a situação. Apesar de livres, eles ainda viviam nas mesmas condições de escravos. Pouco ou nada mudou em suas vidas com a liberdade a eles concedida naquelas condições.

Algumas conclusões podem ser tiradas da relação de Machado com a escravidão e da sua presença no *Memorial de Aires*. Longe de ser um livro somente “intimista” e autobiográfico, o *Memorial de Aires* acompanha de perto a questão da abolição, seus precedentes e suas conseqüências. Machado aproveita, na obra, a sua experiência como funcionário público. Nessa função, teria agido como verdadeiro abolicionista –Raimundo Magalhães chega a equipará-lo aos grandes nomes do abolicionismo: Nabuco, Patrocínio ou Rui Barbosa– para compor, de forma crítica e com extrema sensibilidade histórica, o *Memorial de Aires*.

¹⁸ Sidney Chalhoub relata uma consulta feita ao Conselho de Estado pela 2ª seção, chefiada por Machado, sobre a possibilidade de se interpretar a Lei do Ventre Livre no sentido de se obrigar os senhores de escravos a dar educação primária aos ingênuos sob sua responsabilidade. (2003, p. 279-280)



4.2. Abolição e Mudanças Sociais

Considerando-se ainda a experiência de Machado de Assis como funcionário público, percebe-se que o seu trabalho burocrático forneceu material riquíssimo para a composição de um personagem como o Barão de Santa-Pia. Em 1876 (CHALHOUB, 2003, p.255), Machado se deparou com a reclamação de um senhor que se viu obrigado pela lei a dar a alforria a um escravo seu que conseguira recolher dinheiro (pecúlio) suficiente para pagar a própria liberdade. A ação pela liberdade foi iniciada por um representante (curador) do escravo que zelou para que ela fosse cumprida. O juiz não conseguiu entrar em acordo com o senhor, que ignorava as convocações do magistrado, e acabou arbitrando o valor do escravo e mandando o meirinho à fazenda para libertá-lo. Em outras palavras, o juiz tirou o escravo do senhor, concedendo (impondo) a este último a indenização. A ira do senhor voltou-se contra o juiz e contra o curador do escravo. Ele não aceitou a intervenção de terceiros e muito menos a intervenção do poder público na sua relação com a escravaria —em suma: no seu direito de propriedade. Apenas para recordar, voltemos ao *Memorial de Aires*, no momento em que o desembargador Campos define bem a relação do Barão de Santa-Pia com o poder público: “Ele é capaz de propor a todos os senhores a alforria dos escravos já, e no dia seguinte propor a queda do governo que tentar fazê-lo por lei.” (O.C., p. 1116)

A Lei Áurea é o golpe fatal na oligarquia cafeeira do Vale do Paraíba, na qual figuravam pessoas como o conservador Barão de Santa-Pia. Esses “barões do café” são herdeiros em grande parte dos senhores de engenhos e de minas da época do Brasil Colônia.



As relações de senhorio são herdadas e mantidas por esses barões que, com privilegiada situação econômica, mantêm-se no topo da sociedade brasileira, como fica claro no texto de Emília Viotti da Costa:

O fazendeiro de café do Vale do Paraíba teria muito em comum com o senhor de engenho do nordeste. Cedo se improvisaria na Corte uma nova aristocracia (...) A sociedade organizava-se em função do sistema escravista e as instituições adequavam-se a essa realidade. Nas zonas rurais o senhor exercia livremente o seu domínio. A polícia e a justiça não constituíam impedimento às suas arbitrariedades, seus membros recrutados entre as categorias dominantes ou pertencentes à sua clientela, colaboravam para a manutenção do regime. O poder legislativo, onde os senhores tinham larga representação, defendia os interesses senhoriais. (COSTA, 1989, p. 468-469)

Constituía novidade, portanto, a criação de leis que viessem a prejudicar interesses desses senhores. E, pior que isso, que permitissem ao Estado a intervenção em seus domínios, como passou a acontecer a partir de 1871, com a Lei do Ventre Livre, tão ciosamente defendida por Machado.

Os nossos nobres “tupiniquins” assemelhavam-se muito aos senhores feudais da Europa Medieval. Tinham, realmente, o poder de vida e de morte sobre aqueles que estavam sob seu domínio: os escravos, os poucos homens livres pobres que os cercavam e a família. O episódio do primeiro casamento de Fidélia, tratado com bastante interesse pelo Conselheiro Aires, demonstra bem como se davam as relações de poder do senhor com os seus “subordinados”. Fidélia, passeando no Rio de Janeiro, conhece e apaixona-se por Eduardo Noronha, sem saber tratar-se do filho de um inimigo político do pai. Para o Barão de Santa-Pia, a possibilidade de sua filha casar-se com o filho de um inimigo político não deveria nem ser cogitada – Aires afirma que o casamento de Romeu e Julieta seria mais fácil (O.C., p.1100). Quando o Barão descobre, pelo irmão, o desembargador Campos, o que se passara, Campos sugere uma reconciliação entre as duas famílias; mas Santa-Pia resolve agir

energicamente, arrastando a filha de volta para a fazenda. É Rita, irmã de Aires quem relata esse episódio para ele:

[...] O barão ficou furioso, pegou da moça e levou-a para a fazenda. Você não imagina o que lá se passou.

– Imagino, imagino.

– Não imagina.

– Pô-la no tronco?

– Não, protestou Rita; não fez mais que ameaçá-la com palavras, mas palavras duras, dizendo-lhe que a poria fora de casa, se continuasse a pensar em tal atrevimento. Fidélia jurou uma e muitas vezes que tinha um noivo no coração e casaria com ele, custasse o que custasse. [...] Enfim, a moça entrou a não querer comer. (O.C., p.1112)

O Barão, para não ter a culpa de provocar a morte da filha doente de amor, acaba cedendo, mas promete nunca mais revê-la. Apesar de irônica, é sintomática a referência de Aires ao tronco: senhores de escravos não estavam acostumados a aceitar desobediências dos seus subordinados. O Barão prefere perder a amizade da filha a aceitar a reconciliação com um inimigo político; sofre uma derrota, mas não a perda do orgulho.

Trata-se um comportamento parecido com aquele adotado perante a abolição: para não perder a autoridade, o Barão liberta os escravos antes da chegada da lei. Sacrifica seus interesses mais imediatos para não ter o orgulho ferido por uma intervenção do governo. Sobre essa ação, comenta o desembargador Campos: “O ato que ele resolveu fazer exprime apenas a sinceridade das suas convicções e o seu gênio violento” (O.C., p. 1116, g.n.). Não se pode negar que esse “gênio violento” e autoritário já era bem conhecido por Fidélia.

Brito Broca, em *Machado de Assis e a Política*, demonstra que Santa-Pia é um “dos tipos sociais mais característicos do Império: o do nobre escravocrata” (1957, p. 60). Esse tipo, segundo Broca, tinha uma espécie de visão invertida da realidade:

A idéia de legitimidade da escravidão transcendia no seu espírito a do poder do governo para suprimir uma instituição, cuja existência dependia exclusivamente do governo. Santa Pia jamais veria que o espoliador era êle, beneficiando-se de uma lei universalmente condenada, que precisava ser abolida. (BROCA, 1957, p. 61)

Em outras palavras, Santa-Pia é capaz de deslocar-se da posição de explorador (do trabalho escravo) para a de explorado (pelo governo), com o intuito de manter seu poder.

Se entendermos que o Barão de Santa-Pia é um aristocrata típico, perceberemos também que esses dois episódios, o casamento de Fidélia e a alforria dos escravos, são, sem dúvida nenhuma, um sinal do enfraquecimento do poder do seu grupo social; afinal, ele não consegue manter o controle sobre a filha e nem sobre os escravos. Sem dúvida, chegavam novos tempos em que gente como o Barão de Santa-Pia não tinha mais espaço. O grupo social ao qual pertencem a maior parte dos personagens do *Memorial de Aires* é bastante distanciado da aristocracia rural à qual pertence o Barão. Trata-se de um grupo tipicamente urbano, próximo da classe média à qual já nos referimos, que não viveu no ócio explorando o trabalho escravo. Desse grupo, Aguiar e sua esposa, D. Carmo, são os que têm uma história de vida mais afastada da aristocracia cafeeira.

Quanto à vida deles ei-la aqui em termos secos, curtos e apenas biográficos. Aguiar casou guarda-livros. D. Carmo vivia então com a mãe, que era de Nova Friburgo, e o pai, um relojoeiro suíço daquela cidade. Casamento a grado de todos. Aguiar continuou guarda-livros, e passou de uma casa a outra e mais outra, fez-se sócio da última, até ser gerente de banco, e chegaram à velhice sem filhos. É só isto, nada mais que isto. Viveram até hoje sem bulha nem matinada.

[...]

A pobreza foi o lote dos primeiros tempos de casados. Aguiar dava-se a trabalhos diversos para acudir com suprimentos à escassez dos vencimentos. D. Carmo guiava o serviço doméstico, ajudando o pessoal deste e dando aos arranjos da casa o conforto que não poderia vir por dinheiro. (O.C. p. 1107)



Aguiar parece ser um sujeito que cresceu, “venceu na vida” (*self-made man*), conseguindo sua boa posição social com esforço —algo que não era muito comum na sociedade do Império, na qual para alguém alcançar algum status social, ou nascia em boa situação ou conseguia bons padrinhos que lhe proporcionassem “favores”. Poucos são aqueles que, como Aguiar, conseguiam alguma ascensão social apenas por competência. Outras figuras próximas socialmente aos Aguires são: Osório, o advogado do Banco do Sul e pretendente de Fidélia, e Miranda, o corretor, irmão da maledicente Cesária.

Aires é diplomata, Campos desembargador, Aguiar é gerente de banco, Miranda é corretor, Osório é advogado e Tristão é filho de comerciantes... todos com boa situação financeira (aparentemente) —nenhum fazendeiro, nenhum proprietário de escravos. Campos tenta fazer com que o irmão acabe com as discórdias políticas e ninguém se importa, realmente, com a possível bancarrota da fazenda Santa-Pia. E em outras palavras: os antigos barões do café já não eram importantes, o Brasil poderia viver sem eles.

A decadência do Barão de Santa-Pia após a abolição é evidente. No registro de 09 de junho do *Memorial*, Aires relata a conversa com Fidélia, na qual ela comenta sobre o comportamento político do seu pai:

—A separação que se deu entre nós era impossível impedi-la. Conselheiro, o senhor que viveu lá fora a maior parte da vida não calcula o que são aqui esses ódios políticos locais. Papai é o melhor dos homens, mas não perdoa a adversário. Hoje creio que está tudo acabado; a abolição fê-lo desgostoso da vida política. Já mandou dizer aos chefes conservadores daqui que não contem mais com ele para nada. (O.C., p. 1125)

O Barão desaparecia politicamente e fisicamente: morreria em 20 de junho de 1888, pouco mais de um mês após a abolição da escravatura. Com ele, saía de cena também a poderosa aristocracia da qual fazia parte; substituída que estava por outra mais poderosa economicamente e com outros propósitos políticos mais “modernos”, os ideais republicanos.



4.3. Conseqüências políticas da abolição

A abolição e a conseqüente decadência da elite cafeeira do Vale do Paraíba têm, naturalmente, uma conseqüência política. Os “barões do café”, como o Barão de Santa-Pia, foram sustentação política e econômica da monarquia brasileira, base da relativa estabilidade política conseguida por D. Pedro II; algo que não tinha sido alcançado nem por D. Pedro I – excessivamente centralizador – e nem na Regência, governo muito próximo à uma república. D. Pedro II conseguira estabelecer-se no poder governando quase como num sistema parlamentarista; no qual o Imperador ficava mais afastado das questões de governo, exercido pelo chefe do conselho de ministros. Os partidos Liberal e o Conservador alternavam-se no poder e, praticamente, cessaram as revoltas armadas. O Imperador devia pairar acima das questões partidárias, conseguindo prestígio dos dois lados, para manter-se no papel de “juiz” que arbitrava as disputas políticas.

Um dos artifícios usados pelo Imperador para manter-se prestigiado pela elite do país foi distribuir títulos de nobreza. Segundo Schwarcz (1998, p. 174-175), entre os agraciados com o título de barão havia a predominância dos “barões cariocas do café”. Em 1869, o Rio de Janeiro era a província com maior número de nobres, só perdendo em número para a própria Corte. Entre esses “nobres” do Rio de Janeiro, certamente havia muitos “Barões de Santa-Pia”. Ao todo, D. Pedro II fez mais de mil nobres durante os seus 48 anos de reinado. Pela lei, as razões pela quais alguém fosse declarado “nobre” eram propositadamente vagas:



“serviços prestados ao estado”; o que permitia ao monarca utilizar o título de nobreza como instrumento de cooptação da elite. Mesmo considerando as altas despesas para conseguir a titulação, quase ninguém se negava a receber a honraria. Lilia Moritz Schwarcz prova que D. Pedro usava os títulos para a autopromoção ao relacionar a concessão de títulos com a popularidade do Monarca, concluindo que:

Curiosamente, no período de maior popularidade do Imperador, a distribuição de concessões foi reduzida, tendo aumentado durante a sua progressiva decadência, o que parece indicar não apenas um uso privado dos títulos como uma manipulação política dos mesmos. Em épocas de crise a entrega de uma concessão ou de um novo título podia funcionar em dois sentidos: compensava descontentamentos, e ajudava a recuperar as finanças do Estado. (SCHWARCZ, 1998, p.175).

Convém aqui lembrar que, além dos títulos mais conhecidos –barão, visconde, conde e marquês–, no Segundo Reinado existiam outras mercês honoríficas. Segundo Schwarcz (1998, p. 173), logo abaixo dos principais títulos de nobreza, existia o de Conselheiro, concedido a pessoas que exerceram cargos importantes no governo, como, por exemplo, os diplomatas de carreira, como o nosso Aires. Constituíam uma espécie de “aristocracia intelectual” dentro da sociedade imperial.

Mas o esforço de cooptação feito por D. Pedro II, distribuindo títulos de nobreza, já não surtia, no final da década de 1880, o mesmo efeito de décadas anteriores. Por isso mesmo, ele foi usado com maior frequência às vésperas da proclamação da República: em 1889, foram 107 novos títulos de nobreza. Um título de nobreza já não era mais garantia de fidelidade ao monarca e, em alguns casos, ao próprio regime monárquico. A principal causa do rompimento do apoio dos barões ao monarca está na abolição.

Aristocratas como o Barão de Santa Pia não estão somente “desgostosos” da política; mas também revoltados com o Imperador e a Princesa Regente –com ele, porque deu impulso

ao processo de emancipação dos escravos; e com ela, porque completou a obra, assinando a Lei Áurea. Esse processo todo está presente de modo sutil no *Memorial de Aires*, quando, no registro 16 de maio de 1888, há uma referência a uma fala do Desembargador Campos “A última vez que me escreveu, depois de falar muito mal do Imperador e da Princesa...” (O.C., p. 1119).

Nesse estado de ânimo, é bem provável que o Barão, em outras épocas defensor da monarquia, agora até comemorasse a queda do Imperador, ou quem sabe, até mudasse de lado...



5. Decadência do Império Brasileiro

...aderindo ao movimento republicano. Assim terminaria a frase anterior, mas como já foi afirmado, o Barão de Santa-Pia morre sem ver a proclamação da República. O *Memorial de Aires* também acaba antes da proclamação da República, mas traz uma série de referências a esse fato e aos acontecimentos que o precederam.

A Lei Áurea acabou rompendo o último laço que sustentava a Monarquia: o apoio da aristocracia cafeeira, representada, no *Memorial*, pelo Barão de Santa-Pia. Esse apoio, aliás, já não era unânime entre os cafeicultores, muito menos entre as elites menos abastadas fora das regiões produtoras de café. A classe dominante, portanto, não tinha mais interesse em manter o Império. O exército também não pegaria em armas para proteger o Imperador e, por fim, o povo também não demonstrava mais tanta admiração pelo monarca e pela monarquia. Restava apenas saber quem daria o “tiro de misericórdia”, levando adiante o projeto de instalar um novo regime no país – o exército, as elites ou próprio povo. Tomemos cada um desses elementos para tentar perceber como eles participaram na decadência do Império e como essa participação aparece no *Memorial de Aires*.

5.1. A monarquia e o povo

Primeiramente, o povo. A quantas andava a popularidade do Imperador? Em 1888, o Imperador encontrava-se em viagem pela Europa, por motivo de tratamento médico e também a passeio. Pedro II já parecia abatido pela idade e enfadado de tantos anos de reinado. Os jornais, principalmente os caricaturistas, o representam como uma pessoa alheia à realidade, cochilando ou observando as estrelas. D. Pedro parecia desinteressado em manter a pompa e o luxo da monarquia que tanto encantava o povo nas ruas. Na década de 80, a pobreza com que se apresentava nos atos públicos chegava a ser motivo de chacota das pessoas que acompanhavam os desfiles imperiais. Segundo Schwarcz, a monarquia perdia espaço na sociedade brasileira: “se até os anos 70 toda a vida cultural girava em torno da corte, a partir dos anos 80 novos grupos se formam, desvinculados do antigo brilho da família imperial”. (1998, p. 413).

D. Pedro já não tinha forças e nem interesse para reverter o quadro e reconquistar prestígio. Uma possível saída seria passar o trono a seu sucessor, mais jovem e disposto. Mas, nesse ponto há uma questão espinhosa. D. Pedro não tivera filhos homens e a herdeira do trono era a Princesa Isabel. A presença de uma mulher no trono era algo destoante em um país patriarcal, no qual, como já afirmamos anteriormente, as mulheres não tinham existência política. No entanto, isto não constituiria grande problema se ela não fosse casada com uma figura impopular, o Conde D’Eu. Considerado um estrangeiro que nunca se adaptou ao país,

ele era conhecido como agiota, sovina e dono de cortiços espalhados pela corte (SCHWARCZ, 1998, p. 432).

Temia-se que o Conde D'Eu exercesse uma influência negativa sobre a esposa durante o seu provável reinado. Existia uma alternativa: entregar o poder ao príncipe Pedro Augusto, neto do Imperador. Entretanto, em 1888, D. Pedro já começava a manifestar os primeiros sintomas da insanidade mental que mais tarde o levaria ao hospício. Quanto mais intensos os sinais de senilidade demonstrados pelo Imperador, maiores os temores em relação ao futuro reinado.

Esses temores praticamente anulavam o “lucro” alcançado pela Princesa com a Lei Áurea. Nos momentos que se seguiram à abolição, a Princesa Regente foi aclamada pela população nas ruas; um desses momentos, no dia 13 de maio de 1888, é registrado no *Memorial de Aires*, como já mencionamos anteriormente. Em meio à agitação geral, Aires é convidado para ir ao Paço ovacionar a Regente. Não aceita, mas deixa relatado o que aconteceu:

Deixei-os ir, a ele e aos outros, que se juntaram e partiram da Rua Primeiro de Março. Disseram-me depois que os manifestantes erguiam-se nos carros, que iam abertos, e faziam grandes aclamações, em frente ao Paço, onde estavam também todos os ministros. Se eu lá fosse, provavelmente faria o mesmo e ainda agora não me teria entendido. Não, não faria nada; meteria a cara entre os joelhos. (O.C., p. 1118)

Como entender o comportamento “indeciso” de Aires diante da ovação à Regente? Por que a vergonha escondendo o rosto? O conselheiro não explica; sua vergonha sugere tratar-se de uma atitude errada, de um equívoco. De fato, a comemoração do 13 de maio criou uma sensação falsa de que o apoio ao decreto da Princesa representava a intenção de apoiar a monarquia a todo o custo.



Existiu, realmente, por parte de alguns abolicionistas a intenção no sentido de promover a imagem de Isabel como a “Redentora”, insuflando nos ex-escravos um sentimento de admiração e lealdade. O principal artífice da construção dessa imagem foi José do Patrocínio, inspirador também da criação da famigerada “guarda negra”, grupo de capoeiras que combatia com violência as manifestações republicanas. A popularidade da Princesa e de D. Pedro continuavam em alta em 1889, quando o Imperador, já retornado de Europa, recebeu uma multidão de pessoas pobres e maltrapilhas que comemoravam seu aniversário.

Vive-se, então, uma situação contraditória. Enquanto o movimento republicano ganhava força, a população pobre parecia manter-se satisfeita com a monarquia. Mas essa população, formada na sua grande maioria por ex-escravos e seus descendentes, não constituía um ator político de peso, ou melhor, não era um ator político. Não se devia esperar que um regime que se constituiu e sustentou a partir da aliança entre monarca e elites pudesse buscar sustento no povo, contrariando as suas origens.

A exclusão da população menos abastada das decisões políticas, especificamente no que se refere às eleições, foi um fato concreto em todo o Brasil Império. Inicialmente, é preciso lembrar a grande massa de trabalhadores escravos, que, em alguns momentos do século XIX, chegou a representar aproximadamente 30% da população. Excluídos os escravos, restava ainda uma série de restrições à participação nas eleições –relativas ao sexo, idade, profissão e renda; o que, na prática, garantia que somente uma pequena parcela da população pudesse exercer o direito ao voto. As mudanças feitas na lei eleitoral durante o Segundo Reinado (foram cinco diferentes sistemas), mesmo que bem intencionadas¹⁹,

¹⁹ As mudanças no sistema eleitoral tinham boas intenções. Segundo Jairo Nicolau “a justificativa para todas as mudanças no sistema eleitoral era a mesma: garantir representação das minorias. A preocupação era evitar que o partido à frente do Gabinete e responsável por organizar as eleições obtivesse todas as cadeiras da câmara.” (2002, p.26)



acabaram por diminuir a participação da população. Nesse ponto, tem especial destaque a Lei de 1881, à qual já fizemos referência, que eliminava o voto dos analfabetos. O resultado das restritivas leis eleitorais é que a porcentagem de eleitores em relação à população quase nunca ultrapassou os 10% e, após 1881, os eleitores não ultrapassavam 1% da população brasileira.

Além do reduzido universo de eleitores, outros fatores colaboravam para tornar o resultado dos pleitos eleitorais uma peça de ficção muito distante do que poderia ser chamado de “vontade do povo”. Fraudes, eleitores fantasmas, manipulações de registros, além da violência que impedia o eleitor de exercer seu direito livremente.

Esse tipo de ocorrência é relatada por Aires numa de suas “lembranças”. Conta ele que, quando criança, uma vizinha iniciou uma “paquera” com um rapaz que passava todos os dias pela rua. O pai da moça, Flor era o nome dela, tomou providências:

Uma noite ouvimos gritos. Na manhã seguinte ouvi dizer que o pai da moça mandara dar por escravos uma sova de pau no namorado. Dias depois foi este recrutado para o exército, dizem que por empenho do pai da moça; alguns creram que a sova fora um simples desforço eleitoral. Tudo é um; amor ou eleições, não falta matéria às discórdias humanas. (O.C. 1134)

Ao afirmar que a sova poderia ser um “simples desforço eleitoral”, Machado deixa claro que isso era algo comum, até aceitável e que, sem dúvida, fazia parte do processo eleitoral, pelo menos do processo eleitoral que ele testemunhara enquanto criança. As diversas mudanças no sistema eleitoral parecem não ter mudado muito a situação. Em resumo: em eleição valia a “lei do mais forte”.

O historiador José Murilo de Carvalho resume assim a relação da monarquia com a população pobre: “Se o governo imperial contava com simpatias populares, inclusive da população negra, era isso devido antes ao simbolismo da figura paternal do rei do que à participação real dessa população na vida política do país”. (1990, p. 24)



Se para a grande massa do povo o exercício efetivo da cidadania através do voto era algo distante, para uma parte da população o direito à participação política era um objetivo a ser conquistado com a mudança de regime político. Esse grupo era o das “camadas médias urbanas”, ao qual já nos referimos. Grupo ainda pequeno que se situava entre a grande massa de pobres e a elite. Diferenciam-se dos primeiros por terem alguma instrução e dos segundos por não possuírem riqueza. Muitos dos que apoiavam o movimento abolicionista já eram republicanos, pois identificavam o Imperador como alguém comprometido com o atraso e com a manutenção da escravidão.

Queriam esses grupos uma cidadania de fato com participação efetiva na vida política do país. Mais uma vez, a questão eleitoral parece importante, pois a “classe média” sabia que o seu voto pouco mudaria os rumos da política do país. Certamente, estavam decepcionados com as reformas eleitorais e queria mudar o regime.

Concluindo: as camadas médias tendiam a aceitar a idéia republicana; mas não tinham meios para agir por falta de apoio da grande massa da população mais pobre, que demonstrava gostar da família real e concordar com a manutenção da monarquia. Além de desunida, a população não tinha meios de agir politicamente. Se não podia participar da política por meios legais, restava a alternativa da violência. Mas, se a participação política era monopólio das elites, a violência era monopólio do exército. E este já não queriam mais a permanência do regime monárquico.



5.2. As elites e a monarquia

Já foi afirmado anteriormente que a aristocracia cafeeira do Vale do Paraíba era o último ponto de apoio à monarquia e que esse apoio desapareceu com a escravidão. Mas como se deu o processo de distanciamento entre a elite e a monarquia?

Pode-se dizer que a razão principal do apoio da elite, amplamente dominada por latifundiários, ao governo monárquico, foi a defesa do sistema escravista. Os fazendeiros acreditavam que o regime monárquico manteria a escravidão e que a eliminação do elemento servil inviabilizaria economicamente seus empreendimentos e, conseqüentemente, o país. Era esse o argumento predominante nos debates em torno da abolição.

Sendo assim, à medida que os fazendeiros conseguem se livrar da dependência da mão-de-obra escrava, tendem a deixar de defender a monarquia com tanto vigor; olhando-a mais criticamente, chegando até mesmo a optar pelo regime Republicano.

A idéia Republicana, no Brasil, não era novidade. Antes da Independência, a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (Bahia-1798) e a Revolução Pernambucana de 1817, inspiradas nas idéias francesas e americanas, já pretendiam fazer a república caso alcançassem sucesso em sua revolta. Após a Independência, liderada por D. Pedro –que implantou um regime monárquico único nas Américas– outros movimentos revolucionários tentaram implantar a república no país. A Confederação do Equador (1824) e a Revolução Farroupilha (1835-1845) foram as tentativas mais consistentes, mas não as únicas, de se instalar um regime republicano.



Uma característica desses movimentos republicanos foi o seu caráter separatista. Afinal, tentavam transformar uma ou mais províncias do Império em repúblicas separadas do resto do Brasil. Essa recorrência fez com que a proposta republicana ficasse associada ao risco de fragmentação do país. Temia-se que o Brasil seguisse o mesmo caminho das antigas colônias espanholas que deram origem a várias pequenas repúblicas, opção que não era interessante às elites do país²⁰. A monarquia, com o poder mais centralizado, seria, portanto, um regime aceitável para a elite política do país. Se D. Pedro I não teve habilidade política suficiente para se manter no poder, o seu filho conseguiu reunir condições para estabilizar a situação política, sustentar um acordo com as elites dominantes e pacificar o país.

O sistema monárquico que vigorou durante o Segundo Reinado era bem parecido com o parlamentarista. Havia a Câmara, o Senado e um conselho de ministros que, junto com seu presidente, cuidava da administração do país. Esse presidente, pela tradição, tinha que ter o apoio da Câmara; portanto, pertencer ao partido majoritário. A diferença fundamental estava no fato de que no parlamentarismo “legítimo” o presidente do conselho, ou primeiro ministro, é escolhido pelo parlamento, enquanto no Brasil essa figura era escolhida pelo Imperador. Também cabia ao Imperador o direito de dissolver a Câmara, caso não houvesse mais consenso. Na prática, quando a Câmara não apoiasse o presidente do conselho escolhido pelo Imperador, este poderia, simplesmente, dissolvê-la, esperando a eleição de uma Câmara mais favorável. Isso sempre acontecia, pois o poder de pressão/manipulação do governo era muito grande.

²⁰ Boris Fausto resume o debate em torno dos motivos que teriam levado à manutenção da unidade territorial do Brasil. Uma corrente tende a entender que a elite brasileira teria unanimidade de pensamento e de objetivos e que portanto não desejava fortemente a separação. Outra corrente defende que a elite política temia que a separação facilitasse a ação inglesa contra o tráfico de escravos arruinando-os economicamente. Para essa segunda corrente seria então o acordo em torno da manutenção da escravidão seria o ponto de sustentação da unidade territorial. (FAUSTO, 1995, p. 184)

Portanto, apesar de parecer um sistema parlamentarista como o inglês, o sistema adotado no Brasil tinha muito pouco do ideal democrático e, muitas vezes, parecia representar a vontade particular do Imperador, que manipulava a vida política. Essa impressão só se reforça quando considerada a série de atribuições do Imperador: aprovar nome de senadores eleitos, vetar leis aprovadas no parlamento, suspender juízes, mudar penas impostas pela justiça etc. Em suma, o Imperador, além de ser o chefe do poder executivo, tinha poder de influenciar ou vetar as ações dos outros três poderes, aproximando-se, assim, de um soberano absolutista.

Esse poder “extra” dado ao Imperador pela constituição de 1824 era chamado de “Poder Moderador”. Emilia Viotti da Costa refere-se à “lenda do poder pessoal” que existia no Segundo Reinado. Para ela, D. Pedro II nunca foi um déspota e, em geral, escutava a opinião das elites, mas foi acusado de abusar do seu poder sempre, obviamente, por aqueles que perdiam espaço no poder:

O direito que tinha o Imperador de dissolver a Câmara e chamar os ministros que lhe parecessem convenientes convocando novas eleições, ao lado da prática eleitoral que, em virtude de fraude, parecia firmar o princípio de que o governo nunca perde as eleições, provocava atritos, descontentamentos e animosidade em relação à Coroa, todas as vezes que esta exercitava as prerrogativas. Se o Imperador dissolvia a Câmara e os conservadores eram afastados do governo, moviam intensa campanha contra o poder pessoal. O mesmo sucedia quando os liberais eram afetados por idêntica intervenção. [...] Os erros dos ministros recaíam sobre o Imperador, ao contrário do que teoricamente deveria acontecer no regime monárquico parlamentar. Os atritos deram origem à lenda do Poder Pessoal. (COSTA, 1999, p. 462)

O certo é que, durante boa parte do Segundo Reinado, recaiu sobre o Imperador esse tipo de acusação, a de abuso do poder moderador (poder pessoal) e tal fato é tido por muitos dos contemporâneos da proclamação da República como um dos principais motivos que

levaram a elite a retirar seu apoio ao monarca. O abuso do poder pessoal²¹ era muito citado, tanto nos anos que precederam à proclamação da República —época em que se passa o *Memorial de Aires*— quanto nos primeiros momentos do regime republicano, quando Machado de Assis escrevia a obra.

Quanto às eleições “arranjadas”, existe ainda, no *Memorial de Aires*, uma outra referência, mas dessa vez às eleições em Portugal. Tristão é indicado candidato e eleito deputado sem nem sequer estar no país. Brito Broca chama a atenção do leitor para esse aspecto:

Perguntamos ao leitor se, embora perfeitamente verossímil, não lhe parece meio extravagante essa idéia de um jovem brasileiro, com alguns anos de Portugal, naturalizar-se lusitano, envolver-se na política e, pretendendo uma cadeira de deputado em Lisboa, vir ao Brasil, em lugar de lá ficar e fazer propaganda da candidatura.

Já que o regresso de Tristão se tornava imprescindível pelas exigências do enredo, bem podia o romancista arranjar outro pretexto [...] A idéia da candidatura a deputado deve indicar, no entanto, da parte de Machado de Assis, uma verdadeira preocupação de entrelaçar o motivo político com o fio do romance, da mesma forma como já o fizera em outras obras de ficção. (BROCA, 1957, p. 101)

Mais extravagante que a candidatura é a eleição, sem nenhum esforço, de um político que sequer se encontra no país. Fica no ar uma pergunta: referia-se Machado às eleições portuguesas ou às eleições brasileiras? Deve-se lembrar que Portugal tinha, naquele momento, um sistema de governo muito parecido com o brasileiro, inclusive com o famigerado poder moderador. Existem características comuns entre os dois processos eleitorais: um candidato era eleito sem o menor esforço junto aos eleitores, desde que devidamente bem apoiado.

²¹ José de Alencar, figura muito próxima à Machado de Assis, foi uma das vítimas do Poder Moderador. Foi eleito para senador pelo Ceará mas teve seu nome cortado da lista por D. Pedro II.



Mas não foi a existência de um processo eleitoral incapaz de representar a vontade do povo que levou a elite a deixar de apoiar a monarquia. Foi, sim, o fato de o processo eleitoral nem sempre representar a vontade da própria elite. Lembremos, novamente, o Barão de Santa-Pia. Ele tinha uma disputa eleitoral com o pai de Eduardo Noronha, o marido de Fidélia. Santa-Pia era conservador; Noronha, liberal. Aires registra como essa disputa era acirrada:

A única particularidade da biografia de Fidélia é que o pai e o sogro eram inimigos políticos, chefes de partido na Paraíba do Sul. Inimizade de famílias não tem impedido que moços se amem, mas é preciso ir a Verona ou alhures. [...]

Nos nossos municípios, ao norte, ao sul e ao centro, creio que não há caso algum. Aqui a oposição dos rebentos continua a das raízes, e cada árvore brota de si mesma, sem lançar galhos a outra, e esterilizando-lhe o terreno, se pode. Eu, se fosse capaz de ódio, era assim que odiava; mas eu não odeio nada nem ninguém, *—perdono a tutti* como na ópera. (O.C. p.1100)

Em muitos casos, essas disputas entre liberais e conservadores eram arbitradas pela ação do governo imperial: afinal os mandatários regionais, os presidentes de província, eram escolhidos pelo Poder Moderador, que assim parecia sempre ter a palavra final. Essa interferência do Poder Moderador desagradava a muitos poderosos locais —a maior dessas interferências foi a aprovação das leis que limitavam o direito de posse sobre os escravos e que terminaram na abolição— e os levava a desejar um governo menos centralizado.

Se a centralização do poder parecia útil às elites mais poderosas no início do Segundo Reinado, agora, na década de 1880, a concentração de poder era um entrave aos seus interesses. Contra a concentração de poderes da Monarquia, o remédio que surgia era a República. Tinha necessariamente de ser a república federativa no modelo americano, que concedia ampla autonomia às províncias, chamadas de Estados.

É natural, portanto, que o movimento republicano crescesse no seio dos cafeicultores do oeste paulista, região de economia mais avançada e que se via sub-representada na câmara e no senado, ao mesmo tempo em que contribuía enormemente para a sustentação financeira do estado monárquico. Quando os fazendeiros paulistas deixaram de depender do trabalho escravo, também não viram mais motivos para sustentar uma monarquia que não lhes parecia favorável. Essa porção da elite sabia que em uma república federativa seria mais livre da tutela do Estado, que no ponto de vista dos mesmos era um empecilho ao desenvolvimento regional —ou que, pelo menos, atrapalhava o seu domínio na região.

5.3. Os militares e a monarquia

Não foram os membros do clube republicano do Rio de Janeiro que proclamaram a República, muito menos os fazendeiros do Oeste Paulista. Foram os militares. O *Memorial de Aires* também faz referências aos fatos que levaram os militares a golpear a monarquia.

Em 2 de março de 1888, o *Memorial* registra:

Venho da casa do Aguiar. Lá achei Fidélia, um primo desta, filho do desembargador, aluno da Escola de Marinha (16 anos) e um empregado do Banco do Brasil. Passei uma boa hora ou mais. [...] A mesma torre da Matriz da Glória, que alguns defenderam como necessária, deixou-nos a nós, a ela [Fidélia] e a mim, concordes no desacordo, sem que aliás eu combatesse ninguém. O casal Aguiar ouviu-nos sorrindo; o moço da Escola de Marinha tentou, em vão, suscitar a questão militar. (O.C., p. 1114)



Em meio a diversos assuntos totalmente íntimos e familiares, surge o jovem aluno da Escola de Marinha a suscitar a questão militar. Esse jovem não aparece em nenhum outro momento do romance, não tem nenhum papel na trama a não ser tentar, em vão, suscitar a questão militar. No *Memorial*, esse episódio é seguido pela mudança de Gabinete: entrando João Alfredo, que faria passar a Lei Áurea.²²

A “questão militar” era um assunto ainda palpitante no momento. Entre 1883 e 1887, uma série de desentendimentos entre militares, principalmente do exército, e o governo imperial acabou fazendo aflorar o descontentamento acumulado durante anos. Esses desentendimentos tinham uma característica em comum: os militares se insubordinavam contra a política dominada por civis.

Um exemplo foi o caso do coronel Cunha Matos, que foi acusado de traidor e covarde por um deputado do partido conservador. O motivo da agressão seria a denúncia de irregularidades feita por Cunha Matos contra um subordinado ligado ao partido conservador. Cunha Matos criticou publicamente o ministro da Guerra por não o defender e acabou preso por insubordinação. Essa prisão gerou a revolta dos militares; pois os políticos civis podiam intervir em questões internas do exército, o que para eles era inaceitável, mas os militares eram proibidos de expressar suas opiniões políticas publicamente. Nesse ponto “falou mais alto” o corporativismo do exército.

A questão envolveu também oficiais superiores, como o Marechal Deodoro da Fonseca, defensor dos militares e contrário aos “casacas” (políticos profissionais). A pressão dos militares deu resultado. Conquistaram o direito de se manifestar pela imprensa e também

²² A torre da Matriz da Glória citada no trecho “a mesma torre...” já tinha sido assunto de Machado em *História de Quinze Dias* (01, jan. 1877) e em *A Semana* (06, nov. 1892). Machado parece odiar a torre da Igreja, ele a transforma em uma espécie de símbolo de tudo o que é inadequado.



a suspensão de todas as penalidades. Sem dúvida, o episódio demonstrou a força do exército e a fraqueza do governo e preparou o terreno para o quinze de novembro.

Entretanto, a questão militar era apenas a “ponta do Iceberg”. A insatisfação dos militares contra o poder monárquico tinha raízes antigas. Para Sérgio Buarque de Hollanda (2004, v.5), o rompimento remete a meados do século e está relacionado com as reformas feitas na estrutura do próprio exército. Valorizou-se a promoção por mérito, abrindo a possibilidade de ascensão na carreira militar a pessoas que não vinham de famílias importantes. Elementos de famílias não tão abastadas entravam na escola militar, recebiam formação e eram promovidos, principalmente por critérios de merecimento. Tratava-se de um processo de profissionalização pelo qual passava o exército, mesmo porque a maioria de seus novos integrantes ingressava ali não somente em busca da glória militar como também em busca de uma melhor condição de vida. Paralelamente a esse processo, surgem as academias de direito, para onde é atraída boa parte dos filhos da elite mais abastada, interessada em formar seus rebentos para a carreira política.

Com isso, o exército vai deixando aos poucos as características aristocráticas que possuía no Primeiro Reinado e passa a ser visto como um dos poucos meios de ascensão social existentes em meados do século XIX. Caxias é um exemplo de uma linhagem “aristocrática”: membro de uma família de militares com uma ascensão meteórica na carreira militar. Esse perfil de oficial estava perdendo importância em meados do século XIX. Na época da questão militar, a tendência predominante é a de os oficiais do exército serem recrutados entre as classes “não dominantes” e, mesmo existindo ainda ligações entre os oficiais do exército e as classes dominantes, passa a prevalecer um certo espírito de corpo militar que faz com que a oficialidade do exército passe a se considerar um grupo social à parte.



Sérgio Buarque de Hollanda conclui não ser possível entender que os militares representassem os anseios das “classes médias” ou da pequena burguesia, e que, mesmo sendo em grande parte oriundos das “classes médias”, representavam os próprios interesses da classe militar. O que aconteceu então foi uma coincidência de interesses. Tanto as classes médias quanto os militares queriam combater a oligarquia dominante.

[...] os setores ignorados ou espoliados pelas oligarquias dominantes, e que formavam a grande maioria da nação, se inclinavam a secundar com frequência de bom grado aqueles que, entre os muitos descontentes com a situação, eram os únicos em condições de desafiar com bom êxito as mesmas oligarquias. (HOLLANDA, 2004, v. 5, p. 345-6)

Eles se opõem com veemência à ação da elite política, dominada por advogados, tida por eles como corrupta, apelidada pejorativamente de “casacas”. Os militares sentiam-se desprezados por essa elite e desprestigiados pelo governo por ela comandado. É esse tipo de pensamento que domina a mente de Deodoro e de outros oficiais envolvidos na questão militar, que não tinham aderido ainda ao movimento republicano. O próprio Deodoro dizia-se admirador de D. Pedro e relutava em liderar um movimento contra o Imperador²³. Pode-se dizer, portanto, que a mudança de regime pareceu a esses “republicanos de última hora” o único meio de ver suas reivindicações atendidas, já que os republicanos convictos, como Benjamin Constant, eram minoria.

Quando o ainda hesitante Deodoro resolve agir, em 15 de novembro, primeiro derrubando o ministério Ouro Preto —aparentemente ele não tinha certeza se iria depor o monarca—, depois proclamando a República, ele dá fecho a uma crise marcada principalmente

²³ Em novembro Deodoro ainda se demonstrava reticente. Somente no dia 11 ele admite receber os líderes republicanos. “Nesse encontro Deodoro mostrou-se, porém, esquivo, desconfiado, quase glacial. O que tinha a ver com aqueles ‘casacas’? Depois de muito instado por Benjamin Constant, acabou por declarar que queria acompanhar o caixão do Imperador, que estava idoso e a quem muito respeitava. ‘Mas o velho já não regula. Se ele regulasse não havia essa perseguição contra o exército’. Consentiu ainda em admitir que nada mais se poderia esperar da monarquia: ele se encarregaria, com Benjamin, da parte militar da revolta. O senhor Quintino [Bocaiuva] e seus amigos que tratassem de cuidar do resto.” (HOLLANDA, 2004, v.5, p. 360)

pela questão militar e pela abolição. Fica ainda uma questão: em que momento essa tempestade se formou? Quando se combinaram os elementos que provocariam a queda da monarquia?

6. A Guerra do Paraguai

O ponto de convergência por onde passam quase todas as explicações para a queda da monarquia é a Guerra do Paraguai. Esta é, ao mesmo tempo, auge do Segundo Reinado e o início de sua decadência. O *Memorial de Aires* traz pelo menos uma referência explícita à essa Guerra. No registro do dia 24 de maio de 1888, Aires escreve:

Fui às minhas abluções, ao meu café, aos meus jornais. Alguns destes celebram o aniversário da batalha de Tuiuti. Isto me lembra que, em plena diplomacia, quando lá chegou a notícia daquela vitória nossa, tive de dar esclarecimentos a alguns jornalistas estrangeiros sequiosos de verdade. Vinte anos mais, não estarei aqui para repetir esta lembrança; outros vinte, e não haverá sobrevivente dos jornalistas nem dos diplomatas, ou raro, muito raro; ainda vinte, e ninguém. E a Terra continuará a girar em volta do Sol com a mesma fidelidade às leis que os regem, e a batalha de Tuiuti, como a das Termópilas, como a de Iena, bradará do fundo do abismo aquela palavra da prece de Renan: "Ó abismo! tu és o deus único!" (O.C., p. 1122)

O tom das observações acima é totalmente despretensioso: indica que a Batalha de Tuiuti, ocorrida havia mais de vinte anos, e que tanta importância parecia ter, estava fadada ao esquecimento. Mas, curiosamente, Machado a coloca no mesmo patamar de outras duas importantes batalhas da História: Termópilas e Iena.

Em Termópilas, em 480 a.C., um pequeno exército liderado pelo rei espartano Leônidas conseguiu conter o exército invasor persa, liderado por Xerxes, muito mais numeroso. Ao final da batalha, Leônidas resistia com sua guarda de 300 homens, que entraram para a História como "os trezentos de Esparta". A resistência heróica dos espartanos não evitou a derrota naquela batalha, mas conseguiu tempo suficiente para que a defesa grega se organizasse ao mesmo tempo em que impunha baixas aos persas. Apesar de ser um

episódio ocorrido há mais de dois mil anos, ele ainda mexia com a imaginação dos escritores contemporâneos de Machado de Assis: Castro Alves e Eça de Queirós citam a batalha em suas obras. Da mesma forma, o próprio Machado já tinha feito referências à batalha em outra obra²⁴.

A Batalha de Iena, ocorrida em 1806, foi travada entre a França de Napoleão e a Prússia de Frederico, o Grande. Após ter derrotado a coalizão de Áustria e Rússia, Napoleão teve de enfrentar a declaração de guerra da Prússia e agiu rápido: massacrou-a numa única batalha nas proximidades de Iena. A impressionante vitória de Napoleão teve um espectador ilustre: o filósofo Hegel,²⁵ que pôde registrar a sua admiração pela ação do Imperador Francês.

Quais os motivos que levariam o escritor a colocar lado a lado batalhas de tão diferentes momentos da História? Uma possível conclusão é que enquanto no nível superficial Machado afirma que a batalha vai cair no esquecimento; no sentido mais profundo o autor entende que a memória de Tuiuti vai ser preservada; pois ele a relaciona com batalhas que teriam sobrevivido à ação do tempo, –muito tempo no caso de Termópilas. Outra conclusão possível é que todos os fatos históricos, por mais importantes que sejam, vão acabar sendo esquecidos um dia (abismo). Entretanto, alguns desses fatos resistem por mais tempo na memória dos homens, certamente porque esses fatos têm grande influência nos destinos desses homens.

²⁴ A Batalha de Termópilas está presente em *Os Maias* (p.300 e 397) e Castro Alves cita essa batalha em *Espumas Flutuantes*. Machado de Assis cita a batalha em pelo menos um outro momento de sua obra: no conto “Lágrimas de Xerxes” (O.C. p. 615). Neste conto Frei Lourenço conta aos jovens Romeu e Julieta a história das lágrimas de Xerxes. No alto de seu poderio Xerxes teria chorado ao lembrar que todos os milhares de homens envolvidos em suas conquistas já não existiriam mais “ao cabo de um século”. Os ventos recolheram suas lágrimas e, por ordem do sol, transformaram-nas em uma estrela “astro da ironia, luzirá cá de cima sobre todas as multidões que passam, cuidando não acabar mais e sobre todas as cousas construídas em desafio dos tempos. Onde as bodas cantarem a eternidade, ela fará descer um dos seus raios, lágrima de Xerxes, para escrever a palavra da extinção, breve, total, irremissível. Toda epifania receberá esta nota de sarcasmo.” (O.C. p.618)

²⁵ Hegel, por sua vez, foi uma das leituras de Machado de Assis (cf. JOBIM, 2001, p.73)



Em 1888, ano relatado no *Memorial de Aires*, e em 1908, ano em que a obra é publicada (“vinte anos mais”), as conseqüências da Guerra do Paraguai ainda influenciavam a realidade brasileira. Era ainda muito cedo para a Batalha de Tuiuti ir para o “abismo” do esquecimento. A Batalha de Tuiuti (1886), assim como a de Termópilas e a de Iena em outras épocas, foi decisiva no destino da Guerra do Paraguai. Francisco Doratioto descreve o início da batalha:

No amanhecer de 24 de maio, no acampamento aliado de Tuiuti, a cerração logo foi substituída pela fumaça negra e asfíxiante resultante dos tiros de canhão, das bombas incendiárias e dos foguetes. Com o ataque surpresa paraguaio, iniciava-se a batalha de Tuiuti, a maior travada até então na América do Sul. Dela participaram cerca de 24 mil paraguaios, que enfrentaram 32 mil aliados, compostos de 21 mil brasileiros, 9700 argentinos e 1300 uruguaios. (DORATIOTO, 2002 P.217)

A vitória em Tuiuti acabou por consolidar a presença aliada em solo paraguaio, iniciando uma nova fase na guerra. A partir dessa batalha, o Paraguai ficou apenas na defensiva. Essa vitória não foi fácil, apesar da superioridade numérica dos aliados. Muitos dos soldados brasileiros nunca tinham entrado em combate e tiveram um duríssimo “batismo de fogo”. Ao final dessa batalha, estavam mortos, segundo Doratioto, aproximadamente 7 mil soldados, sendo 6 mil guaranis. Os brasileiros não conseguiram enterrar todos os corpos após 48 horas de trabalho e se viram obrigados a empilhá-los e incinerá-los, oferecendo um horrível espetáculo.

A Batalha de Tuiuti foi comandada pelo General Osório (1808-1879), figura para o sucesso bélico, na descrição de Doratioto:

Ao sofrer mais seriamente o ataque, Osório —que almoçava com Tamandaré na ocasião do início da ação— manobrou com segurança e bravura, e percorreu todo o acampamento. Esse general foi para a vanguarda e, aos gritos de “Viva a Nação brasileira” e “Viva o Imperador”, fez parar os batalhões que recuavam e avançar aqueles que trazia consigo [...]. (2002, p. 220)



Osório teria sido uma das poucas unanimidades entre aqueles que estavam envolvidos com a guerra do lado aliado. Era querido pelos soldados brasileiros e respeitado por argentinos e uruguaios pelo mesmo motivo: corajoso, não tinha medo de se expor às balas do inimigo para lutar junto de seus soldados. Mais tarde, nos combates da Batalha de Avaí, ele foi ferido com um tiro na mandíbula e mesmo assim manteve-se na batalha até o final. Osório só deixou a guerra quando suas condições físicas já não permitiam mais sua permanência no campo de batalha e foi, certamente, o general aliado que protagonizou a maior quantidade de atos de bravura durante toda a guerra.

Não deixa de ser intrigante o fato de o nome do pretendente de Fidélia ser justamente Osório e surgir, na narrativa, logo após a citação da Batalha, no dia 26 de maio. Existiria algum paralelo possível entre o Osório personagem histórico e o Osório personagem ficcional?

Ambos são pessoas cheias de qualidades. No *Memorial de Aires*, as referências a Osório são sempre acompanhadas de elogios à sua capacidade profissional e seus talentos²⁶ – assim como o General Osório era reconhecido e admirado como militar. Entretanto, apesar de ambos terem reconhecidas capacidades, não conseguem o prêmio maior. O Osório ficcional perde o amor de Fidélia para Tristão; enquanto o Osório histórico não recebeu o mesmo reconhecimento de Caxias, que passou menos tempo envolvido com a guerra.

A Guerra do Paraguai também concentra uma série de episódios que estão relacionados à queda do Império, ocorrida quase vinte anos depois. É no contexto da guerra,

²⁶ Dois exemplos de trechos que informam das qualidades de Osório. Em 26 de maio de 1888 “boa feição, boas maneiras, acaso tímido. É filho de um antigo lavrador do Norte, que reside agora no Recife. Dizem que tem muito talento e grande futuro.” (O.C. p. 1122). Em 14 de setembro de 1888: “Li que venceu uma demanda do Banco do Sul, e Aguiar não lhe regateou louvares ao zelo com que a pleiteou antes do embarque e depois do desembarque. Eis aí um homem que sabe casar o zelo e a tristeza...” (O.C. 1149)

que a força do poder moderador irá se manifestar com maior intensidade. D. Pedro II insiste em continuar o conflito até a deposição de Solano Lopes, mesmo quando instado a procurar estabelecer um acordo de paz pelos aliados e pelos próprios generais. O Imperador obrigou o exército a caçar Solano Lopes até a morte.

O poder moderador também se manifesta em 1868, ao trocar o ministério liberal de Zacarias pelo conservador de Itaboraí. Essa mudança era injustificável no momento, pois os liberais dominavam a Câmara e nenhum problema de relacionamento existia entre esta e o Ministério. Zacarias pediu demissão por discordar de uma nomeação para o Senado feita pelo Imperador. Tratava-se, portanto, de uma demissão de caráter pessoal e, nesse caso, cabia ao Imperador convidar um liberal para substituir Zacarias. Como a Câmara não aceitou Itaboraí, o Imperador dissolveu a Câmara e uma nova eleição foi realizada; E, como sempre acontecia, o partido que estava no poder, o conservador, saiu vitorioso nas eleições, formando uma câmara conservadora.

Foi essa a maior crise ministerial vivida até então. A súbita mudança de gabinete feita pelo Imperador, contra a vontade do parlamento, chamada de “golpe imperial de 1868” por Oliveira Viana (2004, p.27), teve motivações outras que não a simples vontade do Imperador. Francisco Iglésias coloca na Guerra do Paraguai os motivos que levaram o Imperador a forçar a mudança de gabinete.

Para entender os motivos de D. Pedro II, é preciso recapitular os fatos relativos à própria Guerra do Paraguai. O Mato Grosso foi invadido pelas tropas do ditador Solano Lopes em 1864, encontrando o Império Brasileiro totalmente despreparado. Após o “passeio” por Mato Grosso, o Paraguai atacou também a Argentina e o sul do Brasil, ocupando facilmente a cidade de Uruguaiana. A partir de então, o rumo da guerra muda e a expansão

paraguaia pára. A reação brasileira, aliada à argentina e à uruguaia, foi organizada aos poucos. Os aliados dominaram o rio Paraná e retomaram Uruguaiana. O exército brasileiro foi reforçado com voluntários e com escravos e, para equipar e sustentar esses soldados, o governo imperial passou a pedir empréstimos. Imaginava-se, então, principalmente depois da vitória em Tuiuti, que a guerra seria rápida e que logo os paraguaios se renderiam ou seriam derrotados incondicionalmente. Mas a resistência paraguaia e as dificuldades encontradas pelos aliados começaram a prolongar a guerra. Ainda em 1866, ocorre o “desastre” de Curupaiti, onde teriam morrido milhares de soldados aliados²⁷; fato que expôs as fragilidades e falhas de organização do exército imperial.

A partir de Curupaiti, as forças uruguaias e argentinas vão diminuindo sua participação na guerra; ao passo que o Império Brasileiro aumenta os seus esforços. Isso acontecia, sobretudo, porque D. Pedro II não admitia, em nenhuma hipótese, a paz sem a deposição de López. É nessa situação crítica que entra em campo a figura de Caxias.

Para pôr fim às intrigas e discórdias existentes entre os generais brasileiros e unificar o comando, um decreto imperial de 10 de outubro de 1866 nomeou o marquês de Caxias para o cargo de comandante-em-chefe do Exército brasileiro no Paraguai. A ninguém se podia confiar tanta autoridade a não ser a Caxias, por ser o militar brasileiro mais importante, “tanto com respeito à patente, como pelo prestígio de que goza”. (DORATIOTO, 2002, p. 252)

Caxias já tinha se recusado anteriormente a assumir o comando das forças brasileiras, mas acaba cedendo aos apelos do Imperador e do novo ministro Zacarias. Para isso, ele, que era ligado aos conservadores, teve de aceitar servir a um ministério liberal. Para conseguir a

²⁷ Segundo Doratioto (2002, p.245) os números de mortos e feridos em Curupaiti variam conforme o testemunho adotado: as estatísticas oficiais informam um número de aproximadamente 2 mil soldados aliados mortos e outros 2 mil feridos. Testemunhos não oficiais informam 4, 5 e até 9 mil aliados mortos contra um número ínfimo de soldados paraguaios mortos.

sua adesão, Zacarias teve de demitir o ministro da Guerra, o Barão de Uruguaiana²⁸, inimigo de Caxias.

A entrada de Caxias na guerra comporta um certo paralelismo com a chegada de Tristão que, no *Memorial de Aires*, ocupa o mesmo papel de destaque garantido na História a Osório. Na guerra, Osório, que era ligado aos liberais, mantém a liderança do exército; mas passa a obedecer ordens de Caxias, que centralizou o comando de todas as forças brasileiras (Exército e Marinha).

Caxias enfrentou problemas para manter o avanço aliado. Assim, houve um longo período de imobilidade, durante o qual Caxias se ocupou com a reorganização das forças imperiais e também com o recrutamento e treinamento de soldados. Essas medidas se faziam necessárias devido às mortes causadas por doenças. As pestes tiraram muitos soldados de combate antes que dessem o primeiro tiro. A demora de Caxias, que era conservador, em obter avanços gerou muitas críticas e este ameaçou deixar seu posto acreditando não ser suficientemente apoiado pelo governo comandado pelo liberal Zacarias. Havia, portanto, uma séria incompatibilidade entre o comando do governo (liberal) e o comando da guerra (conservador).

Quando Caxias retoma a ação, em 1868, demonstrando a eficiência de seu trabalho, ganha prestígio diante do Imperador, que passa a tender para o lado dos conservadores, desprestigiando o ministério liberal. A consequência dessa situação é a demissão dos liberais e a ascensão dos conservadores. O Imperador julgava ser Caxias mais essencial do que o

²⁸ Angelo Muniz da Silva Ferraz, o Barão de Uruguaiana é citado no *Memorial de Aires*. Teria sido ele que nomeara Aires secretário de legação quando presidente do conselho de ministros (1859-61),.



apoio dos liberais²⁹. Portanto, o “golpe imperial de 1868”, considerado tão prejudicial para os destinos da monarquia, está fundamentalmente relacionada à Guerra do Paraguai.

A ascensão dos conservadores também deixa clara a fragilidade das instituições políticas do país e a sua incapacidade de representar a vontade dos eleitores. Os conservadores usarão a guerra como instrumento de pressão contra os liberais. A essa altura (1868), ela já era impopular no país e o governo enfrentava dificuldades para alistar soldados. Assim, o alistamento passou a ser utilizado pelos conservadores como arma política para tirar os liberais do pleito eleitoral. Doratioto (2002, p. 267) cita o caso de São Paulo, onde o presidente da província, colocado pelos conservadores em 1868, o Barão de Itaúna, conseguiu fazer com que a oposição liberal desaparecesse da eleição provincial de janeiro de 1869. Seus métodos incluíam o recrutamento à força de “voluntários da pátria”, —sempre liberais.

Essa situação ocorre no *Memorial de Aires*, no trecho já citado (O.C., p. 1134), no qual o “paquera” de uma vizinha de Aires é surrado a mando do pai da moça. Dias depois “foi este recrutado para o exército, dizem que por empenho do pai da moça”. Esse fato teria ocorrido anos antes da Guerra do Paraguai, mas como vimos seria perfeitamente transponível para a época da guerra.

Francisco Iglésias demonstra que muitos dos apeados do poder, em 1868, saem clamando por reformas imediatas. Reúnem-se em torno do Centro Liberal e do Clube da Reforma. Entre as suas reivindicações, está a diminuição do poder do monarca. Os liberais radicais começam a negar seu apoio à monarquia e logo vão se organizar em torno das idéias republicanas. Sérgio Buarque afirma, categoricamente, que 1868 é o “início do fim” do sistema monárquico:

²⁹ Entre os liberais estava o próprio Machado de Assis. Astrojildo Pereira (1959, p.96) indica esse “golpe” como um dos motivos que levaram Machado a afastar-se da política partidária.



É profunda a recomposição de forças que se opera em 1868. Depois dessa data, começa a crescer a onda que vai derrubar a instituição monárquica. Ela viveria ainda alguns anos, às vezes até com o antigo brilho. Os homens mais lúcidos, no entanto, sabiam que o Império estava condenado. Em 1868 começa o seu declínio, até chegar à queda em 1889. Agora já ia viver quase que vegetativamente, pois eram sabidos os seus limites. A data de 1868 encerra o período de esplendor e abre o de crises que levarão à sua ruína. (IGLÉSIAS, 2004, v.3 p.112)

Por outro lado, 1868 é o ano mais importante da guerra, pois se fez sentir a superioridade dos aliados e o Paraguai foi praticamente derrotado em uma série de batalhas. Assunção foi ocupada em 1º de janeiro de 1869. Caxias passou a considerar possível o encerramento da guerra, deu sua missão como encerrada e retirou-se. Enquanto isso, Solano López fugia em direção à fronteira com a Bolívia.

Caxias recusou-se a exercer o papel de “capitão do mato”, caçando López. Esse papel coube ao Conde D’Eu, que foi forçado pelo sogro a assumir o posto de comandante. Seria a oportunidade para o jovem príncipe angariar glórias e simpatias que poderiam transformar-se em apoio a um futuro governo ao lado da Princesa Isabel. Mas o Conde D’Eu foi incapaz de conseguir tal intento. O Visconde de Taunay dá uma explicação curiosa: “Empurravam-no todas as circunstâncias para se tornar popularíssimo nesse exército, e nisto punha as maiores aspirações, mas infelizmente não foi o que conseguiu. Por quê? Nascera caipora.” (TAUNAY, s.d., p. 327)

Independentemente de ser ou não caipora, o Conde D’Eu não conseguiu, com a sua participação na guerra, reverter a sua impopularidade; pelo contrário, ela só cresceu. Afinal, ele se mostrou incapaz de acabar rapidamente com uma guerra que já estava ganha; prolongando-a por mais um ano. Nesse período final da guerra, manifesta-se mais uma vez a força do poder moderador; pois o conflito da guerra só continuava por insistência de D. Pedro, que queria ver o fim de Solano López.



A caçada chegou ao fim em março de 1870, quando, finalmente, o ditador paraguaio foi cercado e morto por soldados brasileiros –para alívio de todos. O Paraguai era um país arrasado e com sua população dizimada; portanto, não restava mais nada que pudesse servir para pagar as indenizações que o Brasil viesse a cobrar. Assim, o Brasil arcaria com um pesado ônus. Os números citados por Doratioto informam um gasto de 614 mil contos de réis, o que significava “quase onze anos do orçamento público anual, em valores pré-guerra, o que permite compreender melhor o persistente ‘déficit’ público nas décadas de 1870 e 1880” (2002, p. 462). O mesmo autor conclui que teriam morrido, em toda a guerra, 50 mil brasileiros, de um total de 139 mil homens mobilizados, que constituíam 1,5% da população brasileira.

Por fim, é preciso lembrar que a guerra empregou muitos escravos nas fileiras do exército. Estes escravos foram libertados pelo governo imperial, o que contribuiu para a escassez de mão-de-obra nas lavouras. A guerra também ajuda a complicar a questão do elemento servil. Primeiro, porque diminui a disponibilidade de braços para a lavoura; e segundo, porque, finda a guerra, o governo imperial se vê forçado a tomar medidas para promover a libertação dos escravos que vinha protelando. Trata-se, assim, de um sério agravante para a crise de 1871 –que deu origem à Lei do Ventre Livre, que, por sua vez, vai iniciar o processo de separação entre fazendeiros escravocratas e a monarquia.

O final da Guerra do Paraguai é, portanto, uma espécie de marco inicial de um longo processo de crise que levará a monarquia ao fim. As limitações do regime monárquico ficam bem claras e as críticas ao poder moderador tornam-se constantes. Percebe-se que o futuro do trono estava ameaçado pela presença do Conde D’Eu. Os militares tornam-se uma força política poderosa. Agita-se a questão do elemento servil. Cria-se uma crise financeira sem precedentes. Em meio a essa crise, desponta a idéia da república.



Existe uma ligação muito forte entre a Guerra do Paraguai e o momento histórico em que se passa o *Memorial de Aires*; afinal, em 1888, viviam-se os momentos finais da monarquia. Como já vimos, o narrador ficcional parece ignorar a relação entre o que acontecia à sua volta e a guerra que vivenciara havia tantos anos, representada pela Batalha de Tuiuti. Mas, por outro lado, ele acaba registrando, de maneira indireta, a evidente relação entre a Guerra do Paraguai e a abolição da escravatura. No dia 13 de maio, o *Memorial* narra as comemorações pela Lei Áurea e descreve o cortejo que iria saudar a Princesa Isabel: “que se juntaram e partiram da Rua Primeiro de Março.” (O.C., p.1118) Primeiro de março é justamente o dia da morte de Solano López, final da Guerra do Paraguai. Estabelece-se aí a relação entre a guerra e a abolição no *Memorial de Aires*. Não poderia haver lugar melhor para ser iniciada uma comemoração da abolição. Não é difícil visualizarmos uma espécie de relação alegórica: da queda de Solano Lopes (final da Guerra do Paraguai) à queda da escravatura, no Paço Imperial. Pouco mais de um ano depois desse fato, muitos dos que em 1888 se dirigiram à Princesa para saudá-la, se dirigiriam novamente a ela, mas desta vez para expulsá-la do país: a República pedia passagem.



7. História Francesa no *Memorial de Aires*

Um outro foco dos interesses de Aires, quando se refere a fatos do passado, está em eventos da História da França. Pelo menos quatro eventos são citados: a Batalha de Iena, durante a expansão do Império Napoleônico; a Revolução de 1848³⁰; a Batalha de Sedan, de 1870; e a Comuna de Paris, de 1871. Em toda a obra machadiana, é grande o interesse pela França (PASSOS, 2000). Não é novidade tamanho interesse, pois a influência desta potência européia já estava presente no Brasil Colonial e deixou marcas profundas na vida cultural e política durante o período do Império. Assim, a História Francesa era paradigma a ser observado e muitas vezes imitado.

Tratam-se de momentos importantes da História Francesa e, em dois deles (1848 e 1870-71), existe a queda da monarquia e o início da segunda e da terceira Repúblicas francesas, sucessivamente. Em 1848, foi deposto Luís Filipe, avô do Conde D'Eu (CALMON, 1938, P. 206). Em 1870, Napoleão III caiu nas mãos dos prussianos. Nos dois momentos, repete-se a intenção revolucionária de 1789: a esquerda (jacobinismo) mobiliza o povo, tentando formar governos democráticos; surgem a guerra civil, as famosas barricadas da Comuna e, por fim, os massacres de parte a parte.

A identificação entre acontecimentos da vida política brasileira com a francesa é quase que imediata. Conseqüentemente, surge a relação entre os soberanos franceses e brasileiros. D. Pedro I pode ser identificado com Napoleão, pois tentou estabelecer um império copiando

³⁰ Astrojildo Pereira (1959) supõe que Machado de Assis quando jovem teria tido contato com franceses exilados da Revolução de 1848 (sendo um deles Charles Ribeyrolles). Estaria assim explicado o seu interesse pela revolução.



elementos da França napoleônica. A cerimônia de coroação de D. Pedro I foi inspirada na de Napoleão. O modelo constitucional imposto por D. Pedro, que criava o poder moderador, era mais uma influência francesa: esta noção havia sido forjada pelo escritor francês Benjamin Constant que, por sua vez, estivera ao lado de Napoleão.

Por isso, não deixa de ser significativa a coincidência do fato de, no dia 25 de março de 1889, dia do aniversário da Constituição de 1824, Aires resolver ir cumprimentar o Imperador e ser impedido pela presença de Tristão, que acaba por falar-lhe sobre “a Comuna”.

25 de março

Era minha idéia hoje, aniversário da Constituição, ir cumprimentar o imperador, mas a visita de Tristão fez-me abrir mão do plano. Deixei-me estar a conversar com ele de mil coisas várias, depois saímos, passeamos e tornamos a casa. (O.C., p. 1188)

É o único momento do *Memorial* em que o Conselheiro Aires manifesta intenção de ir ao Paço cumprimentar o Imperador, apesar de os atos públicos na Corte serem muitos, conforme relacionava o *Almanak Laemmert* (1888, p. 21). Mesmo sendo improvável que Tristão tenha vivenciado a famosa Comuna de Paris, de 1871³¹, é impossível não se lembrar desse fato.

³¹ Façamos aqui um parêntesis sobre as idades dos personagens de *Memorial de Aires*. O Conselheiro Aires tinha 63 anos em 1888 (O.C., p.1175). D. Carmo tinha aproximadamente 50 anos e Aguiar 60 (O.C., p. 1103). Fidélia estaria com menos de 30 anos, pois Aires afirma que ela chegaria aos trinta anos (O.C., p. 1145) e é até provável que ela tinha aproximadamente 25 anos, já que em outra passagem Aires afirma que a moça não chegara ainda à maioridade quando casou e que o marido morrera pouco tempo depois disso (O.C., p. 1112-13). É possível que Fidélia fosse um pouco mais nova que Osório, 28 anos, conforme informa Aires em 26 de maio de 1888 (O.C., p. 1122). Tristão também não seria muito mais velho que a jovem Fidélia, pois D. Carmo o conhecia desde o nascimento e ela tinha então “vinte e tantos anos” (O.C., p. 1108); portanto ele tinha mais que vinte anos já que ela contava cinquenta anos em 1888. Assim, se supormos que Tristão tivesse, em 1888, 28 anos, teria ele nascido por volta de 1860 e saído do Brasil com aproximadamente 13 anos (O.C., p. 1108) em 1873. Tendo Tristão chegado à Europa por volta de 1873, é impossível ele ter vivido de perto a Comuna de Paris, de 1871.

No caso da referência à Revolução de 1848, a ligação com a História Francesa e brasileira é direta:

24 de fevereiro

A data de hoje (revolução de 1848) lembra-me a festa de rapazes que tivemos em S. Paulo, e um brinde que eu fiz ao grande Lamartine. Ai, viçosos tempos! Eu estava no meu primeiro ano de Direito. Como falasse disso ao desembargador, disse-me este:

– Meu irmão crê que também aqui a revolução está próxima, e com ela a República. (O.C., p. 1114)

Esse trecho é um registro do temor infundado dos senhores de escravos mais conservadores em relação ao movimento abolicionista (como já afirmamos anteriormente), superavaliando o seu caráter revolucionário. Mas também funciona como uma espécie de profecia em relação ao que aconteceria logo em seguida à abolição. De fato, aconteceria uma mudança de regime, mas essa não foi precedida pela revolução, para o alívio dos grandes proprietários de terra.



8. *Memorial de Aires* e a República

A República brasileira, ao contrário da primeira, segunda e terceira Repúblicas francesas, não foi precedida por uma revolução popular. A proclamação da República no Brasil foi um ato pacífico, muito diferente de 1789, 1848 e 1871, na França. O próprio Machado de Assis deixa esse aspecto bem claro em *Esau e Jacó*, quando fica evidente a falta de consciência da população em relação ao que estava acontecendo no país.

A República veio por meio de uma quartelada e não de uma revolução. Sobre esse episódio, ficou célebre a frase de Aristides Lobo “a colaboração civil foi quase nula [...] o povo assistiu àquilo bestializado, sem saber o que significava, julgando tratar-se de uma parada” (BASBAUM, 1962, P. 62). Essa frase sintetiza bem a relação do povo com a proclamação da República, mas também pode gerar uma falsa impressão em relação ao que aconteceu depois do 15 de novembro. Apesar da passividade da população, os primeiros anos da República não foram nada calmos. Pode-se dizer que a proclamação foi o início de um período turbulento de mais de uma década. Essas turbulências foram vividas e acompanhadas por Machado de Assis e deixam marcas em *Memorial de Aires*.

Depois que o republicano de última hora, Deodoro, dá por encerrada a monarquia, inicia-se o processo de organização do novo regime e as disputas para se definir o modelo de governo a ser adotado. Segundo José Murilo de Carvalho (1990), existiam pelo menos três correntes dentro do movimento republicano: a dos proprietários rurais, concentrada no Partido Republicano Paulista, que existia desde 1873; a dos radicais que se concentravam na



cidade do Rio de Janeiro; e a positivista, que existia no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

Nos três casos, buscava-se um modelo importado. Os paulistas queriam uma República nos moldes americanos: Seduzia-os, como já afirmamos, a autonomia das províncias, fato que os libertaria do peso do governo central. Viam com bons olhos as idéias liberais que pregavam ser o interesse público a soma dos interesses individuais; afinal, eram perfeitamente capazes de defender os próprios interesses.

Por outro lado, os radicais, jacobinos, tendiam a identificar a situação brasileira com a francesa pré-revolucionária. Cantavam a marselhesa pelas ruas, gritavam “Viva a França”. Nas suas manifestações, o antipático Conde D’Eu reforçava a proximidade entre a nossa família real e a família real francesa do século XIX. Benjamin Constant pregava o fuzilamento do Conde: teríamos o nosso Luís XVI.

Os positivistas, por sua vez, viam a república como um avanço em relação à monarquia e tendiam a aceitar uma ditadura que viesse a impor os seus princípios científicistas. Naturalmente, essa ditadura deveria ser exercida por “cientistas”. Essa terceira corrente seduzia os militares que se consideravam tecnicamente preparados; pois tinham uma formação eminentemente científica na escola militar e dispunham da força necessária para implantar uma ditadura.

Dessas três correntes, apenas os jacobinos pressupunham a participação popular no poder; e, não por acaso, esse foi o grupo que menos influenciou na instalação do novo regime. Os primeiros anos do regime republicano foram resultado de um arranjo entre liberais e militares. Enquanto os militares governavam, os liberais dominavam a constituinte. O resultado foi uma legislação que desagradava os militares por dar muita autonomia às



províncias – agora chamadas de estados. Deodoro, já como presidente eleito, tentou um golpe que fecharia o Congresso e reformaria a Constituição. Não deu certo: ele não conseguiu apoio total do exército e acabou abandonando o poder. Floriano Peixoto assumiu o poder e, apesar de ser militar, contou com o apoio das elites paulistas. Não era um liberal, mas foi apoiado pelos liberais paulistas que temiam a dissolução do país e o fim do regime republicano.

Floriano, o marechal de ferro, reprimiu violentamente a Revolução Federalista (1893-1895) no sul do país e a Revolta da Armada (1895). Enfrentou situações críticas com extrema violência, nas quais a constituição recente foi deixada de lado em nome da preservação do regime. Foi uma época de ânimos extremados e diversos banhos de sangue. Além de conter a crise política, Floriano teve também de conter a crise econômica resultante do “Encilhamento”, desencadeado por Rui Barbosa durante o governo Deodoro. Bem ou mal, Floriano conseguiu dar alguma estabilidade ao governo e entregá-lo a um sucessor civil: Prudente de Moraes. A partir dos governos de Prudente de Moraes e de Campos Sales, consolidou-se no poder a oligarquia que iria manter o seu domínio até a Revolução de 30.

Mas, se o modelo implantado é liberal, são os positivistas que se encarregam da construção dos símbolos nacionais: bandeira, brasão etc. Também procuraram um herói para a República. Este foi encontrado na figura de Tiradentes: rebelde (republicano) dos tempos da colônia, que tinha sido ignorado pelo governo durante o Império. No *Memorial*, Aires faz uma curiosa ligação entre a abolição e o herói da República. Em 19 de abril de 1888, refere-se a boatos sobre a intenção do governo de propor um projeto de abolição da escravatura; concorda com a proposta, afirmando que o Brasil era o último país a manter a escravidão e fecha o raciocínio com a referência a Tiradentes: “Ainda que tardiamente, é a liberdade, como queriam a sua os conjurados de Tiradentes.” (O.C., p.1117)



Mas, enquanto os positivistas forjavam os “símbolos” da República, na prática, predominavam os liberais liderados pelos fazendeiros paulistas. Estes impõem o seu domínio, controlando as eleições. A legislação eleitoral criada pelos republicanos dava margem a fraudes e manipulações de todo o tipo. No meio rural e em pequenas cidades do interior do Brasil, a pressão dos coronéis praticamente inviabilizava qualquer esperança de livre exercício do direito de votar.

Poderia-se imaginar que, ao menos no Rio de Janeiro, as coisas fossem um pouco diferentes. Havia uma população mais alfabetizada que no resto do país (50%) que, por ser numerosa, era mais difícil de ser pressionada. Mas, não era isso que acontecia. Mesmo no Rio de Janeiro, a população pouco participava das eleições no começo da República. José Murilo de Carvalho calcula que, devido às restrições impostas pela lei, apenas 20% (100 mil pessoas) da população da capital estaria apta a votar. Mas, na prática, o comparecimento às urnas era pífio:

A exclusão de 80% da população do direito político do voto já é um indicador do pouco que significou o novo regime em termos de ampliação da participação. O quadro agrava-se se examinarmos o uso que a população fazia da franquia existente, isto é, o número de fluminenses que se alistavam e realmente votavam nas eleições republicanas. Para a eleição da Constituinte em 1890, foram alistados 28.585 eleitores, ou seja, 28% do eleitorado potencial, 9,5% da população adulta, 5,5% da população total. Nas primeiras eleições diretas para presidente, em 1894, votaram apenas 7.857 pessoas, ou seja, 7% do eleitorado potencial, 1,3% da população. Em 1896 os listados tinham subido para 42.252, mas nas eleições deste ano para o Congresso votaram 13.127 eleitores, o que correspondia a 31% dos alistados, 13% do eleitorado potencial, 2,5% da população total. (CARVALHO, 1987, p. 85)

Esses números descrevem uma realidade amplamente vivida e sentida por Machado de Assis ao escrever o *Memorial de Aires*. Assim, quando ele se refere à violência e aos arranjos eleitorais, dentro do contexto do Brasil Império e, no caso de Tristão, de Portugal na mesma



época, descreve ao mesmo tempo a realidade que vivia enquanto escrevia a obra. O fato de a grande maioria da população estar excluída da participação nas eleições já tinha sido usado como argumento contra o regime monárquico; mas os republicanos por incapacidade, ou, mais provavelmente, por falta de interesse, não promoveram a participação popular nos pleitos.

Na prática, as eleições “mais do que expressar as preferências dos eleitores, serviram para legitimar o controle do governo pelas elites políticas estaduais” (NICOLAU, 2002, p.34). Reside aí a grande ironia presente no movimento republicano: propôs um governo para o povo, mas fez um governo sem o povo, no qual, na prática, uma minoria dominava. A grande diferença é que essa minoria não devia mais obediência ao Imperador (Poder Moderador).

A separação entre a República e o povo não é novidade. Uma parte considerável da população mais pobre era mais ligada à monarquia, o que levava os republicanos a enxergar o povo com desconfiança. O maior exemplo desse fato é o movimento de Canudos – manifestação tipicamente popular, liderada pelo “beato” Antonio Conselheiro. O líder espiritual e sua gente não confiavam na República; e esta, por sua vez, não se interessou por buscar legitimidade perante o povo sertanejo, qualificado pelos positivistas como bárbaros. Os “bárbaros” conseguiram algumas vitórias; mas, em 1897, oito mil soldados acabaram com o arraial que chegou a ter aproximadamente 30 mil almas.

Outro movimento popular foi o da Revolta da Vacina, em novembro de 1904. Esse movimento, ao contrário de Canudos, não ocorreu em uma região isolada da capital federal. O governo Rodrigues Alves implantou uma série de medidas destinadas a “sanear” a cidade do Rio de Janeiro. Entre essas medidas, incluía-se a invasão de domicílios para fiscalização e também a vacinação obrigatória.



T 1521/06

Diante da ameaça da vacinação à força, a população saiu às ruas do Rio de Janeiro para protestar, iniciando uma revolta que pararia a cidade e a destruiria parcialmente. Os positivistas, já então apeados do poder, condenavam a vacinação apoiados por alguns militares que também se sublevaram. Mas, ao contrário do que ocorreu com a proclamação da República, o povo não assistiu a tudo “bestializado”: houve participação popular. O cenário poderia ser comparado às revoltas populares ocorridas em Paris, como no caso da já citada Comuna de 1871: a população controlou bairros, formou barricadas e lutou ferozmente contra a polícia e o exército que se mantiveram fiéis ao governo.

Para um observador contemporâneo, o motivo pode ser banal, mas ele foi muito bem explorado por aqueles que trataram de combater a vacina. Fala-se em transmissão de doenças através da vacinação que era feita com lancetadas no braço ou na perna. O fato de expor o braço ou perna ao vacinador provocou a reação de pais e maridos que não admitiriam que um agente de saúde pudesse invadir a sua casa e tocar em suas mulheres e filhas. Era motivo suficiente para a revolta.

Na prática, a revolta não era contra a vacinação em si, mas contra a interferência do governo no que se julgava ser de âmbito particular. Certamente, temia-se que o governo não parasse por aí. “A maneira de implementar a obrigatoriedade ameaçava interferir em quase todas as circunstâncias da vida. O próprio emprego estava ameaçado”. (CARVALHO, 1987, p. 136). É interessante notar que os operários e sindicatos têm um papel importante na revolta: chegou-se a observar nas barricadas uma bandeira vermelha tremulando. Esse fato aproxima mais ainda a Revolta da Vacina à Comuna de Paris, referenciada no *Memorial de Aires*.



A Revolta da Vacina evidencia mais uma vez a falta de legitimidade do novo regime. A população, principalmente o proletariado, entendia que aquele governo não fornecia canais para a sua manifestação; em outras palavras, estavam cômicos de que não tinham direito à cidadania:

Um dos documentos enviados à Câmara dizia que o operariado passara a descrer das coisas públicas, perdera a esperança de que a República fosse significar o desenvolvimento das liberdades cívicas. (CARVALHO, 1987, p. 137).

Quando Machado de Assis escreve o *Memorial*, esses fatos já tinham acontecido e certamente estavam bem presentes em sua memória³². Bem informado e não muito simpático ao movimento republicano, ele percebeu como a República se distanciara de seus ideais e a Revolta era um testemunho vivo desse fato.

O único argumento que legitimava o governo era a noção de que a vacinação fazia parte de uma política modernizadora que pretendia colocar o país em consonância com os países mais avançados. Também era parte dessa política a reurbanização do Rio de Janeiro, definida vulgarmente por “bota abaixo”. A velha cidade colonial era destruída para dar origem a uma cidade mais moderna, mais arejada. Temos aí mais uma inspiração francesa: imitava-se a obra feita em Paris, sob Napoleão III. Pereira Passos era o nosso Barão de Haussmann, e assim como o francês acabara com a Paris Medieval, rasgaria o ventre da velha cidade colonial para que surgisse uma grande avenida, símbolo da nova capital da República.

³² Os fatos relativos aos primeiros anos da República envolviam Machado de Assis duplamente: como funcionário público e como literato. Machado continuava a exercer suas funções no ministério da Viação e Obras Públicas (cf. MAGALHÃES JÚNIOR, p. 89) que estava envolvido com o projeto de reurbanização do Rio de Janeiro. Como literato viu muitos colegas do mundo das letras envolverem-se nas disputas políticas. O caso mais eloquente foi o de Raul Pompéia, que acabou suicidando-se. Também desenvolvia o projeto da Academia Brasileira de Letras que necessariamente forçava Machado a manter-se bem informado sobre o mundo da política para poder angariar a boa vontade dos políticos para com a instituição nascente (cf. RODRIGUES, 2001).



Mas, segundo Brito Broca, Machado não se sentiria muito à vontade com a nova Rio de Janeiro. Ele seria incapaz de acompanhar a vida dessa nova cidade:

Com o arrasamento dos velhos quarteirões o Rio de Machado de Assis recebia um golpe de morte. O autor do *Dom Casmurro*, o cronista do Segundo Reinado já na primeira década da República procurava passar a vara a Olavo Bilac. Mas o poeta da *Via Láctea* não tinha o espírito de observação capaz de realizar uma obra da natureza da que encontramos em três volumes da *Semana* e em outros tantos das *Crônicas*. De 1904 em diante, a remodelação do Rio reclamava o aparecimento de um novo "espectador" da cidade. Esse "espectador" foi João do Rio. O cabriolé e o tálburi característicos da paisagem machadiana cediam lugar ao automóvel. E justamente com uma página, "A Era do Automóvel", João do Rio abre seu livro *Vida Vertiginosa*: "O monstro transformador irrompeu bufando por entre os escombros da cidade velha". (BROCA, 1991, p. 243)

Em correspondência a um amigo, escrita em 1904, o autor de *Memorial de Aires* afirma: "Vou deste mundo, mas já não vou da colônia em que nasci e envelheci, e sim de outra parte para onde me desterraram" (VIANA FILHO, 1965, p. 257). Percebe-se que Machado tem uma certa nostalgia de uma época que desaparecia junto à velha cidade que serviu de cenário para a grande maioria de sua obras.

Assistia-se, então, um fenômeno que ainda se repetiria muitas vezes no Brasil: promovia-se uma "modernização conservadora": Em outras palavras, uma modernização "de fachada". Criava-se uma capital moderna, que deveria ser resultado do avanço econômico e da industrialização, num país atrasado e agrário. Essa era a obra de uma República que fora feita em nome do povo, mas que se esmerava em combatê-lo.

Observar essa realidade, certamente, foi uma decepção para aqueles que lutaram pela República e pelo progresso. Needell (1993, p. 223) descreve como essa decepção atingiu em cheio a geração de literatos "boêmios". Esse grupo fez "da literatura séria e dos movimentos políticos a sua única preocupação". Mesmo escritores não necessariamente identificados com

a boemia, como Silvio Romero, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e José Veríssimo, eram também “combatentes e marginais, na medida em que atacavam, como os boêmios, as instituições básicas da Monarquia e trabalhavam pela regeneração da pátria, a fim de torná-la uma nação ‘moderna’”. Needell cita ainda José Veríssimo que se refere à abolição como a grande causa daquela geração, omitindo o republicanismo. Essa omissão indica a decepção com os resultados das mudanças pleiteadas por esses literatos, decepção que seria compartilhada por Machado de Assis:

Assim, entre os literatos que tinham sido jovens ou de meia-idade na década de 1880, havia um desapontamento típico com a participação política e uma sensação de fracasso quanto a seu papel na transformação da sociedade. Ao lado de Machado de Assis (pertencente à última geração romântica) seriam estes homens desiludidos que reinariam, agora, sobre a cultura da *belle époque* carioca. (NEDELL, 1992, p. 224)

Concluimos, portanto, que a experiência republicana foi, para a maioria dos literatos que viveram o final do Império e o início da República, uma decepção: frustração de perspectivas para aqueles que apoiavam a mudança e de lamentação para aqueles que simpatizavam com a monarquia, como era o caso de Machado.

Essa percepção em relação ao regime Republicano pode dar uma resposta plausível à pergunta que lançamos anteriormente: “Por que Machado de Assis voltou ao período 1888-89 para escrever o *Memorial de Aires*?” Seria impossível para ele continuar a História de *Esau e Jacó*, ou criar qualquer outra que se passasse no período republicano, sem tocar nas mazelas do novo regime. Retorna, então, ao grande momento de glória do antigo regime, para fazer desse ponto, um “balanço” do Império e indicar algumas perspectivas para a República.

9. Ficção e História

Na leitura de *Memorial de Aires*, existe um detalhe que nos parece ser merecedor de destaque. O Conselheiro Aires denota ter predileção pelas palavras “verdade”, “verdadeiro” e “verdadeiramente”. Ainda surgem outras palavras pertencentes ao mesmo campo semântico: “verossímil”, “inverossímil”, “mentira” e “disfarce”³³. Existe, portanto, quase uma centena de palavras com sentido próximo ao de verdadeiro ou falso. Assim, acreditamos que existia, por parte do autor, uma espécie de fixação com a relação verdade/mentira. Vários personagens contam mentiras. Mesmo personagens “cândidos”, como a mana Rita e o próprio Aires, foram capazes de mentir descaradamente em dois episódios.

O primeiro episódio ocorre no momento em que a viúva Fidélia resolve ir ver a fazenda que herdara. Aires e sua irmã, Rita, não entendem o interesse de Fidélia em ir pessoalmente à fazenda, quando poderia delegar a função a outra pessoa. Rita demonstra a vontade de questionar a viúva; mas Aires repreende a sua indiscrição: “Ponderei-lhe que era indiscreto” (O.C., p. 1157). Horas depois, quando se encontram no jantar, ele pergunta se Rita saiu para descobrir as intenções da viúva. Ela nega. “Ela ficou séria e abanou a cabeça. Se me tem jurado que não, é provável que me enterrasse o espinho da dúvida, mas falou com simplicidade, e nomeou as visitas que fez. Uma delas foi a D. Carmo.”(O.C., p. 1157). Aires parece acreditar que sua irmã não tinha demonstrado a sua curiosidade indiscreta; mas logo em seguida narra a conversa com Rita, na qual ela relata a visita a D. Carmo e como essa

³³ As palavras “verdade”, “verdadeiro” e “verdadeiramente” ocorrem aproximadamente por 75 vezes no livro. “Verossímil”, “inverossímil”, “mentira” e “disfarce” ocorrem 17 vezes. Conseguimos contar, portanto, 92 ocorrências de palavras relativas com sentido próximo ao de verdadeiro ou falso.



acabou lhe contando as intenções de Fidélia ao viajar para a fazenda. Rita diz que D. Carmo “Sabe da viagem e do motivo, e aprova; diz que a viúva tem muito prestígio entre os libertos” (O.C., p. 1157-8). Ora, Rita nega ter saído para saber sobre a vida de Fidélia, mas é justamente isso que faz; pois volta com a informação desejada. Existe aí um procedimento: primeiro levanta uma suspeita; em seguida nega essa suspeita; por fim indica-se de maneira velada a procedência dessa suspeita. Machado parece convidar o leitor a desconfiar dos personagens, mesmo que ele próprio, aparentemente, se negue a fazer isso.

No segundo episódio, no dia 21 de maio, Aires relata ter recebido um bilhete de sua irmã perguntando sobre um vizinho seu, um leiloeiro que estava adoentado. Estranhando a pergunta, Aires responde: “Parece-me caçoadá. Que sei eu de leiloeiros nem de leilões? [...] Mando-lhe só dizer que o leiloeiro morreu; provavelmente ainda vive, mas há de morrer um dia.” (O.C., p. 1119) Mentia o Conselheiro descaradamente.

Mas, no *Memorial de Aires*, uma personagem tem privilégio de desconfiar de tudo e de todos: D. Cesária, uma das freqüentadoras da casa dos Aguiar. É por meio dela que Machado dá vazão à desconfiança. Ela desconfia de Tristão, acusando-o de casar-se com Fidélia por interesses financeiros, já que ela era herdeira de um barão³⁴. Ela, igualmente, critica Fidélia e afirma que esta voltaria a se casar quando todos imaginavam sua viuvez eterna.

³⁴ D. Cesária desconfia do interesse de Tristão por Fidélia bem antes de eles assumirem um relacionamento conforme o relato do dia 13 de janeiro:

“Não escrevo porque seja verdade o que D. Cesária me disse, mas por ser maligno. Esta senhora se não tivesse fel talvez não prestasse; eu nunca a vejo sem ele, e é uma delícia. Ou já sabia da afeição da viúva ao Tristão, ou reparou nela esta noite. Fosse como fosse, disse-me que Tristão não voltará tão cedo a Lisboa.

– Sim, concordei, parece que lhe custa muito deixar os padrinhos.

– Os padrinhos? redargüiu Cesária rindo. Ora, conselheiro! Certamente chama assim aos dois olhos da viúva, que são bem ruins padrinhos. Mas lá tem consigo a água benta para o batizado.

Não entendendo, perguntei-lhe que água benta era, e que batizado. O marido, com a sua rabugem do costume, respondeu que a água benta era o dinheiro, e esfregou o polegar e o índice; ela riu apoiando, e eu compreendi que atribuíam ao moço uma afeição de interesse.” (O.C., p. 1177-8)

Aires afirma discordar da maledicente Cesária, mas ao mesmo tempo demonstra simpatia por ela. Como no registro de 3 de janeiro: “Há ocasiões em que a graça de D. Cesária é tanta que a gente tem pena de que não seja verdade o que ela diz, e facilmente lho perdoa.” (O.C., p. 1178) Ele nega veracidade à fala de Cesária, mas não deixa de registrar o que ela fala. Verdadeiras ou não, algumas das afirmativas de D. Cesária acabam se mostrando procedentes no caso de Fidélia: ela efetivamente casa-se com Tristão. Mas o interesse do moço pela fortuna da viúva, era verdadeiro?

Tristão parecia imaginar que lançariam desconfianças sobre ele e resolve fazer uma “manobra” para esvaziar essas desconfianças: sugerir a Fidélia que doasse a fazenda aos escravos. No *Memorial*, essa manobra é narrada da seguinte forma:

O que ouvi depois é que Tristão, sabendo da resolução da viúva, formulou um plano e foi comunicar-lho. Não o fez nos próprios termos claros e diretos, mas por insinuação. Uma vez que os libertos conservam a enxada por amor da sinhá-moça, que impedia que ela pegasse da fazenda e a desse aos seus cativos antigos? Eles que a trabalhem para si. Não foi bem assim que lhe falou; pôs-lhe uma nota voluntariamente seca, em maneira que lhe apagasse a cor generosa da lembrança. Assim o interpretou a própria Fidélia, que o referiu a D. Carmo, que mo contou, acrescentando:

– Tristão é capaz da intenção e do disfarce, mas eu também acho possível que o principal motivo fosse arredar qualquer suspeita de interesse no casamento. Seja o que for, parece que assim se fará.

– E andam críticos a contender sobre romantismos e naturalismos!

Parece que D. Carmo não me achou graça à exclamação, e eu mesmo não lhe acho graça nem sentido. Aplaudi a mudança do plano, e aliás o novo me parece bem. (O.C. p. 1191, g.n.)

Nesse trecho, fica mais uma vez evidente que podem existir mais de uma interpretação da atitude de Tristão. Primeiro, afirma-se que Tristão era, realmente, capaz de manipular a vontade de Fidélia para conseguir o que queria: que ela tomasse a iniciativa de doar a fazenda. O uso da palavra insinuação reforça esse entendimento. Mas essa era uma manipulação “positiva”, pois ajudaria os escravos libertos. D. Carmo demonstra uma certa

desconfiança em relação à atitude de Tristão: ele poderia estar fazendo isso não para o bem dos escravos, mas para o próprio bem —evitar que suspeitassem que seu amor era interessado mais pela fazenda do que pela viúva. Nesse caso, a manipulação já não é tão “positiva”, pois é motivada por uma conveniência pessoal. Mas, nesse caso, seria ainda um ato de amor puro, pois Tristão demonstrava-se interessado somente no amor da viúva e não em seus bens representados pela fazenda.

Nas duas hipóteses anteriores, mesmo Tristão agindo como um manipulador, ele tem uma atitude desprendida (romântica): quer só o amor de Fidélia. Mas, quando fala em romantismos e naturalismos, Aires parece querer convidar a ir mais a fundo na desconfiança: Tristão continuava um interesseiro —atitude própria de um personagem do Naturalismo. D. Carmo não entende a sua afirmação e ele não dá seqüência à desconfiança sobre Tristão, afirmando que a sua relação entre Naturalismo e Romantismo não tinha o menor sentido.

Afinal, devemos ou não confiar em Tristão? A resposta é não. A venda da fazenda não faz dele menos interesseiro, ao contrário do que parecem acreditar Aires e D. Carmo. Como já vimos anteriormente, a abolição acabara com o valor da fazenda; portanto, ela era apenas um empecilho aos planos de Tristão: casar-se e ir para Portugal. Nesse caso, o conhecimento do contexto histórico é fundamental para se desvendar as verdadeiras intenções do rapaz. E para que não restem dúvidas é bom lembrar que o Barão não tinha toda a sua riqueza investida na fazenda e em escravos como prova um registro de 16 de julho de 1888:

Eu, para espanar a melancolia da sala, perguntei se os negócios do barão iam bem, e se os libertos... Aguiar voltou a ser gerente de banco e expôs-me algumas coisas sobre o plantio de café e os títulos de renda.

Nessa ocasião entrou um íntimo da casa e conversou também do fazendeiro. Disse que os negócios dele, apesar do desfalque, não iam mal; deve ter uns trezentos contos. Aguiar não sabe exatamente, mas aceitou o cálculo. (O.C., p. 1126)



Fica claro, portanto, que o interesse de Tristão não se voltava para a fazenda, mas para os trezentos contos que o velho Barão legara à moça. Esta por sua vez, já teria recebido a herança do marido, que também não era pobre...

Existe ainda uma série de outras inverdades. Uma delas é a promessa de Tristão, quando criança, de voltar logo para ver os padrinhos. Tristão também esconde sua intenção de ser candidato em Portugal, suscitando nos padrinhos a falsa esperança de que ele poderia casar-se com Fidélia e permanecer no país. Fidélia também mente; pois ajuda a criar falsas esperanças nos “padrinhos”. Além disso, se contradiz várias vezes: ao casar depois de jurar eterna viuvez; afirma que não tocara mais o piano, mas toca; e, por fim, traz o corpo do marido de Portugal para ficar próxima a ele e, depois, volta para Portugal com outro marido.

Pelo que foi acima afirmado, percebe-se que personagens tão queridos pelo narrador, como Tristão e a própria Fidélia, são capazes de enganar, manipular e, por fim, abandonar as pessoas próximas deles. Desvendar, ou imaginar, as verdadeiras intenções dos personagens é um papel que o autor delega a outros:

Quando eu era do corpo diplomático efetivo não acreditava em tanta coisa junta, era inquieto e desconfiado; mas, se me aposentei foi justamente para crer na sinceridade dos outros. Que os efetivos desconfiem! (O.C. p. 1191, g.n.)

Essa exclamação soa como um convite a uma leitura a contrapelo da obra, buscando novos sentidos. Agora, podemos voltar ao caso do leiloeiro buscando nele algumas explicações. Após responder à irmã que o leiloeiro tinha morrido –mais uma mentira– em 20 de maio de 1888, Aires descobre, no dia seguinte, ao abrir os jornais, que o tal leiloeiro havia realmente morrido. Depois de explicar os fatos, conclui: “Deixo aqui esta página com o fim único de me lembrar que o acaso também é corregedor de mentiras. Um homem que começa mentindo disfarçada ou descaradamente acaba muita vez exato e sincero.” (O.C., p. 1120)

Esse episódio existe só para marcar a fronteira entre verdadeiro e falso. Ou melhor: para demonstrar que muitas vezes essa divisão não existe.

Mas o *Memorial de Aires* não trata somente da fronteira imprecisa entre falso e verdadeiro; avança para a relação entre real e ficcional. Ao comentar, em 15 de junho de 1888, a coincidência de, no mesmo momento, adoecerem os pais de Fidélia e Osório, Aires conclui:

Há na vida simetrias inesperadas. A moléstia do pai de Osório chamou o filho ao Recife, a do pai de Fidélia chama a filha à Paraíba do Sul. Se isto fosse novela algum critico tacharia de inverossímil o acordo de fatos, mas já lá dizia o poeta que a verdade pode ser às vezes inverossímil. (O.C. p. 1126)

Aqui a relação entre o real e o ficcional é revista. Normalmente, o “real” é tido como algo possível de acontecer, coerente; enquanto o ficcional é algo impossível, incoerente. No caso da moléstia dos pais de Osório e Fidélia, o real é tão improvável que parece ficção. Em outras palavras: a fronteira entre realidade e ficção é fluida, elas se misturam e se confundem. Portanto, um autor como Machado de Assis pode abordar a História, ligada à idéia de realidade, sem deixar de fazer literatura (ficção).

Em outro momento do *Memorial*, Aires volta ao assunto para enunciar uma concepção de História:

Já lá vão muitas páginas falei das simetrias que há na vida, citando os casos de Osório e de Fidélia, ambos com os pais doentes fora daqui, e daqui saindo para eles, cada um por sua parte. Tudo isso repugna às composições imaginadas, que pedem variedade e até contradição nos termos. A vida, entretanto, é assim mesmo, uma repetição de atos e meneios, como nas recepções, comidas, visitas e outros folgares; nos trabalhos é a mesma coisa. Os sucessos, por mais que o acaso os teça e devolva, saem muita vez iguais no tempo e nas circunstâncias; assim a história, assim o resto. (O.C., p. 1155)



Mais uma vez a realidade –História– é vista como repetição. Emerge daí uma visão de História cíclica. A História se repete, não necessariamente da mesma forma, mas os fatos voltam. Assim, na prática, apesar da aparente mudança, de estar em constante movimento, o que existe em um nível mais profundo é a permanência.

No contexto mais geral do livro, a idéia de repetição está presente na retomada de fatos do passado, tanto da nossa História como da História Francesa. A idéia de História cíclica está presente na oposição entre jovens (Tristão e Fidélia) e velhos (Aires e os outros) – que na verdade é a oposição entre vivos e mortos. O jovem (novo) deve superar o antigo (velho e morto), como afirma Aires, na ocasião da partida de Tristão e Fidélia para a Europa:

– Desembargador, se os mortos vão depressa, os velhos ainda vão mais depressa que os mortos... Viva a mocidade!

Campos não me entendeu, nem logo, nem completamente. Tive então de lhe dizer que aludia ao marido defunto, e aos dois velhos deixados pelos dois moços, e concluí que a mocidade tem o direito de viver e amar, e separar-se alegremente do extinto e do caduco. Não concordou, –o que mostra que ainda então não me entendeu completamente. (O.C. p. 1200)

Apesar do tom alegre dado por Aires à partida dos jovens, o que predomina é a tristeza de Aguiar e Carmo expressa na última frase do livro: “Consolava-os a saudade de si mesmos.” Mudam os personagens Carmo por Fidélia, Aguiar por Tristão, mas a História iria se repetir. A nota triste do final não é somente pelo fim do casal Aguiar, mas pelo fato de ser esse o fim de um ciclo que também aconteceria com Tristão e Fidélia.

Nesse ponto, parecem se separar autor e narrador ficcional. Aires, feliz, enxerga apenas a conclusão de uma etapa, superação, evolução. Machado demonstra que não há evolução: Fidélia e Tristão também ficarão velhos e morrerão; História que se repete e pior, não viverão um relacionamento baseado no amor desinteressado. Assim, o novo, além de repetir o antigo, pode ser até pior.



Para a realidade histórica: o novo, República, superou alegremente o antigo, a Monarquia: mas superou com base em promessas que se mostraram falsas. Parecia ser uma nova realidade mas, na prática, para a maioria do povo, tudo continuava como antes ou tornara-se até pior. A República superou a Monarquia para depois repetir as suas mazelas.



10. Conclusão

O *Memorial de Aires* é uma obra na qual o contexto histórico desempenha um papel importante. A história do amor entre Tristão e Fidélia, possivelmente, não poderia ter sido representada como foi se não se passasse naquele preciso momento histórico. Tratava-se de um momento de mudança. O Império e suas instituições estavam desaparecendo. Alguns, Tristão e Fidélia, se adaptariam à nova realidade; outros desapareceriam com a velha sociedade senhorial, entre estes o Barão de Santa-Pia.

O processo de mudanças é longo. A abolição da escravatura é apenas o ponto de inflexão marcado por Machado de Assis. Trata-se, na verdade, de um longo processo que se inicia muito antes. O Império desapareceu por não ter conseguido resolver as suas contradições. A maior delas foi, certamente, a escravidão: enquanto os argumentos econômicos justificavam a manutenção da escravidão, os argumentos “sociais” apontavam para a abolição. A demorada solução final contribuiu para a queda do Imperador e do Império.

Outra contradição fundamental estava na falta de representatividade política. O Imperador sempre governou com o apoio da elite; mas, com o passar dos anos, cresceu a impressão de que mesmo a participação política dessa minoria era quase nula e quase sempre prevalecia a vontade política do Imperador, acusado de despotismo. As diversas reformas eleitorais feitas com o objetivo de aumentar o grau de “democracia” não surtiram o efeito

desejado. As eleições sempre foram manipuladas e fraudulentas, constituindo-se no maior exemplo da distância entre a opinião pública e o poder. Aqueles que se sentiram excluídos da vida política passaram a pregar a república como solução.

Machado ainda situa o momento do passado em que essas contradições passaram a ficar evidentes: a Guerra do Paraguai. É no contexto da guerra que o “despotismo do Imperador” se manifestou de forma mais séria, principalmente no “golpe imperial” de 1868. Logo após a guerra, surge o Manifesto Republicano de 1871 e aprova-se a Lei do Ventre Livre.

Ao concentrar-se na abolição da escravidão, Machado de Assis dá a entender que a Lei Áurea constituiu o ponto de inflexão da História. O autor foge então do marco mais tradicional: a proclamação da República. Podemos entender que, para ele, com a abolição da escravidão, o Império também estava abolido; o 15 de novembro teria sido apenas o golpe de misericórdia.

Machado de Assis nem sequer cita textualmente a proclamação da República no *Memorial*; mas, não deixa de fazer referências a ela, sejam elas diretas, como na citação da queima dos arquivos da escravidão, ou indiretas, associadas à História Francesa.

Tudo isso é revelado não “nos próprios termos claros e diretos, mas por insinuação” (O.C., p. 1191), assim como procedia Tristão para convencer Fidélia. Machado não manifesta, de forma clara, compromissos com a História; ele apenas os “insinua” por meio de pequenas pistas deixadas ao longo do texto. Cabe ao leitor “desconfiar” e tirar suas conclusões: “que os efetivos desconfiem!”

Machado tem uma visão pessimista da História. Os movimentos superficiais indicam mudanças. A República substituiu o Império prometendo grandes mudanças. O tempo,



elemento forte no *Memorial*, leva para o “abismo” do esquecimento os “velhos” e sua época, abrindo espaço para o “novo”. Mas, Machado observa na República a repetição dos erros do Império, a organização de um governo da elite e para a elite e conclui que, ironicamente, os fatos muitas vezes se repetem e as estruturas fundamentais se mantêm. Machado parece, portanto, querer demonstrar que acreditar na evolução da História é um erro.



10. Referências Bibliográficas

A IMPRENSA, Rio de Janeiro. 30, set. 1908. Disponível no site *Rio de Janeiro através dos Jornais*, <<http://www2.uol.com.br/rionosjornais/rj12.htm>>. Acesso em 16 jul. 2004.

ALMANAK Laemmert. Rio de Janeiro, 1888. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1888/00000006.html>> Acesso em 10 maio 2005.

BARBOSA, Francisco de Assis. Apresentação. In: LACOMBE, Américo Jacobina. SILVA, Eduardo. BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p. 11-26.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: de 1889 a 1930*. São Paulo: Edições LB, 1962.

BAPTISTA, Abel de Barros. Os Herdeiros Modernos. In: _____. *Autobiografias: Solicitação do livro na ficção de Machado de Assis*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 2000.

BROCA, Brito. *Naturalistas Parnasianos e Decadistas: Vida Literária do Realismo ao Pré-Modernismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

_____. *Machado de Assis e a política*. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1957.

CANDIDO, Antonio. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das Almas*. São Paulo: Cia Das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CINTRA, Ismael Angelo. Discursos entrecruzados: história e representação em Esaú e Jacó. *Revista Letras*, Curitiba, n. 37, p. 142-151, 1988.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.



_____. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FAORO, Raimundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª Ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 1995.

_____. *O Brasil Republicano v.1: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. 7ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004. (História Geral da Civilização Brasileira).

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção Literatura e Teoria literária).

GUIDIN, Márcia Lígia. *Armário de Vidro: a velhice em Machado de Assis*. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.). *O Brasil Monárquico*, v 4: Declínio e queda do Império. 7ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004. (História Geral da Civilização Brasileira).

_____. *O Brasil Monárquico*, v 5: do Império à República. 7ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004. (História Geral da Civilização Brasileira).

IGLÉSIAS, Francisco. et al. *O Brasil Monárquico*, v 3: Reações e Transações. 7ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004. (História Geral da Civilização Brasileira).

JOBIM, José Luís.(Org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topboks, 2001.

MACHADO, Ubiratan. (org.) *Machado de Assis: Roteiro da Consagração*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2003.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Machado de Assis: funcionário público*. [S.l.] Ministério dos Transportes-Serviço de Documentação, 1970.

MASSAUD, Moisés. *História da Literatura Brasileira: Romantismo, Realismo*. São Paulo: Cultrix, Editora da USP, 1984

MEYER, Augusto. *O romance machadiano: o homem subterrâneo*. In: BOSI, Alfredo et. al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982. p. 357-363

MONTELLO, Josué. *Os inimigos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MOTA, Aparecida Rezende. *Silvio Romero: Dilemas e Combates no Brasil da Virada do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NICOLAU, Jairo. *História do Voto no Brasil*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.



PAES, José Paulo. Um aprendiz de morto. *Vozes*, Rio de Janeiro, v.70, n. 7, p.13-28, set. 1977.

PASSOS, Gilberto Pinheiro. *O Napoleão de Botafogo: Presença Francesa em Quincas Borba* de Machado de Assis. São Paulo: Anablume, 2000.

PASSOS, Gilberto Pinheiro. *As sugestões do conselheiro: a França em Machado de Assis: Esaú e Jacó e Memorial de Aires*. São Paulo: Ática, 1996.

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1955.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza, *A Dança das Cadeiras: Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Edidora da Unicamp, Cecult, 2001.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

STOLCKE, Verena. *Cafecultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnole Taunay (Visconde de), *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

TELES, Adriana. *A fortuna e o infortúnio crítico do "Memorial de Aires": um percurso de leitura*. Dissertação (Mestrado em Letras). IBILCE, UNESP, São José do Rio Preto, 2001.

VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIANA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, 2004.



11. Bibliografia

ANDRADE, Ana Luiza. *Transportes pelo olhar de Machado de Assis: Passagens entre o Livro e o Jornal*. São Paulo: Grifos, 2000.

BOSI, Alfredo et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.

CALMON, Pedro. *O Rei Filósofo: A Vida de D. Pedro II*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional 1938.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Ed Trinta e Quatro, 1992.

_____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1970.

CARRER, Aline. *O Rio de Assis: Imagens machadianas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, L. (Org.) *A história contada: capítulos de história social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. (Histórias do Brasil).

FREITAS, Maria Teresa de. *literatura e história: o romance revolucionário de André Malraux*. São Paulo: Atual, 1986.

GLEDSON, John. Machado de Assis e a história brasileira: dialogando com Roberto Schwarz e Sidney Chalhoub: resumo da conferência. In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Org.). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: Editora da USP, 1993. p. 195-222.

_____. *Machado de Assis: impostura e realismo: uma interpretação de Dom Casmurro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Romero, Araripe, Veríssimo e a Recepção Crítica do Romance Machadiano, **Estudos Avançados**, v.51, n.18, p.269-298. 2004.

_____. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público do século 19*. São Paulo: Nankin Editorial, Editora da USP, 2004.

HAMBURGER, Kate. *A lógica da criação literária*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.



- IANNI, Octávio. *Sociologia e Literatura*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997 (Primeira Versão, 72).
- JAMESON, Fredric. *Marxismo e Forma: teorias dialéticas da Literatura no século XX*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia cafeeira*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LISSIGARAY, Hippolyte Prosper Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- LUCAS, Fábio. *O caráter social da literatura brasileira*. São Paulo: Quíron, 1976.
- MARANHÃO, Haroldo. *Memorial do fim: a morte de Machado de Assis*. São Paulo: Marco Zero, 1991.
- MURICY, Kátia. *A razão cética: Machado de Assis e as questões do seu tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- RONCARI, Luís. *Memorial de Aires: a alma em compasso*. *Travessia*, Florianópolis, v. 2, n. 19, p. 64-82, 1989.
- SAES, Moema Cotrim. *Memorial de Aires: um exercício do contar*. Tese (Doutorado em Literatura) - IBILCE, UNESP, São José do Rio Preto, 2000.
- SARAIVA, Juracy Assmann. *O circuito das memórias em Machado de Assis*. São Paulo: Editora da USP, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *Que horas são: Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SECCHIN, Antonio Carlos, ALMEIDA, José Maurício Gomes de., SOUZA, Ronaldo de Melo e. (Orgs.), *Machado de Assis: uma revisão*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998.
- SEIGNOBOS, Charles. *História Sincera da França*. São Paulo: Companhia. Editora. Nacional, 1938.
- TRIGO, Luciano. *O viajante imóvel: Machado de Assis e o Rio de Janeiro de seu tempo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- VIANA FILHO, Luiz. *A Vida de Machado de Assis*. São Paulo: Martins, 1965.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da USP, 1995.



Autorizo a reprodução deste trabalho.

São José do Rio Preto, 15 de junho de 2006

CARLOS HENRIQUE TENANI



